

MARIA DO SOCORRO ERCULANO DE LIMA

**GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2001

MARIA DO SOCORRO ERCULANO DE LIMA

**GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 13 de agosto de 2001.

---

Suely de Fátima Ramos Silveira

---

Viviani Silva Lírio

---

Antônio Carvalho Campos

---

Sebastião Teixeira Gomes

---

José Maria Alves da Silva  
(Orientador)

Dedico à minha mãe,  
por uma vida de luta para que eu aqui chegasse.  
Aos meus queridos vovô Ozório, Tio Manuel  
e Mano Everaldo (*in memoriam*).  
Às minhas maravilhosas sobrinhas Nayara, Hilda e Rita.  
Ao meu querido Matheus e aos meus irmãos e irmãs e à cunhada Rosa.  
Dedico especialmente a todos os professores que foram mestres para mim,  
especialmente, ao Zé Maria, orientador e conselheiro  
e aos amigos Mara, Lannes, Fred e Socorro.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus, por ter me conduzido até aqui, à minha família e aos amigos pela presença e ajuda em todos os momentos.

Agradeço à querida amiga MARA LUCY CASTILHO, pelos longos dias de convivência tanto alegres quanto tristes e, especialmente, por ser uma pessoa maravilhosa para com o próximo.

Ao amigo Lannes, por todo o incentivo e solidariedade nos momentos difíceis e pela convivência divertida em Viçosa.

À família THÉ PONTES: Fred, Socorro, Fernanda, Felipe e Frederico, pela solidariedade e pela alegria que contagiou a todos.

Aos amigos Paulo Leal, Fernando Agra, Roberto Araújo, Angelita, pela atenção e incentivo.

À professora Viviane pela atenção e dedicação e aos demais membros da Banca pelas sugestões e colaboração.

À Graça, eterna assessora de todos, pela atenção e dedicação; à Luiza, ao Brillhante, à Ritinha e aos demais amigos e colegas do DER.

Ao mestre JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA, por todo esforço, paciência, preocupação, atenção e colaboração desde as primeiras aulas de macroeconomia até a conclusão desta tese, meu muito obrigada.

À Délcia Erculano, pela dedicação; à tia Lourdes, pelos anos de mãe em Belém e a todos os tios e tias que me ajudaram na vida.

Aos amigos André Luiz Pinheiro de Almeida, Frank Tamba, Otalmy, Filomena, Sônia Regina, Cleusa Aparecida, Dorinha, Neuza Maria Valadares, Betânia, José Anunciação e Valfredo Paiva, que dedicaram a mim sua gratificante companhia nos anos iniciais de Palmas.

À Klívia, pela sua eterna amizade e companhia

Aos amigos Neuza Faustino, Ana Maria Demétrio, Ribamar e ao eterno tocantinense Wellington, pela convivência e apoio nos momentos difíceis.

Ao Givaldo, pela sua valorosa colaboração e aos demais colegas e amigos da SEPLAN.

## **BIOGRAFIA**

MARIA DO SOCORRO ERCULANO DE LIMA, filha de José de Souza Lima e Maria Erculano de Lima, nasceu em Paragominas-PA, em 16 de outubro de 1966. Coursou o primário em Vila Concórdia-PA, indo para Belém onde concluiu o segundo grau.

Em 1992, formou-se Bacharel em Ciências Econômicas pela União das Escolas Superiores do Pará (UNESPA), em Belém.

## ÍNDICE

	Página
LISTA DE QUADROS .....	viii
LISTA DE FIGURAS .....	x
RESUMO .....	xiii
ABSTRACT .....	xv
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Conceito e caracterização da globalização .....	4
1.2. A internacionalização do capital .....	6
1.3. A interdependência das nações .....	9
1.4. O problema e sua importância .....	11
1.5. Objetivos .....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1. Introdução .....	18
2.2. O desenvolvimento de economias nacionais .....	19

	Página
2.3. Modelos teóricos .....	32
2.3.1. O liberalismo .....	33
2.3.2. O neoliberalismo .....	38
2.3.3. O nacionalismo .....	40
3. PANORAMA GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA .....	45
3.1. A economia brasileira na década de 90 .....	45
3.2. A reestruturação produtiva dos anos 90 .....	56
3.3. Os coeficientes de comércio e a indústria .....	61
3.4. O desempenho comercial brasileiro .....	67
4. IMPACTOS NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL .....	75
4.1. Introdução .....	75
4.2. O comportamento do complexo agroindustrial .....	76
4.2.1. A indústria fornecedora de insumos: o caso dos agrotóxicos e dos fertilizantes .....	80
4.2.2. O complexo agroindustrial de laticínios .....	89
4.2.3. O complexo agroindustrial da soja .....	94
4.2.4. O complexo agroindustrial do café .....	97
4.2.5. O complexo agroindustrial do cacau .....	103
5. RESUMO E CONCLUSÕES .....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	117

## LISTA DE QUADROS

		Página
1	Variação do <i>mark-up</i> por categoria de uso - Brasil, 1990-1998 ..	49
2	Composição da despesa nacional disponível (em R\$ bilhões) .....	52
3	Índice do nível de emprego formal - Brasil (dezembro 2000=100) .....	54
4	Índice de emprego (formal e informal) das atividades econômicas e do complexo agroindustrial .....	55
5	Evolução da taxa de variação do PIB - 1986-2000 .....	56
6	Coefficientes de importação sobre produção e coeficiente de abertura (exportação/produção) (%) .....	63
7	Taxa de auto-suprimento da indústria de transformação - Brasil .	66
8	Balança comercial brasileira .....	68
9	Pauta de exportações brasileiras por fator agregado (US\$ milhões FOB) .....	70
10	Intercâmbio comercial por bloco geográfico - 1995-2000 (US\$ milhões) .....	71

	Página
11	Crescimento percentual dos 20 maiores setores por participação de mercado - mundo e Brasil, 1982/84-1996/98 ..... 72
12	Participação percentual dos principais produtos na balança comercial do CAI, 1990-2000 ..... 78
13	Evolução do número de fusões e aquisições no Brasil por setor - 1992-1998 ..... 80
14	Faturamento das 10 maiores empresas em 1992 e 1998 em US\$ bilhões ..... 82
15	Distribuição regional das vendas de agrotóxicos (%) ..... 83
16	Consumo interno, produção interna, exportação e importação de fertilizantes - Brasil, 1990-1999 (em milhões de toneladas) ..... 87
17	Aquisições e montante invertido pela Nestlé e Parmalat - Brasil 90
18	Evolução de parcelas de mercado das empresas multinacionais na indústria de laticínios - Brasil, 1990-1994 (%) ..... 91
19	Variação de preços de produtos lácteos - Brasil - IPC-FIPE, 1994-2000 ..... 93
20	Evolução da escala e do número de produtores das cinco maiores receptoras de leite - Brasil, 1994-1996 ..... 94
21	Participação brasileira na produção mundial de café (mil sc 60 kg) ..... 98
22	Área, produção e produtividade de café no Brasil na década de 90 ..... 99
23	Evolução dos índices de concentração das exportadoras de café verde ..... 101

## LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Evolução do PIB e PIB <i>per capita</i> - Brasil - índice: ano base 1990=100 .....	46
2	Taxa de inflação medida pelo IGP-di/FGV .....	47
3	Evolução dos índices de inflação - Brasil, 1996-2000 .....	48
4	Evolução das exportações, importações e saldo da balança comercial - Brasil, 1990-2000 .....	50
5	Evolução da conta capital do balanço de pagamentos - Brasil, 1991-2000 .....	51
6	Evolução da renda líquida enviada ao exterior - Brasil, 1990-2000 .....	52
7	Evolução dos componentes do valor adicionado - 1990-1998 .....	53
8	Índice de produtividade na indústria - São Paulo, 1990-2000 .....	54
9	Índice de evolução da produção física na indústria brasileira .....	58
10	Índice de emprego formal na indústria de transformação - Brasil	59

	Página
11	Coeficientes de importação sobre produção e coeficiente de abertura (exportação/produção) (%) ..... 64
12	Evolução do coeficiente de importação na indústria de transformação, segundo a intensidade de fator - Brasil, 1989-1998 ..... 65
13	Evolução do coeficiente de exportação na indústria de transformação, segundo a intensidade de fator - Brasil, 1989-1998 ..... 66
14	Participação percentual dos setores em declínio, ótimos, em retrocesso e de oportunidades perdidas na pauta de exportações - Brasil, 1996-1998 ..... 74
15	Participação dos setores básico, semi-manufaturados e manufaturados nas exportações totais - Brasil, 1985-2000 ..... 77
16	Exportações norte-americanas de agrotóxicos - total geral, 1992-1996 ..... 84
17	Exportação e importação de agrotóxicos - Brasil, 1980-1998 ..... 85
18	Vendas totais de agrotóxicos no Brasil, 1995-1999 (US\$ milhões) ..... 85
19	Consumo interno, produção interna, exportação e importação de fertilizantes - Brasil, 1990-1999 ..... 88
20	Importação e exportação de fertilizantes - Brasil, 1990-1999 (em US\$ 1000) ..... 88
21	Evolução da demanda aparente, da produção interna e da importação de lácteos - Brasil, 1990-2000 ..... 92
22	Principais países produtores de soja no ano 2000 ..... 96
23	Exportações brasileiras de grão, farelo e óleo de soja - 1992-2001 ..... 97
24	Participação brasileira na produção mundial de cacau - Brasil, 1979/80 - 1997/98 ..... 105
25	Exportação e importação de cacau - Brasil, 1984/85 - 1997/98 ... 106

26	Exportação e importação de chocolates de todos os tipos - Brasil, 1980-1997 .....	108
----	--	-----

## RESUMO

LIMA, Maria do Socorro Erculano de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2001. **Globalização, desenvolvimento econômico e o agronegócio brasileiro na década de 90**. Orientador: José Maria Alves da Silva. Conselheiros: Fátima Marília Andrade de Carvalho e José Euclides Alhadas Cavalcanti.

O processo de globalização da economia brasileira foi impulsionado na década de 90, quando o Brasil atravessava uma fase crítica, nos campos econômico, social e político. A implantação do Plano Collor, em março de 1990, conduziu a economia brasileira a uma recessão profunda: o desemprego aumentou, os salários reais caíram, os programas sociais foram reduzidos. Nesse contexto, foram retiradas as barreiras ao movimento de mercadorias e capitais, com o argumento de que, ao expor os setores produtivos internos à concorrência externa, haveria ganhos de produtividade e, em decorrência, a economia e a sociedade brasileiras seriam beneficiadas, uma vez que estes ganhos seriam suficientes para conduzir o país ao nível de desenvolvimento equiparável aos países do Primeiro Mundo. A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, todas as políticas implementadas tiveram o objetivo central de garantir a estabilidade monetária e, para tanto, as barreiras comerciais foram reduzidas,

aumentando-se as importações de forma considerável, favorecendo o consumidor no curto prazo. Contudo, no longo prazo, estes benefícios tendem a ser eliminados, aumentando o desemprego; comprimindo os salários e aumentando o grau de concentração do mercado, devido ao grande número de fusões e aquisições de empresas nacionais. Destarte, a falta de objetivos com relação ao desenvolvimento nacional fez com que o país não atingisse nem o desenvolvimento para fora (meta neoliberal), nem o desenvolvimento para dentro (meta nacionalista). Portanto, é oportuno que haja um modelo de desenvolvimento que, à semelhança dos países desenvolvidos, saiba conciliar protecionismo com liberalismo. Tal modelo só será possível se pautado no planejamento estratégico para o desenvolvimento, contemplando a reestruturação da economia (sobretudo no que tange ao mercado interno) para a efetiva inserção competitiva no mercado internacional.

## ABSTRACT

LIMA, Maria do Socorro Erculano de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, August 2001. **Globalization, economic development and the Brazilian agrobusiness in the 90-ies.** Adviser: José Maria Alves da Silva. Committee Members: Fátima Marília Andrade de Carvalho and José Euclides Alhadas Cavalcanti.

The globalization process of the Brazilian economy was impelled in the 90-ies, when Brazil faced a critical phase in the economic, social and political fields. The implantation of the Collor's Plan on March 1990 led the Brazilian economy to a deep recession: the unemployment increased, the real wages dropped, and the social programs were reduced. In this context, the barriers to the movement of merchandises and capitals were removed based on the argument that, when exposing the internal productive sectors to the external competition, some productivity gains would occur, and the economy and the Brazilian society would consequently be benefited, since these gains would be enough to conduct the country to the development level comparable to the First World countries. With implantation of the "Plano real" in 1994, the main objective of all the implemented policies was to guarantee the monetary stability, and in order to reach this goal the commercial barriers were reduced, by considerably increasing

the imports, so favoring the consumer in the short term. In the long term, however, these benefits tend to be eliminated, therefore increasing the unemployment, compressing the wages and increasing the market concentration level, due to the high number of coalitions and acquisitions of the national companies. Due to this lack of objectives in relation to the national development, the country did not reach the outwards development (neoliberal goal) nor the development inwards (nationalist goal). Thus, it is really opportune to have a development model that would reconcile protectionism with liberalism, likely in the developed countries. Such a model would only be possible when based on a strategic planning for the development, contemplating the restructuring of the economy (mainly concerned to the internal market) for the competitive effective insertion in the international market.

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 90, os adeptos do liberalismo econômico consideraram, teoricamente, inexorável o processo de globalização econômica, sendo o mesmo responsável pelo desenvolvimento das nações, à medida que a abertura comercial permitiria que as nações menos desenvolvidas obtivessem ganhos comerciais ao se integrarem ao comércio internacional.

Nesse contexto, a questão que mais se tem enfatizado é a capacidade de competição em mercados globais, deixando-se de lado as discussões sobre o que realmente convém a uma nação: se competitividade de algumas empresas que conseguiram sobreviver no mercado globalizado, independentemente de sua nacionalidade ou o desenvolvimento da economia nacional como um todo.

A intensa internacionalização do capital tem-se efetivado, nas últimas décadas, por meio da queda abrupta das barreiras nacionais, patrocinada, recomendada e fiscalizada pelas instituições de Bretton Woods, que, no Consenso de Washington<sup>1</sup>, firmaram as bases para a propalada globalização. Este processo foi efetivado pela total retirada das barreiras à circulação de mercadorias, serviços e capital financeiro, que, para se efetivar, pressupõe a remodelagem do estado nacional, limitando de certa forma a capacidade de,

---

<sup>1</sup> Reunião realizada em Washington, da qual saíram as diretrizes para uma nova era de desenvolvimento capitalista em nível mundial, consubstanciadas num decálogo, sendo as mais importantes, a liberalização comercial e financeira, dentre outras (BATISTA JR., 1995).

autonomamente, definir e implementar políticas macroeconômicas de interesse da nação.

A atual onda de globalização tem gerado na memória do povo latino-americano um momentâneo esquecimento, especialmente dos brasileiros, que a despeito do intenso processo de industrialização, responsável pela apresentação ativa do Brasil no cenário mundial como uma das economias mais dinâmicas, consideram em suas análises apenas os corolários negativos desse processo, como se os demais efeitos da industrialização sobre a economia e a sociedade não tivessem sido relevantes para o desenvolvimento do país. É o que o professor BATISTA JR. (1998) denominou de “pecado dos extremos”: ora volta-se para um extremo, ora para outro, esquecendo dos demais fatores entre ambos.

O processo de desenvolvimento da América Latina (AL) foi fundado em tomadas de decisões de governos nacionais, numa espécie de repúdio às determinações dos países centrais, que exigiam uma participação da AL no cenário econômico mundial apenas como fornecedora de matérias-primas e importadora de manufaturados. Este fato, amplamente conhecido na literatura econômica, ressalta que o ousar latino-americano, refutando a hipótese do desenvolvimento calcado no comércio exterior entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (centrais e periféricos), possibilitou a busca de caminhos próprios, adequados às especificidades dos problemas dessas economias. Nota-se que, no cerne dessa questão estava justamente a refutação das teorias dominantes sobre o comércio e o desenvolvimento, que em grande parte, aliadas aos diagnósticos de carências sobre a região, entravariam o seu desenvolvimento.

Assim é que se acelerou a industrialização, isto é, rompeu-se o imobilismo da submissão, valorizando suas potencialidades e desenvolvendo seus mercados internos, com a decisiva atuação dos estados nacionais (COFECON, 1999).

É importante observar que o país, no caso do Brasil, ao romper com o modelo de desenvolvimento proposto para a região pelos países desenvolvidos, acabou desenvolvendo-se via industrialização, seguindo caminho contrário ao que supostamente levaria a este fim segundo os ditames da doutrina liberal, que

ao serem postos em prática na década de 90, levou o país a um retrocesso no processo de desenvolvimento.

É oportuno destacar que por mais que a globalização esteja sendo apresentada na categoria dos fenômenos novos, em essência, nada mais é do que o mesmo processo secular de afirmação do imperialismo mercantilista, tendo por base a ampliação dos mercados como forma de assegurar a expansão e reprodução do capital em escala extra-nacional; portanto, constitui fenômeno verificado desde os tempos do mercantilismo que, revigorado sob o manto de um suposto “novo” paradigma desenvolvimentista, se reafirma nos dias atuais (BARAN, 1978; TAVARES, 1995; SOUZA, 1995; BATISTA JR., 1998). A expansão do mercado era e continua sendo uma forma de aumentar os lucros e garantir a reprodução ampliada do capital. Do contrário, crises ocasionadas por superprodução ou por deficiência de demanda efetiva haveriam de ocorrer (MARX, 1983; KEYNES, 1983).

Por fim, as crises econômicas, sociais e políticas das últimas décadas, tornaram frutífero o campo para a retomada de um pensamento único acerca da forma e das possibilidades de desenvolvimento das nações, que apregoa a submissão das nações ao modelo idealizado por organismos internacionais, a pretexto de uma participação no comércio mundial com oportunidades para todos, reconceituando, dessa forma, o fenômeno secular de internacionalização das economias por meio da expansão dos mercados, do aumento dos fluxos de capitais e de serviços e do desenvolvimento de tecnologias de comunicação. A globalização ressurgiu agora como um fato novo, a ser plena e irrefutavelmente acatado (TAVARES, 1995; BATISTA JR., 1998; COFECON, 1999).

## 1.1. Conceito e caracterização da globalização

O fenômeno da globalização<sup>2</sup>, de acordo com BAUMAN (1996), suscita dúvidas quanto à conceituação por ser de grande complexidade, tendo efeitos sob o ponto de vista sociológico, cultural, ambiental, político e econômico.

A globalização tem sido considerada, na maioria das vezes, como fenômeno novo e inexorável, dando-se ênfase aos aspectos estritamente econômicos, que acabam sobrepujando os culturais e políticos, encobrando a ideologia do processo que tem sido propagado indiscriminadamente a todos os países.

O fato de a integração econômica mundial ter-se tornado o centro das atenções dos teóricos e governos deriva de se ter, nos últimos anos, intensificado os fluxos de comércio, investimentos, mercadorias e serviços, e especialmente o fluxo de capitais voláteis. Daí resulta a supremacia dos aspectos econômicos sobre os demais.

A globalização, objeto deste estudo, é o processo de integração econômica, representada pela internacionalização do capital, dos fluxos de investimentos, mercadorias e serviços entre os diversos países.

Apesar do crescente reconhecimento da velocidade e intensidade da globalização econômica, não há uniformidade teórica quanto as vantagens e desvantagens desse processo, especialmente para os países em desenvolvimento.

Para os defensores da globalização como FRANCO (1999) e MALAN (1999) o país, ao adotar as políticas de liberalização comercial, ampliaria as exportações e importações, sendo estas últimas, responsáveis pelo aumento da produtividade que por sua vez, impulsionariam o desenvolvimento, inclusive serviria de mecanismo de redução da pobreza.

Para CARDOSO (1998), muito embora a globalização seja um fenômeno inexorável, irreversível e incontrolável sob o ponto de vista das políticas nacionais, especialmente nas últimas décadas, já era um conceito latente na

---

<sup>2</sup> Utiliza-se os conceitos globalização, internacionalização e mundialização como sinônimos do processo de liberalização das economias ocorrido nas duas últimas décadas, no qual são removidas barreiras para o movimento de mercadorias, recursos financeiros, tecnologias etc.

América Latina, no seio da teoria da dependência, pois quando se falava em dependência e desenvolvimento, já estava embutida a idéia da globalização, utilizada como internacionalização dos mercados, que nada mais era do que hoje se chama globalização. A globalização seria uma evolução da teoria da dependência, entendida num contexto de economia subdesenvolvida que caminha de mãos dadas com o progresso dos desenvolvidos (BATISTA JR., 1998b). Entretanto, para os primeiros, a posição é de seguidores (FURTADO, 1999a), enquanto a liderança na condução do processo de desenvolvimento da economia global fica para os desenvolvidos.

Na verdade, a forma como o fenômeno globalização é apresentado ao mundo como a representante máxima da nova ordem mundial, tornou-se uma rotina para os cientista sociais justificarem suas atitudes perante as mazelas do capitalismo global (MORAES, 1999), bem como para que governos omissos e elites nacionais se aliem aos interesses dos países dominantes para a ampliação do capitalismo dito global (BATISTA JR., 1998a; FURTADO, 1999a).

A globalização além de não ser fenômeno novo em essência, deve-se destacar que o grau de integração das economias nacionais na atualidade, a despeito de ser usado como argumento que a substancia, não é suficiente para caracterizar uma economia verdadeiramente global (BATISTA JR., 1998a). Apesar da crescente expansão das transações econômicas internacionais nas últimas décadas, os mercados internos continuam tendo importante papel na condução das políticas e ações de governos nacionais, especialmente nos países desenvolvidos. Estudo realizado por Ferrer (1995), citado por BATISTA JR. (1998a), indica uma significativa participação na economia mundial, da demanda interna, responsável pela absorção de 80% da produção, 90% da geração de empregos; com a poupança doméstica financiando aproximadamente 95% da formação de capital.

Apesar de os países desenvolvidos propagarem a idéia de um mercado global livre e a maioria dos países subdesenvolvidos se terem deixado levar por essa idéia, como se todos fossem para um mesmo lugar no futuro, as controvérsias passam a figurar também nas discussões mais recentes,

especialmente nos últimos anos, quando começou aparecer uma certa frustração quanto ao desenvolvimento previsto para os países participantes do comércio mundial.

ROBINSON (1978), LIMA SOBRINHO (1995), FURTADO (1999), ALVES DA SILVA (1999) e ARRIGHI (1997), consideram que o processo é assimétrico, ou seja, os ganhos advindo do livre comércio mundial, proposto pelos países desenvolvidos, não são distribuídos equitativamente, mas sim concentrando-se em parte destes países.

Em adição, TAVARES e FIORI (1996) ressaltam o fato de que, no seio da sociedade americana estão surgindo as críticas à modelagem imposta pela globalização, indicando que a modernização conservadora<sup>3</sup> tem se mostrado excludente também no seu berço, os Estados Unidos da América, dada a crescente exclusão devido à concentração de rendas verificados na última década, bem como na Europa, com a exclusão por desemprego.

Na visão de LACERDA (1998), por mais que não haja consenso, não resta dúvida de que é um fenômeno complexo que assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais - produtiva-real, monetária-financeira, comercial e tecnológica. No processo hoje denominado de globalização parece haver dois elementos comuns à dinâmica do sistema econômico mundial: a aceleração da internacionalização da produção e o acirramento da competição. A partir do momento em que há uma certa sincronia entre esses dois elementos, é que passou-se efetivamente à globalização econômica, que é a que interessa para este estudo.

## **1.2. A internacionalização do capital**

A intensificação da internacionalização da produção na década de 80, referenciada pela dinâmica das transformações a que foram sujeitas o capitalismo internacional, provocaram, conforme GOLDENSTEIN (1994:97) *uma*

---

<sup>3</sup> Conceito utilizado por TAVARES e FIORI (1996) para caracterizar o processo de reestruturação produtiva dos países centrais a partir da década de 70.

*verdadeira revolução na medida em que suas bases tecnológica, produtiva, comercial e financeira sofreram mudanças radicais.* Este processo resulta na integração dos mercados de bens, de serviços e de capital, constituindo o que se denomina, atualmente, de globalização.

Entretanto, a novidade não está no fato dessas mudanças terem sido responsáveis pela evolução do capitalismo em nível internacional; na observação de LACERDA (1998:20), *o que há de novo é a velocidade e a profundidade dessas mudanças.* As transformações tecnológicas e organizacionais impuseram novo ritmo; criaram um novo padrão de desenvolvimento ancorado em novas formas de produção e administração.

Nesse novo cenário, capital, produção, gerência, mercados de trabalho, informações e tecnologia estão organizados transversalmente às fronteiras nacionais. Essa nova maneira de organização da produção aliada às transformações tecnológicas, especialmente com a crescente intensificação dos mecanismos digitalizados, é capaz de otimizar as possibilidades de produção em nível mundial, resultando em maior flexibilização da produção, que por sua vez permite responder com maior eficiência e rapidez às necessidades de competição dos oligopólios globais, melhorando e diferenciando seus produtos. Assim, o novo paradigma transforma uma produção padronizada de massa em uma produção sob encomenda, flexível, isto é, de grandes organizações verticalmente integradas em grandes corporações desintegradas verticalmente, formando redes horizontais de unidades econômicas (LACERDA, 1998). É a partir dessa desverticalização que se desenvolvem os argumentos da desindustrialização e desnacionalização das economias, conforme GONÇALVES (1999b).

Do processo de transformações efetivadas por e para a internacionalização do capital, tem-se necessariamente a internacionalização da produção e a conseqüente redução do número de trabalhadores na produção industrial. É a reestruturação produtiva que se internacionaliza que põe limites à importância da mão-de-obra como fator de vantagem competitiva. A competitividade se amplia não pela redução dos custos com mão-de-obra, mas concomitantemente, pelo desenvolvimento e utilização cada vez maior de fatores

intensivos em tecnologias, em ciência, no dizer de LACERDA (1998), deslocando as atividades intensivas em mão-de-obra para as intensivas em tecnologia, em ciência. Portanto, as transformações de ordem tecnológica e/ou organizacional têm provocado uma reestruturação global do setor industrial, interferindo de maneira decisiva nos padrões de competitividade em nível internacional, dada a crescente integração horizontal das empresas globais, cuja flexibilização permite perfeita adequação às diversidades que ainda figuram nos diferentes pontos do globo.

Para IANNI (1999), é justamente a internacionalização do capital que cristaliza a internacionalização do processo produtivo, ambos simultaneamente. O processo já vinha ocorrendo desde o término da Segunda Guerra Mundial acelerando-se rapidamente em grau e intensidade durante e depois da Guerra Fria. Os milagres econômicos em algumas nações na década de 70 são atribuídos já ao processo que hoje se denomina globalização, representado àquela época, pela internacionalização do capital, da produção, por meio das corporações multinacionais e transnacionais.

A seguir esse ritmo, o capital perde parcialmente sua característica nacional, adquirindo uma conotação internacional. Nestas condições, já não prevalecem as denominações de capital inglês, americano, japonês, ou qualquer outra nacionalidade, mas apenas, a de capital internacional, ou mundial. Assim, o capital extrapola as fronteiras nacionais para garantir sua reprodução ampliada, tanto nas nações desenvolvidas quanto nas demais, conferindo-lhe a conotação internacional ou propriamente mundial ou global, como vem sendo designado para diferenciar de épocas passadas, quando a globalização ainda não era o centro das discussões sobre o futuro do desenvolvimento das nações.

Apesar de ser considerada por vários autores como IANNI (1999), FRANCO (1998), CARDOSO (1999) dentre outros, como sendo um processo de grau e intensidade nunca visto na história da humanidade, capaz de promover o desenvolvimento das nações, visto que a liberdade do mercado seria suficiente para assegurar o aumento da produtividade e esta por sua vez, provocaria expansão na produção, aumento da competitividade do produto nacional,

culminando num salto do desenvolvimento, há os críticos que entendem que o grau e a intensidade do processo é fora do comum nos últimos tempos, parecendo assim partilhar do pensamento dos adeptos que procuram passar a idéia de que todos terão necessariamente de ser arrestados pelo processo.

E há outros como BATISTA JR. (1998) e ALVES DA SILVA (1999) que acham que o processo não é tão surpreendente assim sob o prisma histórico. Ele é diferente, e em alguns aspectos realmente muito intenso na atualidade, mas sujeito à correções de rumo se a sociedade civil levantar-se politicamente, em defesa do interesse nacional.

BATISTA JR. (1998b) chega à conclusão que essa surpreendente florescência da globalização na atualidade vista como fenómeno novo, é devida ao fato de se ter interrompido o movimento de internacionalização do capital a partir de 1914, com a Primeira Guerra Mundial. Para tanto, mostra dados de uma internacionalização em escala superior aos movimentos de capitais no início da década de 90, quando a maioria dos estudos aponta a crescente globalização da economia em todas as esferas.

### **1.3. A interdependência das nações**

A dinâmica do capital que se expande pelo globo, além de romper, de certa forma, com as barreiras impostas pelas fronteiras geográficas das nações, atinge também, durante sua expansão, os regimes políticos, culturais e econômicos em diferentes sociedades. Este processo de expansão do capitalismo como modo de produção no mundo tem a destacar a dinâmica e a universalidade do capital como força produtiva. É essa mundialização do capital que influencia de maneira significativa as configurações políticas, econômicas e ideológicas dos antigos estados nacionais, que analisados por (IANNI, 1999:58) apresentam-se com:

*Algumas características clássicas (...) modificadas ou radicalmente transformadas. As condições e as possibilidades de soberania, projeto nacional, emancipação nacional, reforma institucional, liberalização das políticas econômicas ou revolução social (...) passam a estar determinadas por*

*exigências de instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais ou propriamente mundiais que pairam acima das nações.*

Na realidade, a predominância de instituições de caráter global, isentas de qualquer interferência dos Estados-nações estão idealizadas a partir da institucionalização de agências como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) dentre outras, que na teoria teriam a função reguladora da sociedade global.

Na esfera das relações sociais de produção a reprodução do capital em nível mundial está sempre envolvendo instituições, padrões sócio-culturais de vários tipos, em especial os jurídico-políticos que constituem as relações de produção que fogem ao controle específicos das nações, mas dependem especialmente de uma certa padronização, respeitadas algumas formas diferenciadas, desde que não interfiram na dinâmica do processo. Pelo contrário, as diferenciações são consideradas apenas sob a ótica da promoção do processo de crescente internacionalização da produção, sem as barreiras restritivas dos antigos estados nacionais. Mesmo porque a flexibilização da produção, dos processos produtivos, permite a utilização de fatores de produção e plantas em várias partes do globo, possibilitadas pelo avanço dos meios de comunicação e dos transportes, bem como pela eliminação das restrições impostas pelos estados nacionais no passado (IANNI, 1999).

As políticas econômicas de cada nação estão em sua maioria atreladas às decisões e comportamento de outras, tanto entre as desenvolvidas quanto entre as em desenvolvimento, ou ainda entre as nações de cada grupo. Entretanto, os países desenvolvidos, dada a dominância que exercem sobre os fatores de produção de maior conteúdo tecnológico, bem como dos recursos financeiros, ditam as normas para o resto do mundo, que as aceitam como válidas na condução das decisões que anteriormente eram nacionais, agora globais.

É nessa nova conjuntura que se dá a substituição nos países subdesenvolvidos, dos modelos de industrialização substitutiva de importações por modelos de industrialização voltada para fora, da mesma forma que se dá a

adequação às recomendações neoliberais extraídas do Consenso de Washington. Ou seja, a desestatização, a desregulamentação, a abertura dos mercados e a permanente monitoração das políticas econômicas nacionais pelas entidades ditas supranacionais, como o FMI, o Banco Mundial, entre outras organizações. É neste contexto que se constitui a metamorfose dos modelos de desenvolvimento anteriormente prevaescentes nos países em desenvolvimento a que se refere (IANNI, 1999).<sup>4</sup>

#### **1.4. O problema e sua importância**

No Brasil, a década de 90 marca uma fase de ascensão ao poder de governantes adeptos do neoliberalismo, e, em decorrência, simpatizantes do processo de globalização, especialmente quando se refere ao comércio exterior, cuja liberalização das economias é vista como fator promotor do desenvolvimento econômico e social das nações. Evidentemente, a defesa do livre comércio não é tão recente como se configura na atualidade: Adam Smith e David Ricardo já postulavam em seus trabalhos clássicos, que as riquezas das nações seriam ampliadas pelo livre comércio entre os diferentes países. Mesmo em tempos mais remotos, a ampliação do poderio econômico e político já se apresentava como fator determinante da expansão territorial, comercial e política dos povos. Não é de se estranhar que esse processo, hoje denominado de globalização, em outras épocas tinha denominação diferente, outros meios, porém, objetivos semelhantes. BATISTA JR. (1998) considera que o mundo já foi muito mais globalizado, uma vez que, a liberdade e as transferências de recursos não se restringiam apenas ao capital financeiro e ao fluxo de mercadorias, mas também era livre a circulação de pessoas, que hoje sofre sérias restrições.

---

<sup>4</sup> É interessante ressaltar que no Brasil, como será visto no capítulo 2, a metamorfose referida por IANNI (1999) não se deu no sentido de passar da industrialização substitutiva de importações para a industrialização voltada para fora, mas para a substituição de produção por importação, a pretexto de estabilizar preços, dentre outros motivos.

Muitos teóricos, políticos e empresários têm proclamado o fim do Estado-Nação, pois, no mundo global, não existirá espaço para esta instituição eminentemente local. As controvérsias divergem para pontos extremos, uns defendendo a existência de um Estado-Mínimo e a supremacia do mercado, enquanto outros, um Estado Nacional, com supremacia sobre as organizações de caráter global. Os primeiros fazem apologias à globalização, ao mercado, enquanto os segundos argumentam que a atuação do estado é passível numa economia em crise, bem como na definição dos interesses nacionais.

Nos últimos anos, o cenário mundial tem sido marcado por crises como a do México, a dos Tigres Asiáticos<sup>5</sup>, a do Japão, a da Rússia e a da Argentina, pondo em cheque os fundamentos do livre mercado. As crises provocam fuga de capitais, deixando as economias em desenvolvimento mais vulneráveis, reduzindo seu nível de reservas internacionais, comprometendo o desempenho econômico interno e externo das nações.

A despeito da existência cíclica de crises em momentos em que o mercado apresenta-se como o condutor das decisões fundamentais para a economia, quais sejam, o que produzir, para quem produzir e quanto produzir, considera-se que o sistema econômico mundial com plena liberdade é melhor, sobretudo porque possibilita um aumento do bem-estar das nações.

Ao considerar o livre comércio entre as nações como a locomotiva da economia internacional, deixando à margem as discussões sobre os diferentes atores e interesses conflitantes, os benefícios do mesmo não têm sido distribuídos equitativamente, ao contrário, os países industrializados vêm acentuando a concentração destes. Dessa forma, as demais questões fundamentais para o desenvolvimento econômico e social das nações ficam esquecidas, conforme coloca ROBINSON (1981:80):

*Os problemas subjacentes da fome e subnutrição, até mesmo da escassez generalizada, do desemprego e do subemprego, da pobreza rural e da degradação urbana, são ainda mais prementes hoje do que há um quarto de século, no início da fase de rápida expansão econômica nos países desenvolvidos.*

*O fato de que os países em desenvolvimento não compartilham adequadamente da prosperidade dos países desenvolvidos, quando estes experimentavam uma*

---

<sup>5</sup> Hong Kong, Taiwan, Filipinas e Coréia do Sul.

*expansão notavelmente rápida, indica a existência de fraquezas básicas no mecanismo que liga as economias dos dois grupos.*

A questão não é simplesmente abrir os mercados nacionais ou regionais, mas sim definir a forma de intervenção de instituições públicas comuns e sua articulação com os interesses nacionais para que as nações participantes do comércio internacional, de forma integrada ou não em blocos, sejam equitativamente beneficiadas. As nações deveriam levar em consideração, ao estabelecer a liberdade de comércio, os fatores que podem levar a consolidar os interesses dos produtores e consumidores, defendendo os interesses da nação e não apenas dos consumidores (LIST, 1983).

O Brasil, que nos últimos anos permitiu que entrassem no país produtos complementares e competitivos à oferta interna, deixou de utilizar as medidas previstas nos acordos internacionais de comércio para proteger setores internos da concorrência predatória de outras economias, por terem sido consideradas supérfluas, uma vez que os responsáveis pela política externa brasileira a condicionaram exclusivamente para o atendimento à demanda doméstica, como componente que garantiria a estabilidade de preços.

A estratégia para a estabilização adotada a partir de 1994 fundamentou-se na completa abertura comercial, na desregulamentação da economia, nas privatizações, no Estado Mínimo etc. Todos esses argumentos indicam uma volta ao liberalismo com outra roupagem, o neoliberalismo, cuja ênfase se dá ao mercado livre e ao Estado Mínimo (MERCADANTE, 1998).

A despeito da estabilidade a que se propunha o Plano Real, ao acelerar o ritmo da abertura comercial, favoravelmente às importações<sup>6</sup>, resultou em rápida deterioração da balança comercial, diminuição da taxa de crescimento do produto interno bruto, aumento do desemprego e a conseqüente perda de bem-estar e aumento da pobreza e das desigualdades sociais, anulando os ganhos advindos da estabilidade no período inicial do Plano (BACHA, 1998).

---

<sup>6</sup> No período de 1990 a 2000 as importações cresceram 13,3% ao ano, em média, enquanto as exportações cresceram apenas 5,9% no mesmo período.

Desta forma, o impacto do comércio exterior é indeterminado, *a priori*, tanto pelo efeito das exportações quanto pelo efeito das importações. Isto implica que a abertura comercial, não atrelada às estratégias de desenvolvimento de uma nação, pode levar esta à condição de pobreza, pois a importação de produtos similares aos nacionais, a despeito de diminuir preços, diminui também a produção, o emprego, a renda e, conseqüentemente, o bem-estar econômico e social. Por outro lado, a expansão das exportações pode ser capaz de gerar crescimento, seja mediante o estímulo às mudanças e ao investimento, seja induzindo a expansão do mercado interno (KINDLEBERGER, 1962).

O argumento clássico de que o livre comércio elevaria o bem-estar mútuo das nações, pois a troca possibilitaria a divisão do trabalho, "extra-nação", aumentando a especialização, que, em última instância, conduz ao crescimento econômico e ao conseqüente desenvolvimento, é inegável, pois esta pressuposição é válida, desde que seja considerada, como diz LIST (1983), o lado de quem está interessado em expandir seu mercado, como aconteceu com a relação comercial entre Inglaterra e Portugal. No final, Portugal tornou-se a "vinha" da Inglaterra e esta a nação mais desenvolvida do mundo, pois enquanto Portugal estava produzindo vinho e trocando pelas manufaturas inglesas, a Inglaterra desenvolveu a sua indústria têxtil, dentre outras, passando a dominar o comércio mundial, inclusive nas colônias portuguesas. Segundo o referido autor, este exemplo evidencia muito bem o papel do comércio para o desenvolvimento das nações, mas, quando uma nação deseja abrir seus portos ou alterar tarifas alfandegárias deveria levar em consideração os fatores que, além de favorecer os consumidores, não conduziriam à eliminação de seus produtores, pois os interesses da nação é que devem ser considerados. Portanto, o que deve ser levado em conta é a possibilidade do comércio ser capaz de proporcionar crescimento econômico, oriundo dos ganhos de produtividade, provenientes do contato com outras nações mais desenvolvidas e não simplesmente privilegiar o consumo em detrimento da produção.

A despeito da defesa do livre comércio ser enfatizada pelos países desenvolvidos, estes têm adotado práticas protecionistas, na maioria das vezes,

contra os países em desenvolvimento. A União Européia e os Estados Unidos estão sempre na defesa de seus produtores, caracterizando-se mais protecionistas do que os países em desenvolvimento (MORAES, 1999).

Após a desvalorização do real em janeiro de 1999, o setor exportador brasileiro passou a ser novamente destacado como solução viável para a economia brasileira, havendo perspectivas de que este tende a ser promissor. Entretanto, há retaliações dos outros parceiros comerciais que estão protegendo seus produtos, alegando danos decorrentes da desvalorização, dentre outros motivos. Dessa forma, o produto brasileiro perde competitividade por retaliações comerciais e por outros fatores, especialmente os relacionados à tecnologia e aos componentes do chamado Custo Brasil<sup>7</sup>.

CARFANTAN (1994) considera que num mundo em que as vantagens competitivas estão crescentemente associadas à criação de tecnologia, não é possível imaginar que a mera liberalização assegure que as forças de mercado produzirão o perfil produtivo adequado à inserção competitiva. Dessa forma, é questionável que o processo de globalização com ênfase ao livre comércio entre as nações seja efetivamente capaz de aumentar o bem-estar geral das nações, individualmente. Os argumentos que sustentam a estratégia neoliberal para a inserção da economia brasileira no mundo globalizado, estendem-se a todos os setores. FRANCO (1999), em seus argumentos, utiliza dados da produtividade industrial para justificar a inserção externa do Brasil e o desenvolvimento dela decorrente, enquanto FERNANDES (1999), face ao extraordinário potencial agropecuário do país, defende a inserção do agronegócio brasileiro como estratégia para o desenvolvimento decorrente das vantagens competitivas naturais do país.

O agronegócio tem contribuído em torno de um terço do valor do PIB brasileiro e cerca de 40% de toda a geração de divisas estrangeiras no comércio exterior. Além disso, durante a década de 90, o setor agropecuário cresceu mais que os demais setores da economia brasileira.

---

<sup>7</sup> O Custo Brasil é composto por uma série de custos adicionais ao sistema produtivo decorrentes das distorções das políticas e falhas do governo que encarecem o produto final, tais como custos de transportes rodoviários, elevada carga tributária, deficiência de infra-estrutura social, dentre outros.

Esse perfil, associado às disponibilidades de áreas vivas que podem ainda ser ocupadas com atividades agropecuárias em condições agronômicas e zootécnicas propícias, entre outras potencialidades que justificam a chamada “vocação agrícola do Brasil”, tem constituído a principal base de argumenta o daqueles que defendem a orienta o do agronegócio para o mercado externo, como estratégia de inser o nacional na economia globalizada<sup>8</sup>, com a convic o de que bastaria simplesmente remover regula oes protecionistas de qualquer natureza e promover uma abertura comercial irrestrita para que o curso dos eventos caminhasse naturalmente nessa dire o.

Uma análise dos fatos em mais de uma década de predomínio do ideário liberal mostra que, embora os segmentos mais dinâmicos do setor agropecuário e seus adjacentes tenham apresentado um desempenho superior   média dos demais setores da economia nacional, no que diz respeito ao crescimento da produtividade e das exporta oes, estes ainda precisam desenvolver-se muito para que efetivamente possam vir a tornarem-se elementos chaves na sustenta o da economia brasileira no mundo globalizado.

## **1.5. Objetivos**

Este trabalho tem por objetivo estudar o impacto do processo de globaliza o dos anos 90 na economia brasileira e, especificamente, sobre o agronegócio do país. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de interpretar os fatos ocorridos num contexto de economia aberta, desregulamentada, que se defronta com intenso processo de globaliza o dos mercados, sob os pontos de vista liberal e nacionalista.

Para tanto utilizar-se-  como metodologia uma resenha crítica da literatura existente sobre algumas cadeias agroindustriais, fazendo-se uma análise crítica das mesmas. Será utilizada, ainda, análise tabular de dados agregados da economia brasileira.

---

<sup>8</sup> Entre essas potencialidades conta-se principalmente com fato de que o Brasil   o maior país do mundo em extensão territorial viva.

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos. No capítulo apresenta-se o fenômeno globalização e suas implicações sobre e a interdependência das nações, a produção, o comércio e o desenvolvimento econômico do Brasil nos anos 90.

No capítulo 2 faz-se um breve relato sobre o papel dos Estados Nacionais, do capital nacional e do fortalecimento do mercado interno para o desenvolvimento das nações. Nesse capítulo estão expostos os modelos teóricos: liberal, defensores do livre comércio como forma de promoção do desenvolvimento entre as nações; neoliberal, retomam os pressupostos liberais para defender a plena integração dos mercados no mundo globalizado; e nacionalista, não contrário ao livre comércio, porém prega o desenvolvimento das forças produtivas internas para depois estabelecer as relações comerciais, desde que sejam convenientes para o desenvolvimento da nação.

No capítulo 3 faz-se uma análise da economia brasileira na década de 90 frente a abertura comercial e estabilização monetária. O capítulo 4 traz os impactos da abertura no Complexo Agroindustrial Integrado (CAI), enfocando as principais transformações ocorridas com os produtos: café, cacau, soja e laticínios, assim como com a indústria fornecedora de insumos (agrotóxicos e fertilizantes). Finalizando, tem-se o capítulo de resumo e conclusões.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Introdução**

A relação entre os fenômenos globalização e desenvolvimento, aqui considerada, parte do pressuposto de que a globalização não é fenômeno recente, mas sim uma espécie de remodelagem conceitual e prática de métodos e pressuposições, variantes de acordo com as circunstâncias de cada época, sempre na busca do desenvolvimento e de sua sustentação. Nessas condições, da mesma forma que a navegação pelos mares do mundo e a Revolução Industrial constituíram uma maneira de expansão das sociedades antigas e modernas, a navegação virtual e a revolução da informática, representam hoje, aquela antiga forma de expansão comercial com propósitos não muito distintos.

Não convém aqui tratar do fenômeno desenvolvimento em sua totalidade, mas os mecanismos utilizados por várias nações para atingi-lo. Decerto há muitos aspectos a serem considerados para a devida análise do desenvolvimento, entretanto, há uma ampla bibliografia que traz uma série de estudos do desenvolvimento econômico no mundo. Não sendo, portanto, objeto deste trabalho.

Fundamentalmente, pretende-se analisar a relação entre globalização e desenvolvimento de algumas nações que saíram na vanguarda do entendimento e

da apropriação dos benefícios do comércio entre as diferentes nações, bem como o caso brasileiro.

A primeira grande referência teórica sobre o livre comércio como fator de desenvolvimento econômico remonta a 1776, quando Adam Smith, estudou as origens e causas da riqueza das nações. Essa investigação de Smith dá origem ao surgimento da escola clássica de pensamento econômico, apologista da economia de livre mercado e da abertura comercial internacional.

Antes de Smith, entretanto, havia a escola mercantilista que também via o comércio internacional como fator de obtenção de riqueza. Para os mercantilistas, entretanto, diferentemente dos argumentos clássicos dos benefícios mútuos, a riqueza de uma nação provinha de sua capacidade em conseguir superávits comerciais externos que lhe permitissem acumular ouro, não importando os meios que fossem usados para isso.

Muito embora a escola clássica tenha triunfado como teoria, a experiência das nações parece dar mais razão às doutrinas críticas do livre-cambismo, indicando que as nações que mais se desenvolveram economicamente não parecem ter seguido as recomendações clássicas. Segundo LIMA SOBRINHO (1995), a história das nações que hoje compõem o Primeiro Mundo não contém indícios de que o desenvolvimento tenha se fundamentado nos capitais externos e muito menos na plena liberdade de comércio, mas sim, principalmente, na acumulação de capital nacional, assegurada por meio de políticas comerciais, protecionistas ou não, mas sempre em conformidade com os interesses da nação, como será exposto a seguir.

## **2.2. O desenvolvimento de economias nacionais**

A Inglaterra dos séculos XVI e XVII representou o mais elucidativo exemplo do Estado no qual as práticas mercantilistas foram amplamente utilizadas. A conquista e exploração de mercados e povos era um de seus principais objetivos, subordinando-os aos interesses do Estado inglês. A política inglesa, fundamentalmente, recomendava e obrigava a busca e manutenção de

crescentes superávits comerciais. Dessa forma, difundiu-se a regra de que uma nação para tornar-se forte tinha que obter riqueza e, sendo esta expressa pelo acúmulo de metais preciosos, as medidas deveriam regular com êxito, a balança comercial. Assim, o Estado se fortalecia tanto interna quanto externamente e suas indústrias floresciam porque estavam garantidas as condições para a acumulação de capital que, inevitavelmente, são o ponto de partida para o financiamento do desenvolvimento (BELL, 1976; BARAN, 1960; LIMA SOBRINHO, 1995).

No entanto, a acumulação de capital requerida para o desenvolvimento inglês foi verdadeiramente de capital nacional, assegurado por meio das sanções, regulamentações e proteções que garantiram a hegemonia inglesa por um longo período.

O extraordinário desenvolvimento inglês esteve longe de respaldar-se internamente no liberalismo e no capital estrangeiro, ao contrário, esteve decisivamente respaldado na capacidade de garantir o aproveitamento de suas potencialidades, como também pela capacidade de impor liberdade apenas para si, enquanto aos concorrentes destinava suas leis protecionistas, asseguradas pelas restrições impostas pelo Estado inglês. A Lei da Navegação é a característica maior do protecionismo inglês, construindo a base da preparação para a sua Revolução Industrial.

Não resta dúvida que a referida Lei, cujos princípios essenciais eram a proibição das importações de determinadas mercadorias e a utilização de qualquer transporte marítimo que não o inglês, foi inicialmente a grande responsável pela garantia de acumulação de capital nacional, numa época em que o comércio marítimo era o grande responsável pelo aumento da riqueza e do poder das nações. Esse comportamento inglês foi amplamente discutido por LIST (1983) em seu “Sistema Nacional de Economia Política”. Ao estudar a história de determinadas sociedades, em especial a inglesa, a holandesa, e a americana, observou que a economia holandesa era fundamentada no comércio de transportes marítimos, assegurados pela força de sua esquadra, que exercia um certo “monopólio dos mares”. Monopólio este que ameaçava a expansão

comercial inglesa. Daí resultarem as drásticas sanções e proibições que se configuram como verdadeira proteção comercial.

As medidas adotadas pelo governo inglês foram ampliadas após a fase dos descobrimentos marítimos, quando a Inglaterra vetou aos demais países o comércio com as suas colônias.

Isso posto, percebe-se que nos momentos iniciais do desenvolvimento do capitalismo inglês, o Estado procurou, eficazmente, garantir que a acumulação de capital fosse baseada no aproveitamento das oportunidades que se ofereciam ao seu comércio marítimo pela própria nação, nunca pelas outras. Ou seja, as oportunidades de crescimento, desenvolvimento e especialmente, o excedente econômico foram apropriados pelo povo inglês, estando ainda bem longe do liberalismo do século XIX. No entanto, nesse novo período do ciclo da expansão capitalista, outras nações como Estados Unidos, França e Alemanha começam a adotar políticas protecionistas, que já não são mais convenientes para a Inglaterra, passando da fase do mercantilismo, do protecionismo, à do liberalismo inglês, que era uma nova maneira de aproveitar suas potencialidades oriundas do progresso tecnológico, cujo berço foi justamente a Inglaterra. Por isso, a Lei da Navegação passara a ser um entrave lógico ao desenvolvimento inglês: como iriam os ingleses dominar o mundo com suas manufaturas pregando o liberalismo, se a Lei da Navegação era o exemplo da não-liberdade inglesa? Pregava-se a liberdade para garantir a sua liberdade nos demais países, não significando que a recíproca fosse verdadeira. Na verdade, a Inglaterra não precisava mais da proteção de seus mercados via comércio marítimo. A Lei da Navegação perdera sua eficácia; entretanto, seu objetivo foi alcançado: a Inglaterra tornara-se, àquela época, a nação mais importante do mundo graças a possibilidade, que lhe foi garantida pela referida Lei, de abastecer seu mercado interno e penetrar via mares em outros mercados. Todavia, o liberalismo inglês, como já frisado anteriormente, apenas assegurava o seu desenvolvimento, sempre calcado na acumulação de capital em bases nacionais, isto é, no capital nacional, na empresa nacional e na exploração e expropriação de outras nações, tanto na

África, quanto na Ásia e na América (LIST, 1983; BARAN, 1960; LIMA SOBRINHO, 1995).

O surgimento de outra nação concorrente efetiva no mercado mundial acaba por desbancar a Inglaterra de seu trono como país hegemônico, sugerindo que outros países deveriam voltar-se para o exemplo inglês e aproveitar ao máximo as suas potencialidades, em seu próprio benefício. A nação que se candidata a assumir o novo trono, não é mais do que uma de suas colônias, os Estados Unidos da América.

A história norte-americana também constitui notável exemplo de como a defesa do interesse nacional pode contar mais para a conquista do mercado externo do que o contrário. Inicialmente, a economia dos Estados Unidos da América se desenvolve de forma reflexa, fundando-se nas necessidades da extensão do espaço econômico inglês para outras áreas.

A imigração européia para os Estados Unidos foi em grande parte, decorrente do cercamento das terras, das perseguições religiosas e do desemprego tecnológico, provocado pela revolução industrial inglesa. Sendo, portanto, o desenvolvimento norte-americano impulsionado por esses fatores, associados ao capital que também imigrou da Europa para as colônias americanas.

Entre 1880 e 1930, estima-se que imigraram para os Estados Unidos cerca de 27,8 milhões de pessoas (SOUZA, 1995), o que mostra, portanto, que em alguns aspectos, especialmente no tocante à mobilidade da mão-de-obra, o mundo já foi muito mais globalizado que atualmente (BATISTA JR., 1998a).

As novas colônias fundadas por imigrantes ingleses declararam-se independentes da Inglaterra em 1776. Posteriormente, seguiram o exemplo inglês de expansão territorial, anexando novas áreas tanto por meio do comércio quanto por conquistas militares.

No tocante ao capital exigido para o crescimento convém lembrar que, diferentemente do que se apregoa, o capital que foi deslocado para os Estados Unidos era em sua maioria de propriedade dos imigrantes, que adotaram definitivamente a colônia como sua pátria. Com esse entendimento, os norte-

americanos passaram a ter influência sobre as demais colônias e até meados do século XX, já exerciam influência sobre as demais nações do mundo, inclusive, sobre a sua ex-metrópole.

Além desses fatores, convém ressaltar que os fatores centrais da revolução industrial americana foram as inovações tecnológicas, a revolução agrícola e as revoluções nos transportes, ancoradas na contribuição das exportações agrícolas. Dessa forma, a nova nação passa de uma economia agrícola para uma economia industrial. Até a década de 1880, a agricultura foi a principal fonte de geração de renda nos Estados Unidos, entretanto, já em 1900, há substancial inversão, quando o valor dos produtos da manufatura passou a ser o dobro do valor dos produtos agrícolas, destacando-se os Estados Unidos da América ainda nesta década, como a principal potência industrial (ROBERTSON, 1967; SOUZA, 1995).

A grande potência industrial preocupou-se inicialmente com o atendimento do mercado interno, expandindo seu poderio econômico para conquistar novos mercados só a partir do início do século XX, quando os produtores americanos buscam outros mercados para vender seus produtos em grande escala. Mais interessante ainda para o entendimento das nuances do desenvolvimento americano é o fato de ter-se pautado inicialmente na auto-suficiência nacional que, diferentemente dos europeus, pobres em recursos naturais, costumavam importar matérias-primas para empregar seus trabalhadores na produção de manufaturas; os Estados Unidos levaram a mão-de-obra à matéria-prima, resultando extraordinário progresso técnico, tanto no setor agrícola quanto no industrial (ROBERTSON, 1967).

O acesso à terra promovido pelo Governo norte-americano, por meio da compra e do confisco (reforma agrária), garantiu o assentamento de um contingente significativo da população urbana, constituindo a base efetiva para o extraordinário desenvolvimento agrícola, que se dá paralelamente ao desenvolvimento industrial. O crescimento da renda agrícola, resultante dos assentamentos dos novos colonos e das transformações da agricultura, aliados à expansão industrial, decorrente das inovações tecnológicas da agricultura,

favoreceram a ampliação de seu mercado interno. Portanto, o desenvolvimento agrícola norte-americano tornara-se o ponto de partida, a base a partir da qual desenvolveu-se a agroindústria e a produção de equipamentos, que juntamente com o desenvolvimento dos transportes, impulsionaram a revolução industrial americana.

O exemplo significativo da agricultura e da inter-relação entre esta e a revolução industrial norte-americana no processo de desenvolvimento pode ser dado pelo algodão. Esse produto foi a base exportadora mais importante, exercendo efeitos multiplicadores significativos sobre o mercado interno. As exportações de algodão pularam de 22% em 1810 para 57% das exportações totais em 1860. Dada a sua importância é que as inovações tecnológicas na agricultura estiveram voltadas inicialmente para a cultura algodoeira, uma vez que a indústria têxtil inglesa era a maior importadora do algodão norte-americano. Os americanos, copiaram, aperfeiçoaram e dominaram algumas técnicas inglesas, especialmente no ramo da indústria têxtil que possibilitou um amplo desenvolvimento das forças produtivas, capacitando-as para, posteriormente, desenvolverem tecnologias próprias (SOUZA, 1995).

Em suma, as revoluções agrícola, industrial e dos transportes, semelhantemente ao caso inglês, desenvolveram e ampliaram o mercado interno, mas, concomitantemente, as exportações norte-americanas desbancavam o seu concorrente mais forte: a Inglaterra.

Não é de se negar a importância da agricultura no desenvolvimento norte-americano, mas convém ressaltar que aliada a esse papel essencial, estava a atuação marcante do Estado no atendimento não só das funções clássicas, mas especialmente como interventor direto no processo, por meio das políticas agrícola, industrial, comercial, que asseguram o aproveitamento de suas potencialidades e das oportunidades que lhes eram apresentados pelo comércio de produtos agrícolas e de manufaturas. De 1910 a 1920, as exportações americanas cresceram 327% e as importações 239%. Por outro lado, o crescimento industrial de 1909 a 1950 foi de 25% ao ano, enquanto o

crescimento da formação bruta de capital manteve-se acima de 20%, no período (Mota, 1964, citado por SOUZA, 1995).

Para LIMA SOBRINHO (1995), o que assegurou essa elevada taxa de investimento foi o interesse nacional, sem esquecer de que todos os fatores requeridos para a expansão do capital foram utilizados especialmente pelos americanos e para os americanos. Por mais que tenha havido capital estrangeiro, principalmente o inglês, esteve subordinado aos interesses americanos, só atendendo ao interesse inglês por estratégias deliberadas para expandir a economia americana em bases nacionais. De maneira alguma, a nação perdia o controle de matérias-primas estratégicas e muito menos de mercados, quer externo ou interno. Isso garantiu que o excedente econômico fosse apropriado e reinvestido nos Estados Unidos da América, ou mesmo fora, num outro momento, mas sempre sob o controle norte-americano. O capital estrangeiro que aportava nos Estados Unidos era recebido como criado e como tal devia servir ao seu senhor, representado pelo Estado, bancos ou empresas realmente nacionais, uma vez que estas detinham o controle do capital.

Ao livre comércio cabia o mérito pelo sucesso do desenvolvimento das nações de industrialização mais adiantada, sugerindo que as demais nações também podiam apropriar-se dos benefícios do livre comércio. Entretanto, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, a prática está dissociada da teoria. O livre-cambismo defendido pelos discípulos de Adam Smith explicava em parte o sucesso do desenvolvimento inglês e americano, uma vez que, na verdade, não se deve retirar o mérito da liberdade comercial para quem se apropria desses benefícios. No entanto, só as nações em estágio adiantado de industrialização é que são capacitadas para apropriarem-se da grande maioria dos benefícios do comércio. Da mesma forma, essas nações só defendem a liberdade comercial quando lhe é conveniente. Tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos adotaram e adotam ainda, políticas protecionistas (nacionalistas) que lhes garantam a manutenção de seus mercados, da renda de sua população e o domínio sobre as demais economias. Assim, a liberdade do comércio, a despeito de promover o desenvolvimento, pode também ser uma fórmula para assegurar o domínio das

grandes esquadras (no passado) e o monopólio comercial das grandes potências (no passado, presente e futuro).

O argumento de Lima Sobrinho, que em nada se diferencia de List, ao contrário, List é a referência a partir da qual o autor desenvolve seu raciocínio, pode ser observado no comportamento inglês quando de seu desenvolvimento, bem como nas relações entre Estados Unidos e Japão. O Japão representa um dos melhores exemplos de desenvolvimento baseado no aproveitamento de suas potencialidades e superação de suas limitações restritivas ao desenvolvimento. Era um país de escassos recursos territoriais e praticamente feudal e completamente fechado até a restauração Meiji<sup>9</sup>.

A política de comércio exterior japonesa era fundada no fechamento dos portos aos estrangeiros, entretanto, já em 1854, o governo estabeleceu um tratado comercial com os Estados Unidos, no qual os portos marítimos são abertos aos navios norte-americanos. Posteriormente outros países europeus conseguem penetrar no mercado japonês através de acordos comerciais. No entanto, a abertura japonesa estava fundamentada nos interesses do Japão. O país começava a vislumbrar-se com as possibilidades de desenvolvimento que o comércio com o resto do mundo poderia lhe oferecer. Assim, as mudanças nas relações comerciais com o Ocidente, estiveram atreladas aos interesses do Japão, explicitadas por reformas impregnadas de nacionalismo que fundamentaram todo o desenvolvimento econômico japonês.

A Restauração Meiji, transformou a base feudal, criou as pré-condições para a expansão do capitalismo japonês. No entanto, a despeito das transformações, que propiciaram o desenvolvimento da economia e da sociedade japonesa, o imperador centralizou o poder em detrimento das classes que anteriormente governavam com as velhas estruturas feudais. A ideologia da Restauração era de centralizar o poder e assegurar as condições para o desenvolvimento em bases nacionais, isto é, a preocupação com o colonialismo fez o Japão adotar políticas que liberalizaram em parte seu comércio sem,

---

<sup>9</sup> Restauração promovida pelo Imperador Meiji.

contudo, permitir o controle quer do comércio, quer de suas empresas pelo capital estrangeiro.

Tão vertiginoso foi o desenvolvimento japonês que dentro de um século, incluía-se no rol das cinco nações mais desenvolvidas do mundo, assumindo posteriormente o posto de segunda potência mundial, quando passa a concorrer em nível mundial, com os Estados Unidos. Nessa nova etapa, as sanções norte-americanas voltam-se contra o Japão para proteger a indústria automobilística, muito embora o argumento de indústria nascente já não possa ser utilizado, a política comercial americana reveste-se de caráter protecionista.

Mas o que realmente chama a atenção no caso japonês são as estratégias de desenvolvimento calcadas no fortalecimento da poupança nacional, das empresas nacionais, enfim, de um desenvolvimento, que efetivamente esteja voltado para o atendimento dos interesses nacionais. Dessa forma, a atuação do governo foi decisiva para garantir que os benefícios do progresso fossem apropriados pelos japoneses, à medida que limitava os empréstimos estrangeiros exclusivamente ao atendimento de seus próprios interesses. Da mesma maneira que fizeram os americanos, os japoneses, não deixaram de aceitar a “ajuda” externa para o seu desenvolvimento, entretanto, eliminaram a possibilidade de controle externo sobre suas decisões políticas e, ou, econômicas (LIMA SOBRINHO, 1995).

Os japoneses abominavam as nações que se deixavam iludir por promessas de desenvolvimento financiado por capitais estrangeiros, em detrimento da geração de capital nacional. Essa seria a maneira mais fácil de ser colonizado. Assim, corretamente, receberam toda ajuda possível, mas consciente de que a “ajuda” externa era uma via de mão dupla. Na verdade os norte-americanos não estavam preocupados com o Japão por si só. Era a expansão soviética que os preocupava. Portanto, seria conveniente para ambos, o desenvolvimento japonês. Desenvolvimento este que, se deixado por conta dos interesses norte-americanos, teria conduzido o Japão não ao Primeiro Mundo, mas à uma extensão da economia americana, semelhante ao que sucedeu com a

Índia e a África sob o domínio inglês (BARAN, 1960; LIMA SOBRINHO, 1995).

A diferença que definiu o sucesso do projeto de desenvolvimento japonês parece conduzir à conclusão de que, diferentemente de outras nações, o Japão havia utilizado, amplamente, recursos obtidos a partir do aproveitamento de todas as oportunidades de lucros que foram surgindo no país (LIMA SOBRINHO, 1995). Daí resulta o extraordinário exemplo japonês de como desenvolver-se sem entregar-se ou tornar-se totalmente dependente do capital estrangeiro para o seu desenvolvimento, pois o lucro das empresas estrangeiras vão para fora acrescer a renda nacional de outros países.

Diferentemente destes três casos discutidos, o Brasil tem como característica marcante a dependência externa, característica esta que influenciou e tende a influenciar a economia, a política, a sociedade, enfim, a vida brasileira.

Na definição de SANTOS (1972), dependência é uma *situação econômica, social e política na qual certas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, ações e interesses de outras nações que exercem sobre elas uma dominação*. Decerto há diferentes maneiras de se estabelecer relações de dependência, mas de fato, só há possibilidade de efetivá-la porque há conveniência entre os interesses externos e os interesses das elites dominantes das sociedades menos desenvolvidas. Assim é que se estabelecem as relações de dependência, que não são propriamente derivadas exclusivamente, do emprego de forças militares, mas de acordo com as circunstâncias históricas da expansão do capitalismo no mundo e dos instrumentos mais eficazes para a sua expansão pacífica.

Dessa forma é que o Brasil, durante a expansão comercial européia tem a sua história econômica iniciada pela dominação exercida por seu descobridor, Portugal. Passaram-se três séculos para que o país fosse politicamente emancipado de Portugal. Apesar disso, foi novamente ajustado aos interesses do novo sistema produtivo que substituiu o feudalismo, sendo inserido numa nova etapa de dominação, pautada nos interesses decorrentes da Revolução Industrial inglesa, cujo atendimento aos interesses da indústria definiram a participação do

país de forma que a sociedade brasileira continuou tão dependente quanto antes de 1822 (BRUM, 1991).

A busca da riqueza e de lucros constitui o interesse máximo dos países desenvolvidos, para os quais a América Latina e especialmente o Brasil participam do desenvolvimento do capitalismo mundial, de forma dependente, sucessivamente em três fases distintas, mas com interesses semelhantes.

Na primeira, estão subordinados aos interesses da Europa colonizadora, para a qual os países da América Latina serviam apenas para fornecer metais preciosos, produtos extrativos e agrícolas para atender às necessidades da sociedade européia. Na segunda fase, subordinam-se novamente aos interesses da Europa capitalista industrial, fornecendo matérias-primas, produtos agrícolas e mercados para seus produtos manufaturados. Na fase seguinte, século XX, tornam-se provedores de mercados para os capitais excedentes, a tecnologia, os produtos industrializados dos Estados Unidos, Europa e Japão (BRUM, 1991), seguindo subalternamente, a divisão internacional do trabalho que lhes foi imposta.

A industrialização da economia brasileira foi em parte induzida pelas contingências da Primeira Guerra Mundial e, em parte, pelo renascimento do nacionalismo, não mais o romântico, baseado na exaltação da natureza, do território, mas no sentimento de que só uma industrialização com base no capital nacional, na empresa nacional é que poderia dar independência econômica ao país.

O país toma consciência de que é dependente e atrasado mas, fundamentalmente, de que é possível desenvolver-se evocando o nacionalismo que se compromete com a realidade, apresentado nas versões literário-artístico-cultural, cívico-político e econômico. A dimensão econômica, a que interessa neste estudo, é decorrente da percepção de que a economia brasileira esteve inserida de forma dependente no capitalismo internacional. Dessa forma, frutifica-se a consciência de que a indústria nacional deve ser incentivada, em detrimento da concorrência estrangeira, surgindo assim a idéia da proteção tarifária como forma de garantir a expansão econômica em bases nacionais e não

apenas como uma extensão dos interesses internacionais. Uma das expressões dessa efervescência do nacionalismo, dentre outros, é a criação do Centro das Indústrias de São Paulo sob a presidência de Roberto Simonsen, que considerava possível a independência econômica do país, desde que houvesse um parque industrial eficiente (BRUM, 1991).

A partir do colapso da grande depressão, o país tem novamente condições favoráveis para industrializar-se visto que a crise econômica mundial reduz as exportações brasileiras e, conseqüentemente, a receita reduzida inviabiliza as importações, voltando-se novamente para o atendimento ao mercado interno, via produção nacional.

No entanto, a ruptura com as estruturas arcaicas das oligarquias rurais não se dá e o país passa a conviver com os arranjos entre o latifúndio agrário e o capital estrangeiro, sob a liderança não mais de Portugal ou Inglaterra, mas da nova potência imperial, os Estados Unidos da América. Apesar dos ideais e da postura nacionalista de Getúlio Vargas, que, economicamente, objetivava pôr o Brasil no cenário econômico mundial no mesmo nível dos países desenvolvidos, estimulando a industrialização baseada na empresa nacional, que a seu ver, deveria liderar o processo de acumulação primitiva que, definitivamente, elevaria o país à condição de desenvolvido. Para tanto, as empresas deveriam ser apoiadas pelo setor público nesta fase inicial de acumulação capitalista, pois a meta de industrialização exigiria elevados investimentos, tanto em construção de infraestrutura quanto na produção de insumos básicos.

Dessa forma, dadas as condições iniciais da acumulação capitalista, o Estado, assume a função de orientar os investimentos, proteger a indústria incipiente e fornecer-lhe infra-estrutura (energia, transportes, comunicação, etc) e matérias primas básicas (ferro e aço, petróleo etc.), bem como conciliar interesses de classes conflitantes.

Daí a crescente estatização da economia brasileira, representada pela presença tutelar do estado, inclusive no plano social, com a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), e na esfera econômica com a criação da Companhia

Siderúrgica Nacional, nos anos 40 e, posteriormente, nos anos 50 com Petrobrás e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

A justificativa para a atuação do Estado na economia era fundamentada na noção de que um país em estágio atrasado de desenvolvimento capitalista só poderia desenvolver-se com a participação do Estado. Esse modelo de desenvolvimento prosseguiu com o Plano de Metas na década de 50 e, posteriormente, com os demais Planos que completariam as fases do processo de substituição de importações até a sua superação na década de 70, quando esgotaram-se as possibilidades de substituição de importações, nos moldes do modelo brasileiro (TAVARES, 1983). Neste período de industrialização a mudança do centro dinâmico se dá em direção ao mercado interno.

Esta mudança de curso está fundamentada na concepção de que apenas se industrializando seria possível atingir o tão almejado desenvolvimento. Esta concepção é decorrente das constatações empíricas de que a divisão internacional do trabalho que os países centrais impuseram aos países periféricos estava na verdade inviabilizando o seu desenvolvimento, visto que as relações de trocas eram desfavoráveis para os países que vendiam matérias-primas e importavam produtos manufaturados dos países de industrialização avançada (PREBISCH, 1964).

Por outro lado, o fato de se ter dado ênfase à industrialização como única forma de desenvolver o país deixou à margem o setor rural. Em decorrência dessa visão equivocada, os intelectuais brasileiros foram incapazes de observar o exemplo dos países capitalistas desenvolvidos, de forma que cometeram três grandes erros, quais sejam: a) desconsideraram a relação entre crescimento e desigualdade; b) consideraram apenas a dimensão alocativa da eficiência econômica, desconsiderando a eficiência distributiva, c) ignoraram o processo histórico de desenvolvimento das nações mais avançadas, cujo desenvolvimento foi dirigido tanto para o setor industrial quanto para o rural (GONÇALVES, 1999).

Neste último aspecto, ROBINSON (1981) acrescenta que ao contrário dos demais países desenvolvidos, a insustentabilidade do desenvolvimento

brasileiro se deu não só pelo fato de se ter priorizado o desenvolvimento industrial, mas pelo fato de não se ter promovido a reforma agrária e as reformas sociais e políticas necessárias à modernização da agricultura, concomitantemente com o desenvolvimento industrial.

A sustentação do desenvolvimento brasileiro após a superação do processo de substituição de importações foi inviabilizada por falta de paradigmas devidamente adequados à realidade brasileira (MAGALHÃES, 1999). Decerto, as crises do petróleo e a aceleração da inflação mundial tiveram conseqüências danosas, mas a incapacidade dos responsáveis pela política econômica brasileira de adaptar-se às novas condições da economia mundial, culminaram numa nova perda do bonde da história do desenvolvimento. Para MAGALHÃES (1999) constitui-se numa das principais causas da inviabilização do desenvolvimento brasileiro pós-milagre e, especialmente na década de 90, quando se tenta novamente importar paradigmas vendidos por países desenvolvidos que privilegiam a abertura comercial e financeira para países em diferentes estágios de desenvolvimento.

Fundamentalmente o que convém ressaltar é que no caso brasileiro não houve um conflito entre as oligarquias rurais e a indústria, diferentemente dos Estados Unidos da América. Além do mais, até a década de 1990, o capital estrangeiro, foi devidamente empregado em setores convenientes para a nação, momento em que se teve crescimento com preservação de interesses nacionais.

O fato é que após expressivo crescimento econômico o país entra na fase depressiva dos anos 80, que fundamentalmente tem repercussões danosas sobre a economia e a sociedade brasileiras na década de 90, uma vez que os indicadores de desenvolvimento não sofreram alterações positivas como previam os adeptos da globalização.

### **2.3. Modelos teóricos**

As discussões teóricas iniciais sobre o comércio internacional partiram dos defensores do mercantilismo e foram dominantes durante os séculos XVI,

XVII e XVIII. Esta corrente defendia a regulamentação, a proteção e a atuação do Estado na busca do estabelecimento de um Estado forte e rico. Riqueza esta que, necessariamente, deveria provir do saldo favorável da balança comercial. Entretanto, o saldo positivo de uma nação, necessariamente, gerava saldos negativos para outra, isto é, a riqueza de uma produzia a pobreza da outra.

É nesse contexto que surgiu o trabalho de Smith, “A Riqueza das Nações”, em 1776, elaborado em defesa do livre comércio, o qual se constituiu no marco teórico do rompimento com a doutrina mercantilista. Para Smith, as trocas voluntárias entre as nações, baseadas nas vantagens absolutas, poderiam beneficiar as nações mutuamente. Para tanto, voltou-se à defesa do livre mercado com o repúdio às regulamentações e proibições mercantilistas que representavam um sério entrave à acumulação do capital, antecipando o estado estacionário. Dessa forma, a liberdade asseguraria ao capital mover-se livremente, inclusive entre as nações, garantindo o progresso.

### **2.3.1. O liberalismo**

Os argumentos de Adam Smith a favor do livre comércio basearam-se nas diferentes produtividades do trabalho de país para país e, portanto, o país cujo fator trabalho fosse mais produtivo na produção de determinados bens deveria especializar-se na produção desses bens para o atendimento não só da demanda interna, mas também da externa, sendo esta uma das formas mais eficazes para a expansão dos mercados, garantindo assim a acumulação de capital em escala consistente com as necessidades do sistema capitalista. Este é o argumento a partir do qual Smith desenvolveu a sua teoria das vantagens absolutas.

Entretanto, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta de custo, a Teoria das Vantagens Absolutas de Smith não conseguia justificar as vantagens do comércio internacional. Para tanto, David Ricardo respondeu esta questão com a Teoria das Vantagens Comparativas no trabalho “Princípios de Economia Política”. Segundo Ricardo, um país, mesmo não apresentando

vantagem absoluta ou apresentando vantagem absoluta em todos os bens produzidos, deveria manter relações comerciais com outro país, desde que haja diferenciais de custo internos relativamente aos produtos externos.

Seu argumento é simples: se a Inglaterra necessita de 100 homens por ano para fabricar tecidos e de 120 para produzir vinho, e se Portugal, por sua vez, fabrica tecidos com o trabalho de 90 homens por ano e vinho com o de outros 80 homens/ano, embora Portugal possua vantagens absolutas de custo, “lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto” (RICARDO, 1982:105). Portugal possui vantagem de custo na produção de vinho relativamente à sua produção de tecidos, ocorrendo o contrário com a Inglaterra. Especializando-se ambos na produção do produto de maior vantagem comparativa, geram uma oferta adicional desses produtos que, trocados entre ambos os países pelo preço equivalente ao seu custo interno, Portugal estaria trocando o trabalho de 80 homens pelo de 100 homens na Inglaterra, feito que não seria possível no mercado doméstico, mas que o é no mercado internacional.

Os liberais, discípulos de Smith, consideravam que nos países industrializados, o fator trabalho é mais produtivo quando empregado nas atividades industriais do que quando empregado por exemplo, na agricultura, ocorrendo o inverso nos países menos industrializados. Nesse caso, a suposição clássica já deixaria de ter aplicabilidade no mundo real, pois é mais provável que um país mais industrializado seja mais produtivo tanto na atividade industrial quanto nas demais. Esse fato não passou despercebido por seus seguidores que buscaram adequar as suposições liberais às condições históricas do desenvolvimento do capitalismo.

O argumento a favor do livre comércio, desenvolvido pelas nações em estágio avançado de industrialização, possibilitou, ao ser adotado em conformidade com os interesses dessas nações e em detrimento das demais, aliada a outros fatores, um extraordinário crescimento do mercado externo e o conseqüente domínio econômico, financeiro, tecnológico e político das nações

industrializadas, principalmente da Inglaterra, até mesmo sobre comunidades milenares como a China e a Índia (BARAN, 1960).

As limitações teóricas da Teoria das Vantagens Comparativas são basicamente três: 1) seu grau extremo de especialização não é observável no mundo real; 2) ela prevê ganhos ao país como um todo, quando o que se observa são efeitos distributivos de renda diferenciados; e 3) ignora o papel da dotação de recursos como causa do comércio externo (KRUGMAN e OBSTFELD, 1999).

Samuelson buscou resolver as duas primeiras questões com seu modelo de fatores específicos, em que alguns fatores são móveis e outros fixos. Dessa condição derivam funções de produção com rendimentos decrescentes dos diversos bens, as quais, em conjunto, determinam a produção potencial de uma economia, representada por uma fronteira de possibilidade de produção côncava à origem. Dada a razão dos preços dos bens ofertados, a alocação eficiente da economia é verificada pela tangência da reta de preços com a fronteira de possibilidades de produção; quanto maior for o preço de determinado bem relativamente ao preço de outro, tanto mais os recursos são alocados na produção do primeiro. É plausível nestas condições que as quantidades de equilíbrio sejam tais que haverá produção de quantidade não nulas de vários bens, evitando assim a especialização extrema de Ricardo.

A renda gerada por determinada produção de equilíbrio remunera determinados proprietários de fatores produtivos. As alterações dos preços relativos determinam modificações na demanda desses fatores, provocando maior escassez de alguns contra menor escassez de outros, o que reflete em suas remunerações. O aumento do preço de artigos manufaturados relativamente aos preços dos alimentos conduz a uma maior alocação de fatores produtivos na manufatura em detrimento dessa alocação na agricultura; a maior demanda dos fatores aplicados à manufatura eleva o preço dos mesmos, enquanto a menor demanda de fatores aplicados à produção de alimentos deprime seus preços. Segue-se uma maior remuneração aos capitalistas industriais contra uma menor remuneração aos proprietários de terra. As trocas externas, diferentemente dos

ganhos gerais enfatizados por Ricardo, promovem efeitos redistributivos da renda<sup>10</sup>.

As dotações originais de fatores são introduzidas na teoria econômica por Eli Heckscher e Bertil Ohlin. O conhecido teorema estabelece que os países tendem a exportar bens que são mais intensivos nos fatores que cada país possui em maior abundância, ou seja, os países mais industrializados tendem a exportar manufaturas e importar alimentos, ocorrendo o contrário com os países mais agrários. Combina, pois, a abundância relativa de fatores produtivos com o estado da tecnologia no país para determinar um conjunto de produtos fatores intensivos. A maior abundância de um fator constitui em uma vantagem de custo para o produto intensivo nesse fator, derivando para si a alocação de recursos, dada sua vantagem comparativa.

Adicionalmente, o modelo conduz inexoravelmente à uma equalização dos preços relativos dos fatores com o estabelecimento do comércio entre nações. O comércio externo determina uma convergência dos preços dos bens, cuja alteração relativa conduz a alterações na demanda de fatores, convergindo para a anulação dos diferenciais de seus preços relativos.

O modelo de Heckscher-Ohlin (HO) amplia a proposição de Ricardo ao incluir mais fatores de produção relativamente ao fator trabalho no modelo ricardiano. No entanto, a derivação lógica de seu teorema encontra problemas de verificação empírica: o também conhecido paradoxo de Leontief demonstra que as importações americanas no pós segunda guerra mundial foram mais em produtos capital intensivo e não em trabalho intensivo como o teorema sugeriria<sup>11</sup>.

A formulação Heckscher-Ohlin-Samuelson é a base da proposta neoclássica de competitividade internacional. Suas principais implicações, quais sejam, *a ampliação dos ganhos dos países participantes do comércio e a*

---

<sup>10</sup> Obviamente que a ênfase de Ricardo nos ganhos gerais é mais política que econômica, haja vista sua disputa no Parlamento Inglês para a revogação das Corn Law. Ver SINGER (1982), KRUGMAN e OBSTFELD (1999).

<sup>11</sup> A exposição detalhada dos modelos de fatores específicos e HO pode ser encontrada em KRUGMAN e OBSTFELD (1999).

*conseqüente elevação dos níveis de bem-estar de seus consumidores; a especialização relativa (...) determinado pela dotação dos fatores; e a equalização das remunerações dos fatores produtivos* (CARVALHO, 1993:11), derivam da livre mobilidade das mercadorias.

A defesa do livre comércio, tanto pelos clássicos quanto pelos neoclássicos, se deu justamente pelo interesse em buscar alternativas para ampliação da acumulação de capital que estava inviabilizando o desenvolvimento das nações. A maneira de postergar o estágio estacionário era ampliar os mercados para os produtos; o objetivo particular da exportação era beneficiar a coletividade, pela ampliação dos mercados, pelo aumento da divisão do trabalho e por maior eficiência. A extensão dos mercados determina o nível de lucros, a taxa de acumulação e a velocidade do progresso técnico (SOUZA, 1995). Neste caso, a abertura da economia é uma das formas de se ampliar o mercado, aumentar o investimento e os lucros, gerando maior nível de desenvolvimento.

O liberalismo clássico idealizado para um mundo em que prevalecia os valores morais e individuais preconizava a liberdade individual como fator essencial para o desenvolvimento das nações, fazendo uma apologia ao livre cambismo.

Em síntese, o liberalismo resumia-se, no passado clássico, em mercado livre, iniciativa individual e desregulamentação. Na verdade, era o inverso do mercantilismo, respaldado pela nova situação do desenvolvimento do capitalismo. Nessa nova conjuntura, não cabiam mais as restrições à liberdade de agir (produzir, comerciar, etc.) que o governo impunha aos indivíduos, à sociedade. Portanto, a intervenção estatal é terminantemente proibida, exceto para preservar a justiça, garantir a segurança nacional e realizar os investimentos que a iniciativa privada não pretendia fazer.

Para Keynes, a atuação da “mão invisível” de Adam Smith não produz a harmonia entre os interesses egoístas dos agentes econômicos e o bem-estar geral. Este conflito de interesse acaba sendo fruto dos mecanismos automáticos de mercados livres, tendo como conseqüência a recessão e o desemprego. Cabe ao Estado, portanto, evitar a “acumulação improdutiva”, por meio da expansão

da demanda efetiva, que, se deficiente, constitui-se na causa da recessão. Dessa maneira, legitima a atuação do Estado como um dos elementos responsáveis pelo funcionamento do sistema capitalista, defendendo a intervenção em momentos de crises, via aumento do gasto público, suplantando assim a idéia rígida da escola clássica<sup>12</sup>, de que o Estado deve-se pautar por uma austeridade financeira (KEYNES, 1983).

A crítica de Keynes à doutrina liberal, representada pela escola clássica, constitui-se numa resposta à incapacidade, tanto da teoria quanto da política econômica ortodoxa, de apresentarem soluções para o problema do desemprego involuntário. Ambas, teoria e política eram fundamentadas na aceitação plena de que as forças de mercados eram capazes de expandir a produção e o emprego independente de quais sejam as circunstâncias em que o problema se manifestasse (SZMRECSÁNYI, 1978). No entanto, apesar de tanto o problema do desemprego quanto as crises não serem novidades no sistema capitalista, a manutenção do nível de emprego àquela época, passou a ser o principal problema a ser enfrentado tanto pelos economistas quanto pelos governos e a sociedade de modo geral (global), especialmente após a crise de 1929. Durante a crise, os fundamentos da plena liberdade do mercado foram solapados e substituídos por políticas econômicas intervencionistas. No entanto, o apogeu dos pressupostos keynesianos se dá com a recuperação econômica da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

### **2.3.2. O neoliberalismo**

Na versão atualizada do liberalismo clássico, a economia de mercado, o mercado global livre assume o papel central nas discussões teóricas e de políticas econômicas em todo o mundo, sobre o desenvolvimento das nações, denominado de neoliberalismo.

O ideário neoliberal surge na década de 70 quando a economia mundial está em recessão e com acentuada inflação, fenômeno denominado de

---

<sup>12</sup> Utiliza-se a definição de Keynes, ou seja, economistas de inspiração ricardiana.

“estagflação”. Posteriormente, outros fatores contribuíram seriamente para sua ascensão, tais como a crise do regime soviético, a bem sucedida inserção da Ásia no comércio exterior, dentre outros (ALVES DA SILVA, 1998). Apesar disso, ressalva que a despeito da estabilização de preços alcançada na década de 90, os países em desenvolvimento liberalizaram suas economias e não têm apresentado sinais visíveis de progresso nos campos econômico e social.

Na concepção neoliberal, o Estado intervém demais, portanto, seria necessário a desregulamentação estatal do mercado. Assim, os governos nacionais passariam a se preocupar com o equilíbrio orçamentário, no combate à inflação, deixando ao mercado plena liberdade para agir.

No discurso neoliberal, o velho *laissez-faire* é rerepresentado com o argumento de que agora, as economias nacionais, os governos, as empresas, as pessoas devem levar em consideração as pressões exercidas pela concorrência internacional. Não interessa mais de quem é o patrimônio localizado em território nacional, o que interessa não é o patrimônio da nação, mas, o que o cidadão desta é capaz de fazer para concorrer com o resto do mundo. O patrimônio nacional é irrelevante para o bem-estar de seus patrícios. As empresas são despatriadas na visão neoliberal, portanto sua nacionalidade é indiferente para o desenvolvimento dos países.

Todos esses argumentos foram provados no Consenso de Washington de onde saíram os mandamentos da cartilha neoliberal, quais sejam: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatização, abertura comercial, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira, desregulamentação, reestruturação do sistema previdenciário, investimento em infra-estrutura básica, fiscalização do gasto público, que têm definido as políticas para os países emergentes.

O decálogo extraído do Consenso tinha o objetivo de moldar o mundo às exigências do capitalismo, que já não estava se reproduzido a taxas elevadas de crescimento nos países centrais. Para muitos, a estagnação dos países desenvolvidos é vista como decorrente das restrições impostas ao sistema por intermédio do controle estatal, da proteção à indústria nacional, da proteção ao

trabalho e das garantias sociais. Portanto, os entraves deveriam ser eliminados. Dessa forma, as demais nações deveriam se adaptar às exigências de um mundo globalizado, no qual as decisões locais já não são mais possíveis, dadas as necessidades de adequação aos imperativos da concorrência internacional. Todos estão atrelados e condicionados aos desejos de expansão do capitalismo em escala mundial. Se todas as barreiras foram eliminadas, haverá paz e prosperidade, pois só o mercado global livre de toda e qualquer restrição aumentaria o bem-estar das nações.

### **2.3.3. O nacionalismo**

O nacionalismo econômico tem suas origens teóricas em Frederick List, o nacionalista alemão que durante a hegemonia do pensamento clássico liberal foi simplesmente taxado de protecionista. Baseou-se, para analisar o desenvolvimento de algumas nações, no determinante papel da navegação, da revolução industrial e da livre concorrência para o crescente desenvolvimento de umas nações e o não desenvolvimento de outras, atribuindo o sucesso ou o fracasso à maneira como se deixaram influenciar por outros com os argumentos do livre comércio.

A corrente nacionalista representada por List, preconiza, para os países que estão na retaguarda da expansão econômica mundial a atuação do estado no sentido de controlar o processo de integração econômica em bases mais favoráveis ou menos vulneráveis. Nesse contexto, da mesma forma que a abertura externa é uma fase necessária para que países em estágios primitivos possam sair do estágio de barbárie, pela assimilação da cultura das civilizações mais adiantadas, o protecionismo é uma fase ulterior necessária para a formação estratégica de uma indústria nacional. Uma vez tendo esta se consolidado, abre-se o espaço para uma integração econômica sustentável e proveitosa.

Segundo HOLANDA FILHO (1998), as teorias convencionais sobre livre comércio têm demonstrado em inúmeros casos que a crítica protecionista não é suficiente para provar a não validade das premissas do livre comércio como

fator promotor do desenvolvimento das nações. Entretanto, a questão se restringe apenas às discussões sobre a maximização do bem-estar com abstração do problema distributivo. O importante é considerar que em diversas circunstâncias do mundo real, determinadas práticas protecionistas foram necessárias e essenciais para o desenvolvimento das nações. Este enfoque foi desenvolvido na América Latina, através da CEPAL, influenciando decisivamente no processo de industrialização substitutiva, marcando definitivamente, uma nova etapa do desenvolvimento da América Latina, em especial, do Brasil.

MAGALHÃES (1999) considera que o desenvolvimento econômico latino americano esteve condicionado à importação de paradigmas econômicos do mundo industrializado, portanto, somente quando o país, após a Segunda Guerra Mundial, renunciou aos paradigmas exógenos, mesmo não tendo desenvolvido paradigmas adequados à realidade latino-americana, foi possível o extraordinário processo de industrialização pelo qual passaram o México a Argentina e o Brasil. Dessa forma, por mais que o nacionalismo esteja associado ao protecionismo, foi o repúdio às determinações da ortodoxia econômica do Primeiro Mundo que possibilitou a aceleração do desenvolvimento da América Latina. A aceitação dos paradigmas importados, desajustados à realidade brasileira constitui a causa do subdesenvolvimento até 1950 e, após 1980, vem submetendo a sérios riscos a retomada do processo de desenvolvimento brasileiro.

Cabe às idéias revolucionárias da CEPAL, na versão nacionalista, a industrialização latino-americana, em especial a brasileira. O que interessa na visão cepalina é o corte com as relações impostas por países centrais aos países periféricos, aos quais cabiam no cenário mundial, apenas o papel de fornecedores de matérias primas aos demais. Os argumentos da liberdade comercial foram suprimidos pelos nacionalistas cepalinos, em prol do desenvolvimento e não apenas da integração de forma passiva aos mercados mundiais. Dessa forma o paralelo se estabelece com a economia latino-americana após 1980, quando novamente os organismos internacionais, estão dispostos a promover uma nova

integração, na qual sobreviverão os mais eficientes, cabendo ao mercado, o papel de regular as relações econômicas globais.

Convém ressaltar que, contrariamente ao que muitos pensam, uma doutrina econômica nacionalista não deve ser entendida como cartilha de xenófobos defensores do fechamento externo de seus países. Em verdade, os nacionalistas recomendam o protecionismo, entre outras intervenções do Estado na defesa dos interesses econômicos da nação; entretanto, conforme as próprias recomendações do pai do nacionalismo, Friedrich List, estabelecidas há mais de cento e cinquenta anos, as práticas protecionistas devem cumprir apenas uma fase transitória no planejamento para o desenvolvimento a longo prazo de uma nação, combinando-se com um conjunto de ações políticas e investimentos públicos voltadas para o crescimento das forças produtivas internas, até o ponto necessário ao alcance de um mínimo de competitividade externa. A partir daí, segundo List, elas deveriam ser então progressivamente relaxadas, exatamente com o objetivo de forçar uma vantajosa inserção do setor produtivo doméstico no mercado internacional.

A idéia é que a fase do protecionismo torna-se necessária para fortalecer o mercado interno e viabilizar a formação de uma indústria nacional, assim como o abrandamento ou mesmo sua eliminação, numa fase posterior, tornam-se expedientes igualmente necessários para evitar uma provável tendência à acomodação das indústrias nacionais e a conseqüente perda dos níveis de competitividade já alcançados. Portanto, a principal diferença entre os liberais e os nacionalistas, não está na pregação ou na negação da abertura externa das nações, mas sim, no fato de que, enquanto os primeiros acreditam ou fingem acreditar na possibilidade de uma economia mundial de irrestrito livre-cambismo, baseada numa salutar concorrência entre os países, capaz de conduzi-los às escolhas corretas quanto as alocações mais eficientes de seus recursos, os nacionalistas preferem acreditar que cada um deve planejar estrategicamente sua inserção na economia mundial. O protecionismo, parte essencial dessa estratégia, pode ser exercido de diferentes maneiras, da mais explícitas, como tarifas e controles cambiais até as mais dissimiladas, como as chamadas barreiras não-

tarifárias. Deve-se considerar, entretanto, que protecionismo não se confunde com paternalismo estatal. Estados paternalistas devem ser entendidos aqueles transigem com a ineficiência ou a falta de progresso de certos setores econômicos, enquanto que o protecionismo significa, sobretudo, proteger setores econômicos nacionais emergentes contra a concorrência predadora externa.

Outra importante diferença tem a ver com o fato de que, enquanto na ótica liberal, os mercados externo e interno são vistos como substitutos, na ótica nacionalista eles são vistos mais como complementares. A idéia liberal da substitutibilidade entre o investimento privado e o investimento público é uma decorrência direta da teoria ricardiana das vantagens comparativas, segundo a qual é vantajoso para um país especializar-se na produção de bens naqueles setores nos quais ele dispõe de maiores aptidões, tomando, assim, no comércio internacional, o lugar da produção dos setores menos aptos dos outros países, ou seja, substituindo a produção menos eficiente daqueles pela produção mais eficiente dos congêneres nacionais e, por outro lado, simplesmente abandonar a produção nos setores nos quais não disponha de vantagens comparativas, substituindo sua produção doméstica nestes setores pela importação dos bens produzidos nos setores mais aptos de outros países. Em contraste, na concepção nacionalista, parte-se do princípio de que a competitividade externa de cada setor econômico depende fundamentalmente de economias de escala e rendimentos crescentes que tendem a ser facilitados quando a produção é dirigida para um grande mercado interno.

É fácil perceber, a partir daí, que o nacionalismo é particularmente uma doutrina interessante para países possuidores de grande potencial de mercado interno. Pela mesma razão, em países em que esse potencial é exíguo, como a Holanda, por exemplo, a especialização orientada para o mercado externo é uma opção estratégica, antes de ser um imperativo teórico.

No que tange especificamente à questão da formação líquida de capital, as estratégias nacionalistas tendem a ser tão favoráveis aos investimentos públicos quanto aos privados, enquanto que as estratégias liberais claramente priorizam os investimentos privados. Também nessa questão os argumentos se

baseiam em diferentes concepções teóricas, pois enquanto os liberais acreditam que o investimento público substitui o privado, os nacionalistas são mais propensos à idéia de que ambos são altamente complementares. Os primeiros argumentam que se o governo investe muito, seu resultante endividamento tende a provocar uma das alternativas seguintes: alta de juros ou da inflação, ambas as quais são prejudiciais aos investimentos privados. Os nacionalistas são mais propensos à idéia de que os investimentos públicos como, por exemplo, os aplicados em infra-estrutura de transporte, energia e educação, entre outros, geram economias externas para as empresas privadas, além de exercerem efeitos multiplicadores de renda e emprego, incentivando, portanto, os investimentos destas. Assim, enquanto os liberais recomendam a contenção fiscal como condição necessária para produzir o que, segundo eles, é o estímulo mais importante para o investimento privado, qual seja, juros baixos, as recomendações nacionalistas típicas correm a favor da criação de facilidades creditícias para o setor privado combinadas com a constituição de fundos fiscais para fomentar os investimentos públicos.

A parte da controvérsia teórica, o fato é que uma cuidadosa análise da história das grandes nações desenvolvidas mostra que, em geral, seus *policy-makers* sempre foram liberais na retórica e nacionalistas na prática. Tal comportamento não deixa de ser estratégico, uma vez que a doutrinação liberal das nações que estão na retaguarda do desenvolvimento econômico mundial é providencial como forma de paralisar iniciativas em favor do desenvolvimento de suas forças produtivas internas, afastando-se assim a ameaça futura da entrada de novos competidores.

A corrente nacionalista apregoa que o mercado por si só é incapaz de se ajustar e que as nações para se desenvolverem devem adotar políticas voltadas primeiramente para o desenvolvimento de seu mercado interno e, posteriormente, para o externo. Para tanto, é necessária a participação do Estado para preparar e equipar tanto em termos de infra-estrutura de base quanto do desenvolvimento do seu capital humano, tornando-se um agente ativo no processo de desenvolvimento das nações.

### **3. PANORAMA GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA**

O processo de globalização ou internacionalização da economia brasileira foi impulsionado na década de 90, quando o Brasil atravessava uma fase crítica nos campos econômico, social e político.

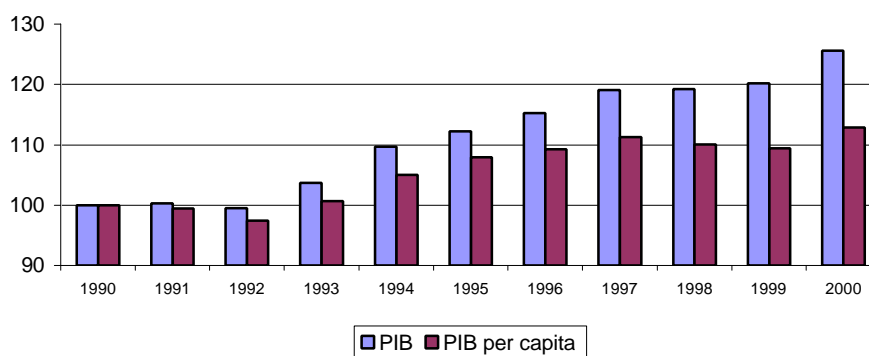
Um cenário de alta inflação e estagnação econômica contribuiu para a aceitação das recomendações contidas no chamado Consenso de Washington, eliminando-se as barreiras ao movimento de mercadorias e capitais, com o argumento de que, ao expor os setores produtivos internos à concorrência externa, haveria ganhos de produtividade e, em decorrência, a economia e a sociedade brasileiras seriam beneficiadas, uma vez que os ganhos de produtividade advindos desse processo seriam suficientes para conduzir o país ao desenvolvimento equiparável aos países do Primeiro Mundo.

#### **3.1. A economia brasileira na década de 90**

Desde o início dos anos 90, o ambiente macroeconômico encontra-se marcado por tensões decorrentes tanto dos desequilíbrios internos quanto dos externos. Este cenário extremamente instável pode ser empiricamente demonstrado pelos sucessivos planos de estabilização, bem como pelas políticas de indexação salarial, das mudanças das regras de correção cambial, nas

propostas de equacionamento da dívida externa e nos planos de ajuste fiscal do Estado (KUPFER, 1998). Paralelamente a este cenário, promoveu-se a reformulação da economia, por meio das políticas de liberalização comercial, desregulamentação e desestatização, que assumiram, nesta década, proporções sem precedentes na história econômica do país.

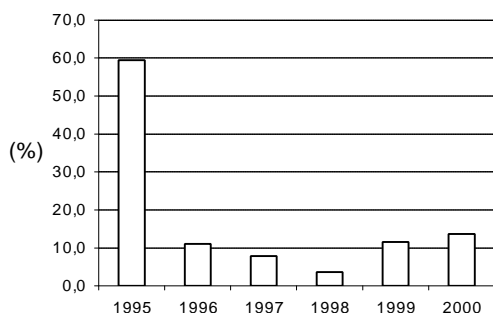
Diante disto, não é de se estranhar que os anos 90 tenham sido marcados por um baixo crescimento do PIB, a uma taxa anual média de 2,51%, e por um, mais modesto ainda, incremento do PIB *per capita*, da ordem de 1,46% ao ano, em média (Figura 1).



Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 1 - Evolução do PIB e PIB *per capita* - Brasil - índice: ano base 1990=100.

A primeira metade da década de 90, esteve marcada por inflação elevada, associada a outros indicadores que contribuíram para o reduzido crescimento econômico verificado nos quatro primeiros anos (Figura 2).



IGP-di 1990 a 2000

IGP-di 1995 a 2000

Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

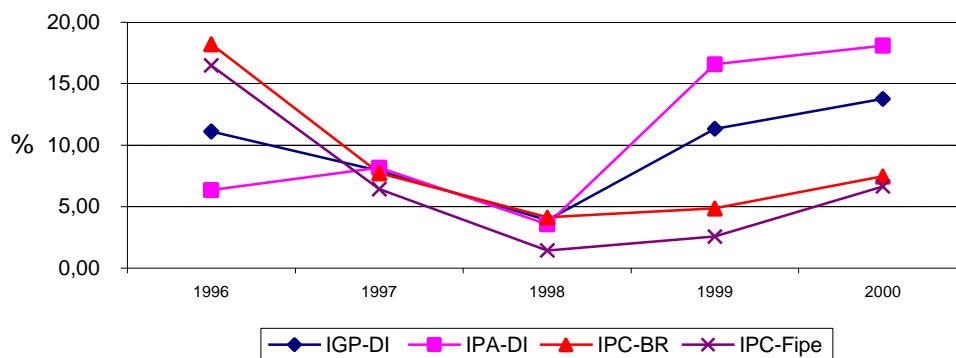
Figura 2 - Taxa de inflação medida pelo IGP-di/FGV<sup>13</sup>.

Em 1990, a inflação acumulada nos 12 meses foi de 2.740%, chegando em 1993, ano anterior ao Plano Real, a 2.104%, e, em 1994, ainda atinge a taxa de 2.123%. A partir daí, as políticas de sustentação da estabilização do Real garantiram relativamente a estabilidade deste índice, entretanto, com ônus para o crescimento econômico e para os efeitos dele decorrentes. Prova disso pode ser dada pela desaceleração da taxa de crescimento do PIB e da renda *per capita* após 1994, tendo esta última assumido valores negativos em 1998 e 1999.

A análise mais atenta do processo inflacionário mostra uma inflexão no processo de queda dos vários preços praticados na economia a partir de 1999 (Figura 3). Embora a tendência crescente seja uniforme em todos os índices, percebe-se uma assimetria entre os dois tipos de preços: os relativos aos bens intermediários (IPA-DI e IGP-DI) e os relativos aos bens finais (IPC-BR e IPC-FIPE)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> O IGP-di/FGV, calculado mensalmente, é formado de três partes: o Índice de Preços por Atacado (IPA-di), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-di); e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-di).

<sup>14</sup> O IPA-DI (Índice de Preços por Atacado) mede os preços de matérias-primas agrícolas e industriais, incluindo produtos intermediários (semi-elaborados), abrangendo ao total 477 componentes, cujos pesos no índice são revistos mensalmente; sua coleta é mensal, consultando 1.651 informantes, num total de cerca de 16 mil cotações. Esse índice compõe a cesta de índices do IGP-DI, respondendo por



Fonte: Boletim do Banco Central, junho 2001.

Figura 3 - Evolução dos índices de inflação - Brasil, 1996-2000.

Os primeiros são preços de bens considerados comerciáveis, haja vista que possuem nas importações um forte substituto. A manutenção do câmbio sobrevalorizado permitiu, desde 1994, que os importados pressionassem para baixo os preços internos de atacado.

Essa depressão nos preços tem por resultado a queda nas margens de lucro do setor industrial, consumidor dos bens intermediários. Utilizando-se do *mark-up*, razão entre lucro bruto e custos diretos de produção, como indicador dessa redução de rentabilidade, percebe-se queda generalizada do mesmo durante a década de 90, inclusive para bens de consumo final, o caso dos duráveis (Quadro 1).

---

60% da variação desse. O IGP-DI (Índice Geral de Preços) é formado por três partes: o IPA-DI, o IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor) e o INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção). O IPC-DI mede as variações de preços de uma cesta de bens e serviços que fazem parte da despesa habitual de famílias com renda entre um e trinta e três salários mínimos. Baseada na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-IBGE) de 1997-98, é revista mensalmente, com base no mercado consumidor de São Paulo e Rio de Janeiro, e relaciona 4.100 insumos, pesquisados em 2.615 estabelecimentos, totalizando cerca de 100 mil cotações. Representa 30% da composição do IGP-DI. O INCC-DI mede os preços dos materiais de construção habitacional; é uma média aritmética ponderada de índices de 20 regiões metropolitanas, reavaliada mensalmente. Perfaz 10% da composição do IGP-DI. Todos esses índices são calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O IPC-FIPE, calculado pela FIPE-USP na região metropolitana de São Paulo, a partir de famílias com renda entre 1 e 20 salários mínimos, é coletado semanalmente (JE, dez. 2000).

Quadro 1 - Variação do *mark-up* por categoria de uso - Brasil, 1990-1998

Categoria de uso	1990/95	1995/98	1990/98
Bens de consumo não-duráveis	-3,5	13,2	9,2
Bens de consumo duráveis	-36,8	-12,1	-44,4
Bens intermediários	-13,4	-6,6	-19,2
Bens intermediários não-elaborados	-12,8	-12,7	-23,9
Bens de capital	-45,7	-2,5	-47,0
Bens de capital - equipamentos de transporte	-39,2	-7,3	-43,6

Fonte: MOREIRA (1999).

Já os preços dos bens de consumo final, considerados não-comerciáveis, uma vez que não sofrem de modo global e direto a concorrência dos produtos importados<sup>15</sup>, conseguiram manter suas margens, notadamente após a implantação do Plano Real.

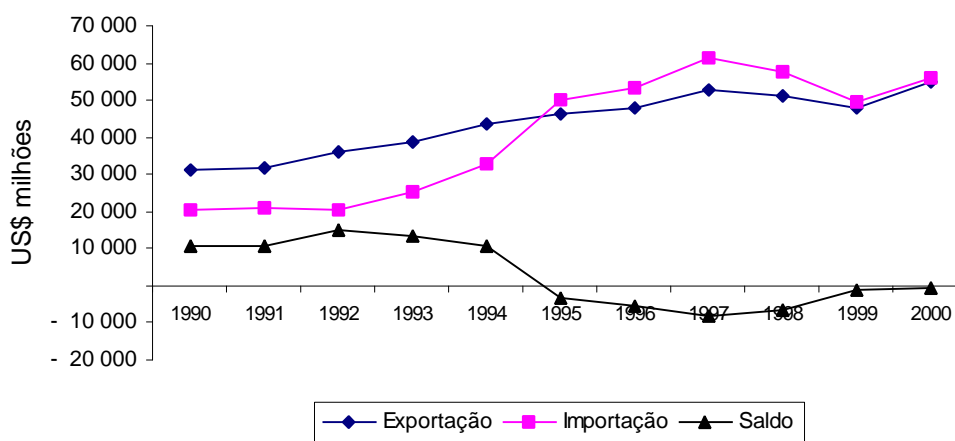
À medida em que cessa a pressão da concorrência externa, com a desvalorização do câmbio em janeiro de 1999, os setores industriais com margens reprimidas no período aproveitam-se do momento de inflexão na política cambial para recomporem sua rentabilidade.

Dada a forte compressão do *mark-up* em alguns setores importantes, como o de bens duráveis (automóveis e eletro-domésticos), da ordem de 44% entre 1990-98, pode-se esperar que a tendência altista dos índices de preços, puxada pelo índice de preços no atacado, continue até quando a indústria sentir-se recuperada de sua perda de lucratividade durante a abertura comercial.

A perseguição de uma estabilidade nos preços conduziu a uma política econômica baseada na abertura comercial, via redução das tarifas de importação, e na sobrevalorização cambial. Essa combinação favoreceu as importações, que cresceram na década à taxa de 13,3% ao ano, contribuindo para a depressão dos

<sup>15</sup> Nesses índices, como o IPC-FIPE, a seguinte composição dá uma idéia da dificuldade de controlar preços de bens e serviços de consumo via liberação de importações: 32,79% (habitação), 22,73% (alimentação), 16,03% (transportes), 12,30% (despesas pessoais), 7,07% (saúde), 5,29% (vestuário) e 3,78% (educação) perfazem 99,99% daquele índice (JE, dez. 2000).

preços internos<sup>16</sup>. À medida em que as exportações cresceram a uma velocidade menor que a metade daquela verificada para as importações, a 5,9% ao ano, a Balança Comercial começa a apresentar saldo negativo a partir de 1995 (Figura 4).

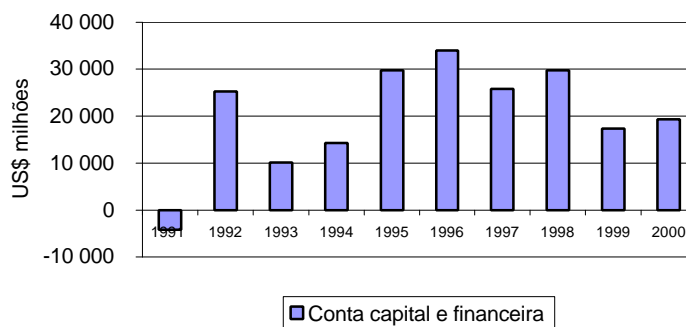


Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 4 - Evolução das exportações, importações e saldo da balança comercial - Brasil, 1990-2000.

A decorrência lógica desse processo, aliada ao aumento da renda enviada ao exterior foi uma crescente deterioração da conta de transações correntes, persistente e crescentemente negativa durante a década. A atração de capitais externos necessários ao fechamento do Balanço de Pagamentos incrementou a conta de capital a uma taxa de 3,2% ao ano. Todavia, esse crescimento dá-se por saltos. Apresenta uma média de US\$ 11 bilhões nos quatro primeiros anos da década de 1990, salta para uma média de US\$ 30 bilhões nos quatro anos posteriores ao Plano Real, caindo para uma média de US\$ 18 bilhões entre 1999 e 2000 (Figura 5).

<sup>16</sup> Correlação simples dessas variáveis durante a década de 90 é de -0,75 (cálculo da autora) (fonte: Boletim do Banco Central, outubro, 1996 e junho, 2001).



Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 5 - Evolução da conta capital do balanço de pagamentos - Brasil, 1991-2000.

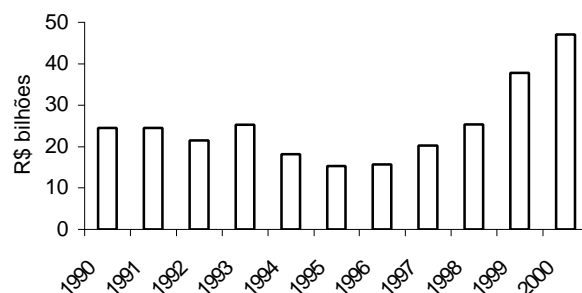
Essa evolução positiva foi a contrapartida, em grande parte, do aumento da taxa básica de juros, a qual experimentou na década um crescimento médio anual da ordem de 17%<sup>17</sup>.

O outro fator condicionante do crescimento da conta capital foi o fluxo de renda líquida enviada ao exterior. Duas fases são perceptíveis na década: de 1990 a 1995, essa remessa decresce a uma taxa anual de 8,3%, porém reverte a tendência em 1996, crescendo até 2000 a uma taxa média anual de 32,5%, atingindo R\$ 47 bilhões no final do período (Figura 6); sua magnitude, expressa como uma proporção do PIB, eleva-se de 2,8% em 1990 para 4,3% em 2000.

A análise da composição da despesa nacional mostra uma maior evolução do consumo relativamente ao investimento. O primeiro cresce a uma taxa anual de 3,3% na década, elevando sua relação proporcional com o PIB de uma patamar de 75% em 1990 para 81% em 1999. Já a formação bruta de capital incrementa-se a menor taxa anual, de 2,7%, decrescendo, por conseguinte, sua proporcionalidade relativamente ao PIB, de 23% no início da década para 20% ao seu final<sup>18</sup> (Quadro 2).

<sup>17</sup> Durante a década de 1990, há uma correlação entre as variáveis conta capital e taxa Selic de 0,68 (calculado pela autora) (fonte: Boletim do Banco Central, outubro de 1996 e junho de 2001).

<sup>18</sup> Cabe notar que, embora essa proporcionalidade decresça, a taxa de crescimento anual dessa variável superou a do PIB (2,7% do primeiro contra 2,5% do segundo). São problemas de regressão econométrica.



Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 6 - Evolução da renda líquida enviada ao exterior - Brasil, 1990-2000.

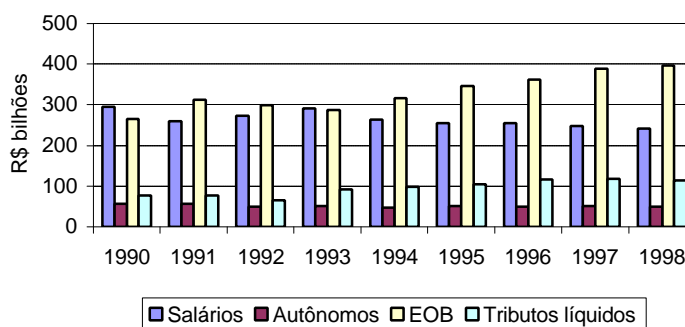
Quadro 2 - Composição da despesa nacional disponível (em R\$ bilhões)

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Consumo	653	686	665	700	742	774	810	835	837	841
% PIB	75,3	78,8	77,0	77,8	78,0	79,5	81,0	80,9	80,8	80,7
Formação bruta de capital	199	167	169	180	198	217	209	222	219	213
% PIB	22,9	19,2	19,5	20,0	20,8	22,3	20,9	21,5	21,2	20,4

Fonte: Boletim do Banco Central, outubro 1996 e junho 2001.

Decompondo-se o valor adicionado (VA) por seus componentes agregados denota-se dois grupos básicos. De um lado, a massa salarial, o rendimento dos autônomos e os pagamentos de previdência privada reduzem-se de forma absoluta e relativa em referência àquele valor adicionado. Com uma taxa real de crescimento anual negativa da ordem de 2%, os salários decrescem sua participação no bolo do VA de 42% em 1990 para 30% em 1998. De outro, o excedente operacional bruto, equivalente ao lucro bruto das empresas, e os tributos líquidos incrementam-se absoluta e relativamente: o primeiro cresce no período à taxa anual de 4,8%, saltando de uma participação no VA de 38% em

1990 para 49% em 1998; o segundo, com um crescimento mais expressivo, de 7,1% ao ano, incrementa sua participação relativa de 11% para 14% (Figura 7).



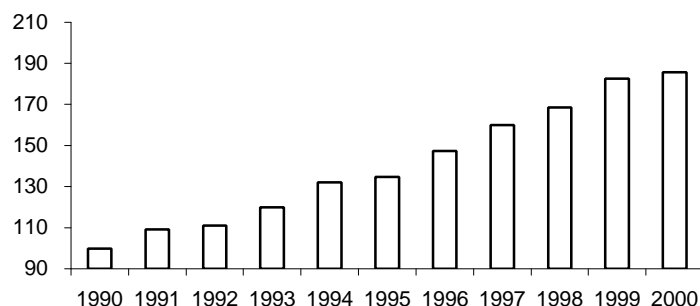
Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 7 - Evolução dos componentes do valor adicionado - 1990-1998

Percebe-se, pois, que a inserção brasileira no mundo globalizado foi concentradora de renda, promovendo uma transferência dos setores assalariados e autônomos para os proprietários do capital e para o governo.

Esse fenômeno significa que todo o esforço de ajustamento da economia brasileira às condições de concorrência internacional aberta gerou resultados que foram apropriados em sua maior parte pelo capital, com claro desfavorecimento à classe assalariada, já que, no período de 1990 a 2000, a produtividade industrial cresceu 85 pontos percentuais, com uma variação anual de 6,6% (Figura 8).

Todavia, o mercado de trabalho deteriora-se. De um lado, o índice de emprego formal medido pelo Ministério do Trabalho mostra queda de 7 pontos percentuais no emprego total, sendo os setores mais responsáveis por esse fenômeno a indústria da transformação (20 pontos percentuais) e a construção civil (29 pontos percentuais).



Fonte: Boletim do Banco Central: outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 8 - Índice de produtividade na indústria - São Paulo, 1990-2000.

Quadro 3 - Índice do nível de emprego formal - Brasil (dezembro 2000=100)

Período	Dessazonalizado				
	Total	Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Construção civil
1990	107,19	119,93	100,49	98,90	129,26
1991	104,62	114,77	95,98	97,78	127,20
1992	101,74	108,93	92,97	96,14	121,66
1993	102,50	109,81	94,76	97,12	119,47
1994	103,81	111,52	96,98	98,44	117,54
1995	102,04	106,52	96,52	98,03	114,05
1996	100,82	103,84	96,08	97,46	112,44
1997	100,44	101,77	97,13	97,38	113,19
1998	97,84	95,97	95,76	96,53	108,57
1999	96,94	96,22	96,00	96,65	99,92
2000	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Boletim do Banco Central, outubro, 1996; junho, 2001-08-05.

De outro lado, o Sistema de Contas Nacionais do IBGE traz os números de pessoal ocupado na economia brasileira, cujos índices encontram-se no Quadro 4.

Quadro 4 - Índice de emprego (formal e informal) das atividades econômicas e do complexo agroindustrial

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	PO = 1998-1990
Agropecuária	100	102	105	104	103	102	93	92	92	(-)1.153.400
Indústria do café	100	105	105	103	105	106	105	104	122	15.700
Beneficiamento de produtos vegetais	100	100	100	98	99	100	97	95	87	(-) 43.100
Abate de animais	100	104	108	107	108	113	109	107	105	10.500
Indústria de laticínios	100	104	108	105	106	113	110	112	106	3.500
Indústria de açúcar	100	108	113	110	111	118	115	109	106	4.900
Fabricação de óleos vegetais	100	98	96	94	95	96	90	85	89	(-)5.700
Outros produtos alimentares	100	105	105	103	104	105	102	100	98	(-)11.100
Saldo do CAI										(-)1.178.700
Total das atividades econômicas	100	101	101	102	103	105	102	102	102	1.296.500

Fonte: IBGE-SCN, 1990-1998.

A agropecuária foi o setor que mais desempregou pessoas durante o período: mais de um milhão de trabalhadores. Percebe-se que alguns setores incrementaram seu nível de emprego, porém a perda é líquida para o complexo agroindustrial como um todo, superior ao êxodo do setor rural.

Em contraste, a economia como um todo apresenta um aumento de novos postos de trabalho ao final do período 1990-98 de cerca de 1,3 milhões de empregos. Denota-se, pois, que, face à queda do emprego formal, esses novos postos são parte da informalidade da economia brasileira, precarizando as relações trabalhistas e as condições de funcionamento do mercado de trabalho.

As decisões de efetivar medidas para garantir a estabilidade dos preços internos não levaram em conta os demais objetivos da nação; os esqueceram em prol da estabilidade como único objetivo (FURTADO, 1999); para atingi-la, todas as medidas foram canalizadas buscando assegurar uma inflação baixa, porém, com elevadas taxas de desemprego e elevação do subemprego (MATOSO, 1998).

FRANCO (1999) assegura que a estabilização monetária se conjugaria com o desenvolvimento econômico e social após a consolidação dos fundamentos fiscais e monetários. Contudo, de forma alguma o austeridade

fiscal deve ser considerada fator inibidor do crescimento e, menos ainda, deve-se considerar a austeridade fiscal como sinônimo de racionalidade fiscal.

### 3.2. A reestruturação produtiva dos anos 90

De modo geral, a economia brasileira nos anos 90 teve um crescimento inferior ao ocorrido em meados da década de 80, apresentando em 1986, no auge do Plano Cruzado, crescimento de 9%. No entanto, a partir de 1990, ocorreu um decréscimo do PIB da ordem de 4,3%, em decorrência do Plano Collor, o qual, ao confiscar a poupança, reduziu a capacidade de financiamento da produção, ao mesmo tempo em que abriu a economia à concorrência externa.

Tal combinação promoveu a desaceleração da produção em todos os setores, sendo porém a indústria a que teve maior decréscimo, 8,2 % em 1990 (Quadro 5).

Quadro 5 - Evolução da taxa de variação do PIB - 1986-2000

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB	PIB <i>per capita</i>
1986	-8,0	11,7	8,1	7,5	5,4
1987	15,0	1,0	3,1	3,5	1,6
1988	0,8	-2,6	2,3	-0,1	-1,9
1989	2,8	2,9	3,5	3,2	1,4
1990	-3,7	-8,2	-0,8	-4,3	-5,5
1991	2,8	-1,8	1,6	0,3	-0,6
1992	5,4	-3,8	0,0	-0,8	-2,1
1993	-1,0	6,9	3,5	4,2	3,4
1994	9,3	7,0	4,2	5,8	4,3
1995	5,1	2,0	6,0	2,4	2,8
1996	3,1	2,5	3,4	2,7	1,2
1997	-0,8	4,7	2,6	3,3	1,9
1998	1,9	-1,5	1,1	0,2	-1,1
1999	7,4	-1,6	1,9	0,9	-0,1
2000*	2,9	4,8	3,6	4,5	2,8

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, março, 2001; junho, 2001.

Em 92, o país atravessa a crise política que culminou no impedimento do Presidente e numa contração da atividade econômica.

As taxas de crescimento do PIB e da indústria foram maiores em 93 e 94, enquanto o setor agropecuário teve maior crescimento entre 1992 e 1996, à exceção de 93, quando decresceu em 1,0%, e apresentou crescimento de 7,4% em 1999.

Após a implantação do Plano Real, há uma recuperação da economia em 1994, ano, durante toda a década, em que se obteve a maior taxa de crescimento.

Entretanto, as reduzidas taxas de crescimento do PIB e dos demais setores têm sido justificadas pelas sucessivas crises do México, da Ásia e da União Soviética, que abalaram especialmente os países emergentes.

Em 1998, o PIB cresceu 0,15 % e todos os setores também sofreram os efeitos do pacote fiscal do final de 1997 em decorrência da crise russa. O pacote e as taxas de juros elevadas para escapar da crise provocaram desaquecimento da economia tendo o resultado demonstrado que até o momento, os efeitos positivos da abertura sobre a economia ainda não foram suficientes para promover um crescimento sustentável do produto interno.

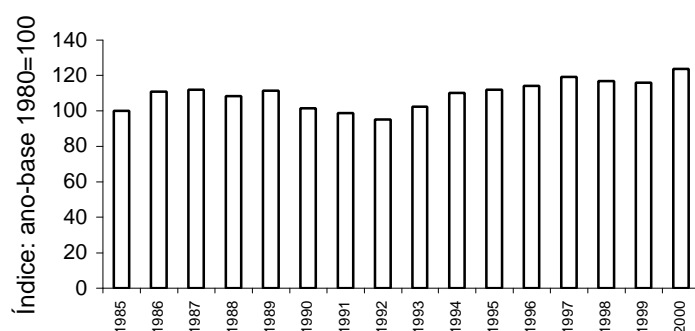
Após os ajustes de 1997/98, a política cambial brasileira mostra-se também incapaz de resolver o problema dos déficits do Balanço de Pagamentos. Mesmo com taxa de juros elevada, continua a fuga de capitais especulativos do país. Dessa forma, a política cambial de sobrevalorização do Real foi alterada em janeiro de 1999 com a desvalorização da moeda brasileira.

Decorridos os 12 meses, verificou-se mais um fraco desempenho da economia brasileira, apesar de ter sido motivo de comemorações: uma taxa de crescimento de 0,9% do PIB no ano. Todos os setores, exceto o agropecuário, tiveram taxas de crescimento baixas, tendo o industrial uma taxa negativa de 1,6%.

Uma informação importante para a análise do desenvolvimento brasileiro é o desempenho do PIB *per capita*, que, a despeito da abertura e do aumento da produtividade, responsáveis pelo incremento do desenvolvimento das economias (FRANCO, 2000), teve decréscimos de 90 à 92 e em 98 e 99 (Quadro 5),

evidenciando o fato de que mesmo com a implantação das políticas de liberalização comercial, o país não conseguiu reverter o quadro de desenvolvimento dos anos finais da década de 1980 e do início da década de 1990.

No tocante à evolução da produção física, a Figura 9 mostra que somente a partir de 1993 é que o volume produzido aproximou-se dos níveis de 1986. O desempenho do setor em 86, 93 e 94 são decorrentes dos efeitos positivos do Plano Cruzado, da retomada do crescimento após a grande recessão do Plano Collor e dos efeitos da estabilização do Plano Real, respectivamente.



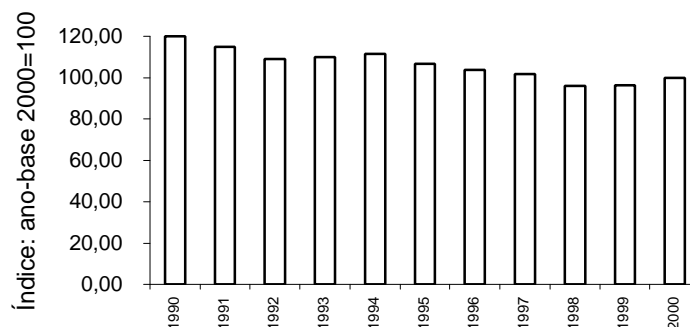
Fonte: KUPFER (1998) e Boletim Bacen (jun. 2001).

Figura 9 - Índice de evolução da produção física na indústria brasileira.

No período de 1990 à 1992, o setor industrial caracterizou-se por forte recessão, tendo a produção física regredido em 15%, enquanto no período 94 a 97 tendeu à retomada do crescimento atingindo cerca de 20%. No entanto, a partir daí tende à decrescer novamente.

O setor industrial brasileiro destacou-se nos anos noventa tanto pela evolução da produtividade quanto pela redução do emprego. Mais uma evidência de que nem sempre o aumento da produtividade pode ser fator de redução da pobreza, como se referiu FRANCO (1999). Na verdade, paulatinamente ao aumento da produtividade industrial tem-se a involução do emprego de 1990 a

1996 (Figura 10) e a combinação do aumento de produtividade com o baixo dinamismo econômico conduziu à elevação do desemprego (PINHEIRO et al., 1999).



Fonte: Boletim do Banco Central, outubro, 1996; junho, 2001.

Figura 10 - Índice de emprego formal na indústria de transformação - Brasil.

Nos anos iniciais da década de 90, a questão do desemprego estrutural assume relevância em decorrência da reestruturação produtiva derivada dos novos padrões de concorrência internacional (KUPFER, 1998), tanto para os países desenvolvidos quanto para os emergentes. Nestes últimos, a reestruturação promovida pelas políticas neoliberais expuseram a economia à concorrência internacional, como forma de ajustá-la aos novos padrões tecnológicos e recuperar o atraso decorrente dos períodos de relativo fechamento da economia, especificamente, no caso brasileiro, após o período de substituição das importações.

Para AMADEO e SOARES (1996) e BONELLI (1996), a divergência entre produto e emprego nesta década evidencia as mudanças tecnológicas nos processos e, ou, na organização da produção implementados pelas empresas. Estes autores consideram que as causas das mudanças, em sua maioria, são internas às empresas e que a desregulamentação da atividade econômica e a

abertura comercial teriam provocado mudanças internas em prol da racionalidade dos processos, na busca de eficiência produtiva. Enquanto, diferentemente, para SILVA et al. (1994), as mudanças no período inicial da década de 90 foram tipicamente decorrentes de ajustes recessivos, visto que as empresas estavam descapitalizadas no momento em que o Plano Collor confiscou a poupança, reduzindo o consumo e os investimentos produtivos. Segundo BACHA (1998), a abertura econômica expôs a indústria nacional à concorrência externa num período em que as políticas econômicas do Plano Collor deixaram o empresariado nacional sem condições para financiar a produção e muito menos investir em tecnologias modernas para equiparar-se com outros concorrentes.

Para CASTILHO (2000), o impasse está colocado num ambiente de economia aberta, globalizada: uma vez que se tem a ampliação do grau de competição internacional, a modernização tecnológica torna-se fundamental para elevar a competitividade, via aumento da produtividade; entretanto, o aumento da produtividade implica em desemprego da mão-de-obra.

A análise das Figuras 8 e 10 evidencia as relações descritas anteriormente. É fato que o aumento da produtividade aumentaria a competitividade e o país poderia ampliar sua participação no comércio mundial, o que teria efeitos positivos sobre outros setores, mesmo que haja desemprego no setor industrial; entretanto, convém levar em conta que na década, o desemprego persistiu em todos os setores, além do mais, os efeitos do desemprego e do subemprego para a sociedade que não vive em um ambiente de concorrência perfeita não têm sido considerados para avaliar os ganhos advindos do processo de globalização da economia brasileira.

No período de 1990 a 2000, os índices de emprego formal foram reduzidos, em todos os setores, destacando-se o setor de construção civil que decresceu a ocupação de pessoal em 29,26%, enquanto o setor de serviços cresceu apenas cerca de 2%, contrariando os argumentos de que a mão-de-obra demitida do setor industrial, tende naturalmente a ser absorvida no setor serviços (Quadro 3).

Ao avaliar os índices de emprego formal na década, observa-se que não houve um deslocamento da mão-de-obra do setor industrial para os demais, uma vez que o desemprego formal no geral aumentou, conforme indicado.

Verifica-se que a taxa média anual de crescimento do pessoal ocupado na produção industrial foi negativa durante todo o período de 1989 a 1998, da ordem de 3,7%, enquanto a produtividade cresceu a uma taxa média anual de 5,2% no mesmo período, evidenciando a relação inversa entre emprego e produtividade.

Enfim, o resultado observado demonstra que, independentemente da fonte de dados ou dos efeitos divergentes sobre o emprego ou sobre o produto total, a produtividade da indústria de transformação teve crescimento expressivo após a abertura econômica e a estabilização da economia (MOREIRA, 1999).

### **3.3. Os coeficientes de comércio e a indústria**

A mudança na forma de inserção externa da indústria brasileira sofreu uma inflexão nos anos iniciais da década de 90. As exportações industriais haviam sido expandidas e diversificadas nas décadas anteriores, gerando saldos comerciais crescentes para o país, quando tornou-se grande geradora de divisas. No entanto, a partir de 1992, a Balança Comercial dos produtos industriais decresceu, tornando-se negativa em 95. Diferentemente, os produtos primários apresentaram comportamento inverso, com superávits entre 90 e 94 (KUPFER, 1998).

Estudos realizados por KUPFER (1998) e MOREIRA (1999), evidenciaram o crescente aumento dos componentes importados na composição do produto industrial brasileiro, contribuindo para o decréscimo do indicador de competitividade-desempenho para a indústria brasileira.

Para analisar o comportamento dos coeficientes de comércio e a indústria optou-se pelos coeficientes de importações e exportações calculados por esses autores.

O coeficiente de importação é definido pela razão entre o valor das importações e o consumo aparente ou ainda entre aquele valor e o valor da produção, representando o grau de participação dos componentes importados na composição do valor da produção industrial, ou seja, qual e quanto do consumo intermediário da indústria é proveniente do mercado externo. Quanto maior esse indicador, maior é a abertura do país aos mercados competidores externos.

O coeficiente de exportação, por sua vez, é calculado pela razão entre o valor das exportações e o valor da produção industrial, medindo, dessa forma, a proporção da oferta industrial que dirige-se ao mercado externo, indicando que o país tem participação ativa no comércio mundial.

No período analisado houve sucessivos aumentos dos insumos importados na composição do valor da produção brasileira. O coeficiente de importação cresceu à taxa geométrica anual de 18,9%, partindo de 4,3%, em 1989, para 20,3%, em 98. Tal comportamento está demonstrado na Figura 11 que demonstra ainda o comportamento dos coeficientes de exportação. É interessante para o entendimento do comportamento da inserção externa brasileira, o desempenho destes dois indicadores.

Durante o período, o coeficiente de exportação cresceu em proporção inferior ao do de importação, a uma taxa geométrica anual de 4,6%, partindo de 9,9% em 89 e atingindo 14,8% em 98. Esse coeficiente foi superado pelo de importação em final de 1994, quando se mantém estagnado o primeiro e crescente o segundo.

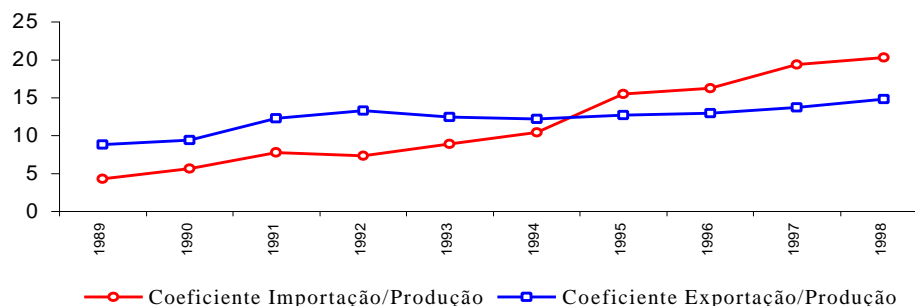
Quando analisada a indústria de transformação sob o ponto de vista da intensidade de fator utilizado no processo produtivo, observa-se que o coeficiente de importação triplicou nos setores intensivos em capital e em recursos naturais, multiplicou-se por seis nos setores intensivos em tecnologia e por sete nos intensivos em mão-de-obra (Quadro 6 e Figura 12). Vale ressaltar que o setor intensivo em capital tem como principais indústrias: elementos químicos, não-petroquímicos ou carboquímicos; adubos, fertilizantes e corretivos do solo; resinas, fibras e elastômeros. O setor intensivo em mão-de-obra compreende: vidro e artigos de vidro; beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras naturais;

indústria de perfumaria, sabões e velas. O intensivo em tecnologia é representado por: materiais e aparelhos eletrônicos e de comunicação; máquinas, equipamentos e instalação, incluindo peças e acessórios; fabricação de outros veículos. Por fim, o setor intensivo em recursos naturais compreende as indústrias: moagem de trigo, metalurgia dos não-ferrosos, celulose e pasta mecânica.

Quadro 6 - Coeficientes de importação sobre produção e coeficiente de abertura (exportação/produção) (%)

Anos	Coeficiente de importação	Coeficiente de exportação
1989	4,3	8,8
1990	5,7	9,4
1991	7,8	12,3
1992	7,4	13,3
1993	8,9	12,5
1994	10,4	12,2
1995	15,5	12,7
1996	16,3	13,0
1997	19,4	13,7
1998	20,3	14,8

Fonte: KUPFER (1998) e MOREIRA (1999).



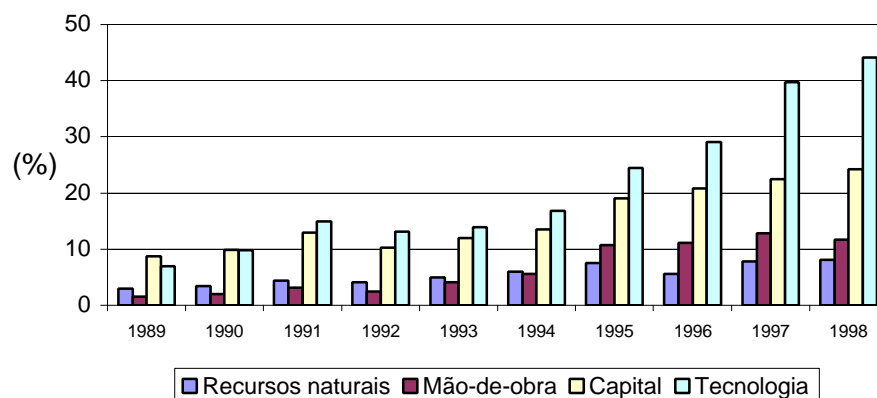
Fonte: KUPFER (1998) e MOREIRA (1999).

Figura 11 - Coeficientes de importação sobre produção e coeficiente de abertura (exportação/produção) (%).

Ressalta-se que, quando se desagrega os dados, tem-se a evidência mais complexa sobre a situação da indústria e da economia brasileira para os diferentes setores, o que indica as diferenças em termos das vantagens comparativas e competitivas do país, bem como a necessidade de melhor aproveitamento dessas vantagens

Por exemplo, dos setores mais afetados, foram os intensivos em tecnologia, destacando-se os de fabricação de outros veículos; material e aparelhos eletrônicos e de comunicação; e de máquinas, equipamentos e instrumentos, cujos coeficientes de importação variaram entre 57,9% a 160,7% em 1998 (MOREIRA, 1999).

Cabe notar que o expressivo crescimento da participação das importações nos setores tecnologicamente avançados levanta a questão sobre a desnacionalização da economia, uma vez que há substituição do consumo de bens intermediários internos por aqueles importados (GONÇALVES, 1999). Entretanto, autores como MOREIRA (1999) acreditam que o fato de se ter expandido significativamente a participação das importações nestes setores pode ser considerado positivo para a economia, uma vez que houve aumento também do coeficiente de exportação para estes setores.



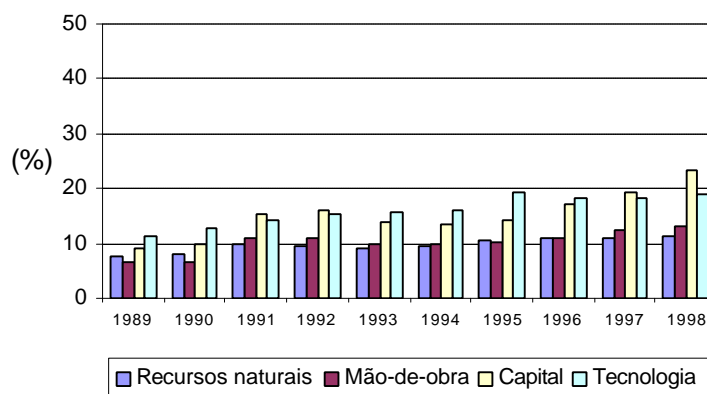
Fonte: MOREIRA (1999).

Figura 12 - Evolução do coeficiente de importação na indústria de transformação, segundo a intensidade de fator - Brasil, 1989-1998.

Todavia, à medida que particulariza-se a análise, observa-se que justamente os itens que tiveram maior coeficiente de importação não foram os mesmos que tiveram elevação do coeficiente de exportações, exceto o caso específico da fabricação de outros veículos, em decorrência das exportações dos aviões da Embraer, enquanto os demais tiveram comportamento diverso.

Dos intensivos em tecnologia, os materiais e aparelhos eletrônicos tiveram um salto do coeficiente de importações de 12,6% em 1989 para 160,7% em 1998. Em contrapartida, o coeficiente de exportações atingiu apenas 19,3% em 1998. O mesmo fenômeno repetiu-se com máquinas e equipamentos e instrumentos e equipamentos para produção de energia.

A mesma análise para o coeficiente de exportação mostra que apesar de haver correlação entre os dois indicadores, o de exportação teve crescimento proporcionalmente inferior ao de importação, evidenciando o fato de que a abertura foi muito mais no sentido de abastecer o mercado interno do que propriamente para uma inserção competitiva no mercado mundial. O comportamento deste indicador pode ser visualizado na Figura 13.



Fonte: MOREIRA (1999).

Figura 13 - Evolução do coeficiente de exportação na indústria de transformação, segundo a intensidade de fator - Brasil, 1989-1998.

Outro indicador de competitividade e desempenho é a taxa de auto-suprimento, medida pela razão entre o valor da produção industrial e o consumo aparente. Quando superior à unidade, considera-se que a economia é competitiva e, quando inferior à unidade, significa que a economia tem baixa competitividade internacional (KUPFER, 1998).

Evidencia-se relativa estabilidade desse indicador entre 1989 e 1993, com tendência à queda a partir de 1994 (Quadro 7), justamente no período em que se estabiliza preços e acelera-se a abertura comercial como estratégia para manter a estabilidade do Real.

Quadro 7 - Taxa de auto-suprimento da indústria de transformação - Brasil

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1,06	1,05	1,06	1,07	1,06	1,03	0,99	0,98

Fonte: KUPFER (1998).

Estes dados indicam a mudança ocorrida na forma de inserção externa da economia brasileira nos anos 90. No entanto, convém ressaltar que a trajetória explosiva das importações se deu justamente no período 94 a 95, momento em que se teve a estabilização do Plano Real atrelada à valorização do câmbio e a implantação das demais políticas neoliberais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados e redução do papel do Estado na economia.

### **3.4. O desempenho comercial brasileiro**

O processo de abertura econômica acelerado a partir de 1990, diferentemente de outros períodos da história econômica brasileira, caracterizou-se por uma rápida deterioração do saldo da balança comercial. Para um país que diversificou a indústria e ampliou a sua pauta de exportações, deixando de ser classificado como primário exportador, passou nos noventa a ter um certo retrocesso no desempenho comercial.

Entre 1988 e 1993, a abertura política do final dos anos 80 culmina na abertura econômica do início dos anos 90, dando início ao crescente processo de liberalização da economia brasileira, especialmente na questão comercial, quando foram eliminadas as principais barreiras não tarifárias, reduzindo-se o grau de proteção à indústria nacional que havia caracterizado os períodos anteriores.

Ao assumir a Presidência da República em 1990, Fernando Collor de Mello instituiu a nova Política Industrial de Comércio Exterior, extinguindo as barreiras não-tarifárias. Estabeleceu também um cronograma para a redução das tarifas de importação. As reduções foram programadas para os quatro anos de governo, ocorrendo gradualmente entre 1990 e 1994, de modo que, no final, a tarifa máxima seria de 40% e a média de 14% (AVERBUG, 1999).

Assim começou a mudança do enfoque dado ao desenvolvimento do país que antes esteve voltado para a produção substitutiva de importações e neste momento inicia-se o caminho inverso. Tanto é que a partir de 1995, após a estabilidade da inflação, advinda do Plano Real, e das medidas para a sustentação

do Plano, a condução da política comercial brasileira foi subordinada aos objetivos da política de estabilização de preços.

De 1990 a 1996 tem-se expressiva redução das tarifas de importação. A alíquota média reduziu-se pela metade entre 1990 e 1993, bem como no período seguinte, atingindo em 1995 a cifra de 13,5%; entretanto, dado o crescente déficit em conta corrente, a tarifa média tende a subir de 13,6%, a partir de 1996, para 13,8% em 1997 (AVERBUG, 1999).

Simultaneamente, tem-se a análise da performance da Balança Comercial brasileira. Para melhor comparar o desempenho comercial utilizou-se uma série temporal que abrange o período final da década de 80 até o final da década de 90.

Analisando os dados do Quadro 8, verifica-se que, entre 1988 e 1997, as exportações passaram de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 53 bilhões, representando um aumento de 57%, com taxa média anual de crescimento de 4,6% . Entretanto, estendendo-se a análise para as importações, observa-se que de 1988 a 1997 passaram de US\$ 14 bilhões para US\$ 61 bilhões, com taxa média anual de crescimento de 15,4%.

Quadro 8 - Balança comercial brasileira

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo
1990	31.414	20.661	10.752	52.075
1991	31.620	21.041	10.579	52.662
1992	35.793	20.554	15.239	56.347
1993	38.555	25.256	13.299	63811
1994	43.545	33.079	10.466	76.624
1995	46.506	49.972	-3.466	96.478
1996	47.747	53.301	-5.554	101.048
1997	52.990	61.347	-8.357	114.337
1998	51.120	57.529	-6.409	108.649
1999	48.011	49.272	-1.260	97.283
2000	55.086	55.783	-698	110.869

Fonte: Boletim do Banco Central, outubro, 1996; junho, 2001-08-05

Desde o início do período o saldo comercial é decrescente, porém agrava-se a partir de 1995 quando passa a ser deficitário. De um saldo US\$ 19 bilhões em 1988, deduz-se anualmente resultando em 1998 em um déficit de US\$ 6 bilhões.

Autores como AVERBUG (1999) e MOREIRA (1999) consideram que o resultado negativo da Balança Comercial são decorrentes, em maior parte, pelo efeito expansionista das importações, promovidos pela liberalização comercial e a estabilização da moeda após o Plano Real, o processo de integração do Mercosul, o avanço do programa de privatizações e a crise asiática de 1997. Enquanto GONÇALVES (1999), BATISTA JR. (1999) e FURTADO (1999) consideram que, além dos fatores supracitados, faltou ao governo brasileiro estratégias de inserção consubstanciadas nos interesses do desenvolvimento da nação e que, para tanto, deveria ter levado em consideração não exclusivamente os objetivos da estabilidade. Para estes autores, o problema no Balanço de Pagamentos e dos baixos índices de crescimento da economia brasileira é o preço que a sociedade está pagando pelo extremismo das políticas neoliberais do governo brasileiro.

A análise da composição da pauta de exportações brasileiras parte dos dados constantes do Quadro 9. Tais dados revelam que, no conjunto, a pauta por fator agregado permaneceu relativamente estável ao longo do período, sendo que o grupo dos manufaturados representou 55% das exportações totais, enquanto os básicos e os semi-manufaturados representaram respectivamente 25 e 15%.

O relativo crescimento das exportações de manufaturados é devido à exportação de automóveis, partes e peças para veículos. Os demais itens foram afetados pelas crises mexicana, asiática e russa, com a redução de sua demanda internacional, especialmente dos básicos, que haviam demonstrado crescimento a partir de 1995.

Quadro 9 - Pauta de exportações brasileiras por fator agregado (US\$ milhões FOB)

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Outros	Total
1989	9.549	5.807	18.634	393	34.383
1990	8.746	5.108	17.011	549	31.414
1991	8.737	4.691	17.757	435	31.620
1992	8.830	5.750	20.754	459	35.793
1993	9.366	5.445	23.437	307	38.555
1994	11.058	6.893	24.959	635	43.545
1995	10.969	9.146	25.565	826	46.506
1996	11.900	8.613	26.413	821	47.747
1997	14.474	8.478	29.194	844	52.990
1998	12.970	8.111	29.382	657	51.120
1999	11.828	7.982	27.329	872	48.011
2000	12.561	8.499	32.528	1.498	55.086
Total	130.988	84.523	292.963	8.296	516.770

Evolução (%)					
1990-1997*	5,8	6,1	6,4	16,3	5,8
1990-1998*	4	5	5,4	12	4,8
1998/1997	-10,4	-4,3	0,6	-22,2	-3,5

Fonte: MOREIRA (1999); SECEX (2001).

Ao analisar o destino das exportações brasileiras nesta década (Quadro 10), observa-se que os mercados mais importantes em termos de volume de comércio e de participação foram os dos países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que teve um crescimento de 317% no período, seguindo este Bloco, a União Européia com crescimento de 49,4% e os Estados Unidos com 27,8%.

Observa-se ainda que de 1997 para 1998 houve decréscimo nas exportações para a Ásia em 27,4%, em parte decorrente da crise de 1997, e para a Aladi, em 2%, enquanto para os Estados Unidos houve um crescimento de 4,9% e apenas 1,6% para a União Européia.

Quadro 10 - Intercâmbio comercial por bloco geográfico - 1995-2000 (US\$ milhões)

Blocos	1995			1996			1997			1998			1999			2000		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
EUA	8.798	10.664	(1.866)	9.312	11.964	(2.652)	9.408	13.901	(4.493)	9.872	13.698	(3.826)	10.849	11.880	(1.031)	13.366	13.002	364
EU	12.912	13.848	(936)	12.836	12.242	(1.406)	14.514	15.881	(1.367)	14.748	18.861	(2.113)	13.736	15.022	(1.286)	14.784	14.048	736
Aladi	9.494	9.148	346	10.474	10.664	(190)	12.833	12.015	818	12.620	11.601	1.019	1.024	8.485	(7.461)	12.151	7.796	4.355
Mercosul	6.154	6.844	(690)	7.305	8.302	(997)	9.047	9.425	(378)	8.878	9.424	(546)	6.778	6.721	57	7.733	6.843	890
Ásia	7.826	8.031	(205)	7.523	7.404	119	7.382	8.783	(1.401)	5.369	7.679	(2.310)	5.511	6.281	(770)	6.105	8.344	(2.239)
Europa Oriental	985	1.044	(59)	1.056	979	77	1.314	838	476	1.163	808	355	1.175	704	471	972	1.162	(190)
Opep	2.034	3.315	(1.281)	2.059	3.916	(1.857)	2.479	404	2.075	2.549	3.118	(569)	2.269	3.475	(1.206)	2.324	4.986	(2.662)
Outros	3.492	1.838	1.654	3.478	1.873	1.605	4.103	1.747	2.356	3.915	1.492	2.423	3.545	1.213	2.332	4.062	1.786	2.276
Total	51.695	54.732	(3.037)	54.043	59.344	(5.301)	61.080	62.994	(1.914)	59.114	64.681	(5.567)	44.887	53.781	(8.894)	61.497	57.967	3.530

É interessante notar que do total das exportações para a Aladi em 98, 62% foram para o Mercosul, bem como as exportações brasileiras para a Argentina representaram cerca de 13% das exportações brasileiras. Tal fato sugere que as sucessivas crises argentinas comprometem o desempenho comercial brasileiro, sugerindo que as estratégias da política comercial brasileira poderiam voltar-se para a participação em parcelas maiores em outros mercados também.

Em termos de desempenho comercial, o Brasil perdeu oportunidades para expandir aumentar participação no comércio mundial, exportando produtos de setores dinâmicos, isto é, setores cuja participação no mercado mundial cresce acima da média mundial. Por outro lado, exportou produtos de setores cuja participação no mercado mundial é declinante, como por exemplo, o tabaco Quadro 11.

Quadro 11 - Crescimento percentual dos 20 maiores setores por participação de mercado - mundo e Brasil 1982/84-1986/98

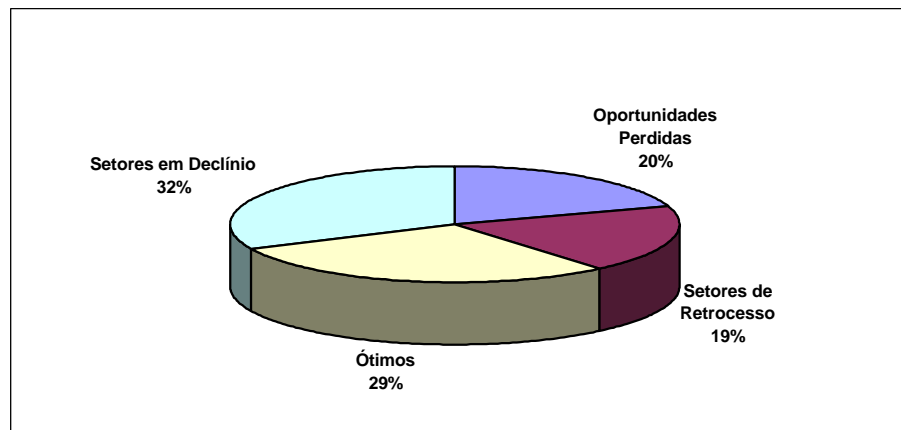
Setores	Mundo (cresc. médio - %) 1982/84-1996/98	Brasil (cresc. médio - %) 1982/84-1996/98	Classificação
Minério/concentrado de ferro	0,7	3,3	Setores em Declínio
Sucos de frutas ou outros vegetais	n.d.	n.d.	n.d.
Café/substitutos do café	1,3	1,0	Setores de retrocesso
Tabaco, cru e industrializado	2,5	5,5	Setores em declínio
Açúcar/melaço/mel	0,3	8,5	Setores em declínio
Sementes para óleo, etc. óleo soft	3,3	13,9	Setores em declínio
Ferro, aço - forma primária	3,7	20,6	Setores em declínio
Barras de ferro, ligas de ferro, etc.	5,1	5,6	Setores em declínio
Alimentos para animais, exc. cereais em grãos	5,4	2,0	Setores de retrocesso
Óleos/gorduras vegetais não voláteis, soft	n.d.	n.d.	n.d.
Pasta e resíduos de papel	5,1	8,2	Setores em declínio
Minério/concentrado etc. de alumínio	n.d.	n.d.	n.d.
Couro	9,2	12,5	Ótimo
Carne/miúdos, conserva nea	n.d.	n.d.	n.d.
Cacau	(1,7)	(8,8)	Setores de retrocesso
Fibra vegetal, exceto algodão e juta	(0,0)	(6,6)	Setores de retrocesso
Outras carnes não bovinas frescas, resfriadas e congeladas	26,5	48,7	Ótimo
Extratos para tingir e para curtir peles	7,4	5,6	Setores de retrocesso
Calçados	9,9	4,8	Oportunidades perdidas
Temperos	3,5	(5,5)	Setores de retrocesso

O IEDI (2000) identificou setores cujo comércio cresceu acima e abaixo da média mundial, medindo o desempenho comercial brasileiro. Para um país garantir desempenho ótimo no comércio mundial, deve aumentar a exportação de produtos cuja participação no comércio mundial esteja crescendo e diminuir a participação de produtos cuja participação esteja diminuindo. Esta é considerada a situação ótima. Há ainda duas outras situações: aumento da participação do país no comércio, com produtos cuja participação no comércio internacional esteja diminuindo e diminuição da participação de produtos com participação crescente no mercado internacional. Esta última situação é denominada de “oportunidades perdidas”.

Para o Brasil, considerando a média dos anos 1996/98, 29% do valor das exportações foram classificadas como ótimas, porque foram exportações de setores cuja participação no mercado mundial cresceu no mesmo sentido do comércio internacional. No mesmo período, 20% do valor das exportações brasileiras foram classificadas como de oportunidades perdidas, visto que foram de setores cuja participação no mercado mundial cresceu, enquanto o Brasil reduziu a participação desses produtos. Os setores em declínio participaram com 32% do valor das exportações e os setores em retrocesso corresponderam a 19% do valor das exportações brasileiras no período, como podem ser observados na Figura 14.

A despeito dos ganhos de produtividade advindos da abertura, o país não converteu esses ganhos em vantagens para competir no mercado globalizado, uma vez que mesmo que alguns setores da indústria tenham aumentado a produtividade, houve redução da produção física em algumas delas, eliminadas que foram pelas concorrentes externas. As atividades foram substituídas por produção externa, via importação, resultando no fechamento de empresas ou na sua aquisição por grandes conglomerados estrangeiros, aumentando assim a concentração em algumas atividades produtivas. Dessa forma, não é de se estranhar que o desempenho comercial brasileiro nesta década tenha sido marcado por uma certa inversão na inserção externa: importar mais do que exportar. As exportações tiveram um crescimento inferior às importações e,

portanto, a inserção externa foi no sentido inverso ao que se apregoa com a globalização nestes anos de liberalismo econômico do país.



Fonte: IEDI (2000).

Figura 14 - Participação percentual dos setores em declínio, ótimos, em retrocesso e de oportunidades perdidas na pauta de exportações - Brasil, 1996-1998.

O fraco desempenho pode ser explicado pela constante subordinação dos demais objetivos do desenvolvimento ao objetivo de estabilidade, fruto justamente da doutrina neoliberal para esta década, conforme FURTADO (1999).

O Estudo do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), identificou que o fraco desempenho comercial do Brasil caracterizou-se não como se imaginava, pelo excesso de exportações mas pela pouca exportação, decorrente da ausência de um plano de desenvolvimento brasileiro que contemplasse todos os setores, especialmente pela falta de uma política de desenvolvimento industrial casada com a de comércio exterior agressiva, que promovesse a abertura de mercados para os produtos nacionais.

## **4. IMPACTOS NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL**

### **4.1. Introdução**

O sistema agroalimentar dos países em desenvolvimento deve ser entendido como um tema vinculado à evolução geral da economia mundial. Não se pode estudar a produção agropecuária sem vínculo com os setores agroindustriais e de serviços. Dessa forma, o bom entendimento do que está se passando na agricultura não pode se fundamentar mais em análises exclusivas das partes, senão também na análise mais aprofundada das relações existentes entre cada elo que liga os setores agrícola, industrial e de serviços.

Numa economia aberta, desregulamentada, todos os setores são expostos à concorrência externa, portanto, é de se esperar que os ganhos de produtividade oriundos das relações com os países tecnologicamente avançados sejam revertidos em aumento da competitividade do produto nos mercados interno e externo.

No Brasil, após a estabilidade do Real, o agronegócio se comportou como os demais setores, exposto indiscriminadamente à concorrência, porém ao longo do período, foi sendo eleito como o grande exemplo dos ganhos da liberalização comercial, visto que apresentou resultado superavitário, contrastando com os déficits constantes na Balança Comercial.

Neste sentido, a análise de alguns complexos servirá para verificar os efeitos sobre o agronegócio brasileiro da liberalização econômica, bem como verificar a possibilidade de ser o agronegócio responsável pela inserção competitiva do país no mercado internacional, como tem sido apregoado pela doutrina liberalizante.

Nos últimos 20 anos o setor tenta se fortalecer com políticas nacionais para incentivar a produção para o mercado interno, bem como para a exportação. Assim, foram desenvolvidas no país a indústria de insumos básicos, a alimentícia e toda uma infra-estrutura para beneficiamento e transformação do produto primário para agregar valor à produção interna.

#### **4.2. O comportamento do complexo agroindustrial**

As formas de inserção externa da economia brasileira não são díspares para o setor agrícola brasileiro num contexto de liberalização comercial que, especialmente na década de 1990, a pretexto de garantir a estabilidade dos preços fez da agricultura a chamada âncora verde do Plano Real. Tal denominação reflete o fato de que a política cambial de valorização do real, aliada a política tarifária, expôs a agricultura à concorrência externa como forma de garantir a redução e a manutenção dos preços domésticos.

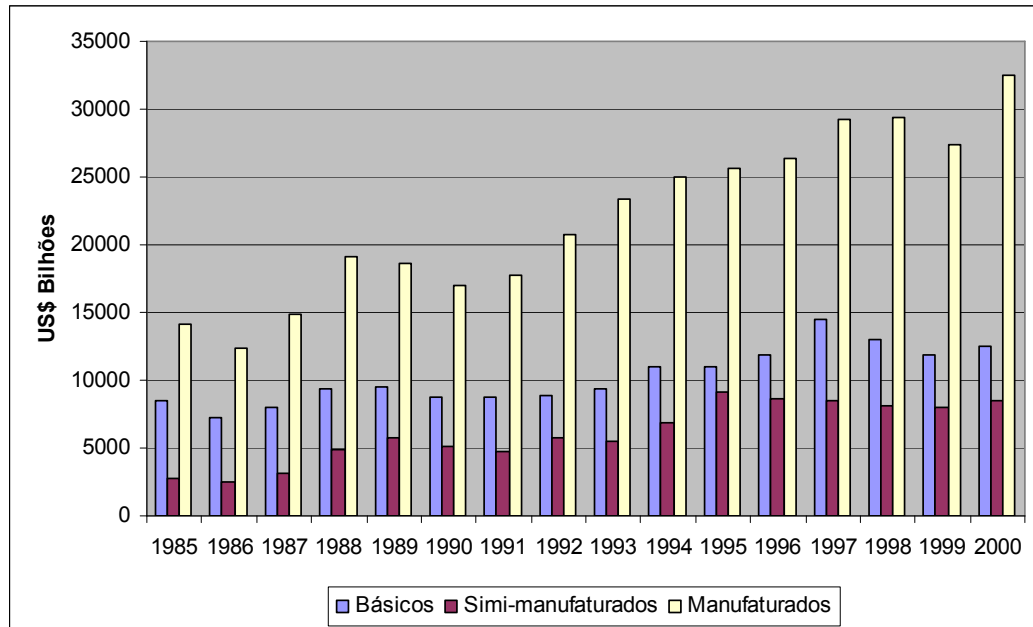
HOMEM DE MELO (1999) fez uma análise dos efeitos da política comercial sobre a agricultura brasileira para diferentes culturas, constatando que no período de 1989 a 1996 a taxa de câmbio foi valorizada em 40,5%, enquanto os preços agrícolas foram desvalorizados em 41,1%, em termos reais, o que levou à redução da rentabilidade do setor, justificando inclusive o título de âncora verde do real dado ao setor agrícola.

Ao analisar a pauta de exportação brasileira (Figura 15) percebe-se que a Balança Comercial Agrícola<sup>19</sup> vem aumentando sua participação, sendo sempre

---

<sup>19</sup> Aqui serão considerados os dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX (2001) em que a Balança Comercial Agrícola está representada pela rubrica Básicos, embora sejam incluídos aí os minérios de ferro e de alumínio e seus respectivos concentrados.

superior aos semi-manufaturados, mas aumentando o distanciamento existente com as manufaturas.



Fonte: SECEX (2001).

Figura 15 - Participação dos setores básico, semi-manufaturados e manufaturados nas exportações totais - Brasil, 1985-2000.

Quando se faz a decomposição da Balança Comercial do CAI, pode-se constatar que os produtos que têm maior participação são soja, carnes e café. Por outro lado, há uma diminuição considerável da participação do cacau (2,85% em 1990 para 0,5% em 2000) e do suco de laranja (12,45% em 1990 para 5,86% em 2000), conforme está evidenciado no Quadro 12.

Quadro 12 - Participação percentual dos principais produtos na balança comercial do CAI, 1990-2000

Discriminação	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
Café (inclusive café solúvel)	10.63	13.28	9.26	10.16	16.44	14.45	11.59	15.28	13.43	13.73	10.13
Soja	24.21	18.24	22.46	24.36	26.57	22.76	24.69	28.28	24.81	21.28	24.12
Cacau (grãos, manteiga, licor e torta)	2.85	2.39	2.07	2.01	1.80	0.70	0.90	0.57	0.73	0.53	0.50
Açúcar (cristal, demerara e refinado)	4.34	3.57	4.51	6.13	6.31	10.82	8.90	8.75	10.13	10.75	6.89
Suco de laranja	12.45	8.08	8.71	6.55	6.33	6.58	7.71	4.95	6.58	6.94	5.86
Carne	5.30	8.01	10.19	10.56	8.57	7.73	8.35	7.72	8.33	8.13	11.10
Fumo em folhas	4.80	6.11	6.70	5.52	4.46	4.58	5.69	5.39	4.90	5.02	4.68

Tendo que um dos principais indicadores de bem-estar social é o nível de emprego e que a agroindústria tem grande capacidade de geração dos mesmos, verificou-se, na década de 1990, uma não comprovação desse papel. Isto porque por mais que este setor seja gerador de emprego, os demais fatores conjugados no período (valorização da taxa de câmbio, juros elevados, escassez interna de crédito) levaram à venda empresas que eram responsáveis pelo aumento do emprego, substituindo-as por grandes empresas tecnologicamente desenvolvidas, portanto, pouco absorvedoras de mão-de-obra.

Para ter uma idéia da importância do setor agroindustrial em qualquer país, em 1970, 3,4 milhões de empregos rurais nos Estados Unidos geravam 20 milhões de empregos no setor agroindustrial (uma relação de 1:5,88) (GOODMAN et al., 1987). Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, esse setor é o maior negócio do país, participando com 20% do PIB nos Estados Unidos e 35% do PIB no Brasil. Quanto ao emprego no Brasil, 22% da população economicamente ativa possui ligação direta ou indireta com o setor agroindustrial. Como o setor agroindustrial é mais importante, dentro do país, quando comparado à sua importância relativa nos Estados Unidos, a relação pode ser considerada 1:6, ou seja, um emprego no setor rural gerando seis empregos no setor agroindustrial.

SILVEIRA (1997) ressalta que o mercado brasileiro para a indústria alimentícia mundial tornara-se atraente por ser um mercado potencialmente

significativo em termos de tamanho e de vantagens oferecidas pela política econômica brasileira, especialmente para as empresas oriundas de mercados saturados dos países desenvolvidos. Daí resulta o crescente processo de concentração e desnacionalização da indústria alimentícia no Brasil.

Além dos fatores supracitados, as empresas nacionais foram vendidas para grandes grupos estrangeiros cujos centros de decisões permanecem em seus países de origem, bem como seus proprietários. Assim, no outro país estão os destinatários da maior parte da renda gerada por estes grupos. Daí conclui-se que um outro problema resultante da concentração das indústrias por grupos estrangeiros é refletido posteriormente nos desequilíbrios externos, pois, a renda gerada na nação que não é proprietária das empresas é renda que naturalmente será enviada ao exterior, que no caso brasileiro pode ser evidenciada pelos constantes desequilíbrios no Balanço de Pagamentos (GONÇALVES, 1999).

Em síntese, o acirramento da concorrência tem gerado crescente processo de concentração da indústria alimentícia nas mãos de grandes grupos estrangeiros, visto que a maior parte das aquisições e fusões no setor são efetuadas por empresas estrangeiras. No entanto, isso não significa que houve ampliação do parque industrial do setor, visto que a maior parte dos investimentos foram exclusivamente destinados à fusões e aquisições. De 1992 à 1997, o número de fusões e aquisições cresceu mais de seis vezes, declinando ligeiramente em 1998 (Quadro 13). Dentre todos os setores, em todos os anos, a indústria alimentícia liderou o *ranking* das fusões e aquisições.

Quadro 13 - Evolução do número de fusões e aquisições no Brasil por setor - 1992-1998

Principais setores	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Total
Alimentos, bebida e fumo	12	28	21	24	38	49	36	208
Instituições financeiras	4	8	15	20	31	36	28	142
Química e petroquímica	4	18	14	13	18	22	25	114
Metalurgia e siderurgia	11	13	11	9	17	18	23	102
Seguro	1	1	8	9	16	24	15	74
Elétrico e eletrônico	2	7	5	14	15	19	9	71
Telecomunicações	1	7	5	8	5	14	31	71
Outros	23	68	96	115	188	190	184	864
Total das fusões	58	150	175	212	328	372	351	1.646

Fonte: Adaptado do estudo da KPMG, citado por FAVERET (1999).

Para análise mais detalhada do CAI passa-se, a seguir, ao estudo da indústria fornecedora de insumos e, posteriormente, dos complexos: laticínios, soja, café e cacau.

#### **4.2.1. A indústria fornecedora de insumos: o caso dos agrotóxicos e dos fertilizantes**

A indústria de agrotóxicos e de fertilizantes estabeleceu-se definitivamente no Brasil a partir do programa de substituição de importações de insumos intermediários durante a década de 70, ou seja, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)<sup>20</sup>. Embora esse programa tenha permitido ao Brasil tornar-se auto-suficiente na produção desses bens finais para a agricultura, persiste sua dependência da matéria prima importada. De um lado, os insumos intermediários relativos aos agrotóxicos são controlados, em termos de tecnologia e produção, por conglomerados químicos internacionais, como a

<sup>20</sup> Mais precisamente pelo Programa Nacional de Desenvolvimento da Agroquímica (PNDA) e do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA).

Bayer, a Rhone-Poulenc e a Hoechst, as duas últimas fundidas na Aventis. De outro, os insumos necessários à fabricação de adubos estão concentrados em poucas reservas mundiais: o potássio, responsável por 49% do valor dos fertilizantes totais importados em 1999, tem reservas concentradas na Rússia, Canadá, Alemanha, Estados Unidos e França (LEMOS, 1992:261; FAO, 2000).

Durante a década de 40, a indústria química internacional sofreu uma mudança de base tecnológica, dos insumos sintéticos inorgânicos para os orgânicos (petroquímicos e carboquímicos), de que resultou alterações nas estratégias competitivas: controle das fontes de matérias-primas, desenvolvimento de P&D interno, patentes, e intensidade de inovação, devido à rápida obsolescência do produto final derivada do constante desenvolvimento de resistência pelos microorganismos.

As condições subjacentes a essas novas estratégias permitiu à indústria de química fina tornar-se pólo de progresso técnico, uma vez que seu processo inovativo é fortemente baseado no desenvolvimento científico. Ao mesmo tempo, o P&D em ciência aplicada previne a indústria de agrotóxicos de atingir um estágio de maturidade e estagnação (LEMOS, 1992; COUTINHO e FERRAZ, 1994).

A intensificação do comércio mundial expõe as empresas agropecuárias a uma competição em escala global, tornando o crescimento da produtividade extremamente necessário a sua sobrevivência. Assim, a utilização de produtos químicos na agricultura e a adesão às novas biotecnologias tornam-se imperativas. Entretanto, à medida que a produtividade aumenta, o conseqüente acréscimo na oferta dos bens atua no sentido de deprimir os preços, fazendo, portanto, cair a taxa de lucro da agricultura, o que, por seu turno, torna cada vez mais necessário aumentar a produtividade para manter a renda.

Este cenário é propício às empresas produtoras de agrotóxicos, caracteristicamente empresas transnacionais, que aumentam seu faturamento devido ao aumento da demanda (Quadro 14). Vale ressaltar que o maior consumo desses produtos tende a prejudicar o meio ambiente, além de desfavorecer às práticas agrícolas saudáveis para o consumidor.

Quadro 14 - Faturamento das 10 maiores empresas em 1992 e 1998 em U\$ bilhões

Rank	1992			1998		
	Empresa	País	Vendas	Empresa	País	Vendas
1	Ciba-Geigy	Suíça	2.831	Aventis	Alem./França	4.676
2	Du Pont	EUA	1.955	Novartis	Suíça	4.152
3	Bayer	Alemanha	1.869	Monsanto	EUA	4.032
4	Rhone-Poulenc	França	1.842	Du Pont	EUA	3.156
5	Zeneca	Inglaterra	1.716	Astra/Zeneca	Ingl./Holanda	2.897
6	Monsanto	EUA	1.647	Bayer	Alemanha	2.273
7	Dow	EUA	1.581	AHP	EUA	2.194
8	Hoechst	Alemanha	1.333	Dow	EUA	2.132
9	BASF	Alemanha	1.142	BASF	Alemanha	1.945
10	Sandoz	Suíça	841	Makhteshin	Israel	801
	Outras		8.473	Outras*		4.242
	Total		25.230	Total*		32.250

Fonte: Dinham (1993) e Pesticide Action Network North America - PANNA, citados por ALVES DA SILVA (2000).

\* Valores estimados.

Por outro lado, a crescente demanda nos países desenvolvidos por produtos ecologicamente corretos, isto é, sem produtos químicos, evidencia a perda de oportunidades para o Brasil aumentar a participação no mercado mundial.

Uma evidência da análise dos dados do Quadro 14 é o aumento da concentração do setor. Em 1992, as cinco e as 10 maiores empresas detinham cerca de 40% e 74%, respectivamente, do mercado mundial. Em 1998 estas participações passam para 54% e 81%. Essa concentração de mercado pode ser explicada pelo surgimento de empresas gigantes originadas de fusões entre outras grandes, como, por exemplo, as que deram origem às gigantes Aventis (fusão da Hoescht e da Rhone Poulenc) e a Novartis (fusão da Ciba-Geigy e a Sandoz).

Outra constatação é que a produção global de agrotóxicos está cada vez mais concentrada em empresas européias e norte-americanas. No ano de 1998, o faturamento global da indústria de agrotóxicos foi estimado em cerca de 35

bilhões de dólares. Relativamente ao ano de 1992, esse número indica uma taxa média de crescimento anual em torno de 6%, que está bem acima taxa de crescimento da economia mundial no mesmo período.

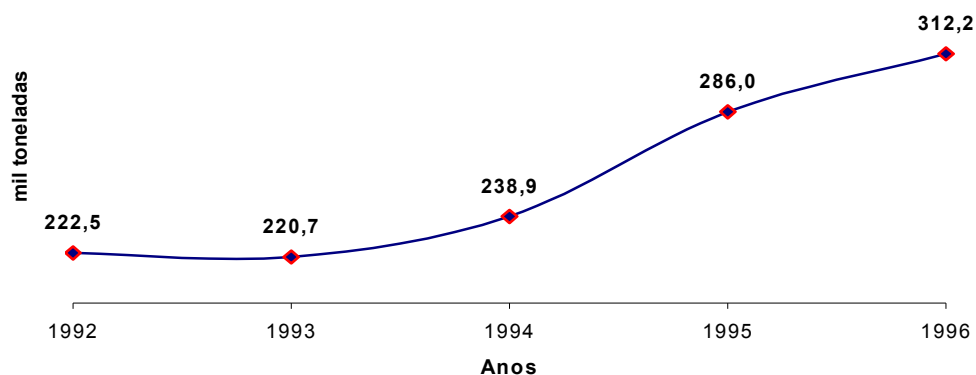
Por outro lado, o maior mercado consumidor de agrotóxicos é a América do Norte (Quadro 15). Os dados relativos aos anos de 1992 e 1996, indicam que o consumo de agrotóxicos está aumentando no continente americano e se reduzindo nas demais regiões do globo, em termos relativos, sugerindo que estes países estão cada vez mais investindo em tecnologias e produtos redutores de custos para a produção agrícola. Uma implicação natural disso é o aumento da produção nestes países para competir com os demais países.

Quadro 15 - Distribuição regional das vendas de agrotóxicos (%)

Região	1992	1996
América do Norte	29,2	30,6
Europa Ocidental	26,7	26,0
Ásia	24,4	22,2
América Latina	9,5	11,9
Resto do Mundo	10,2	9,3

Fonte: Dinham (1993) e Pesticide Action Network Updates Service, citados por ALVES DA SILVA (2000).

Segundo ALVES DA SILVA (2000), os indicadores disponíveis sobre comercialização mundial de produtos fitossanitários favorecem a hipótese de que a combinação de globalização e neoliberalismo contribui para aumentar tanto o comércio desses produtos quanto os riscos associados ao respectivo consumo. A Figura 16 evidencia a tendência crescente das exportações norte-americanas de agrotóxicos, cuja quantidade exportada atingiu em 1996 as 312,2 mil toneladas.



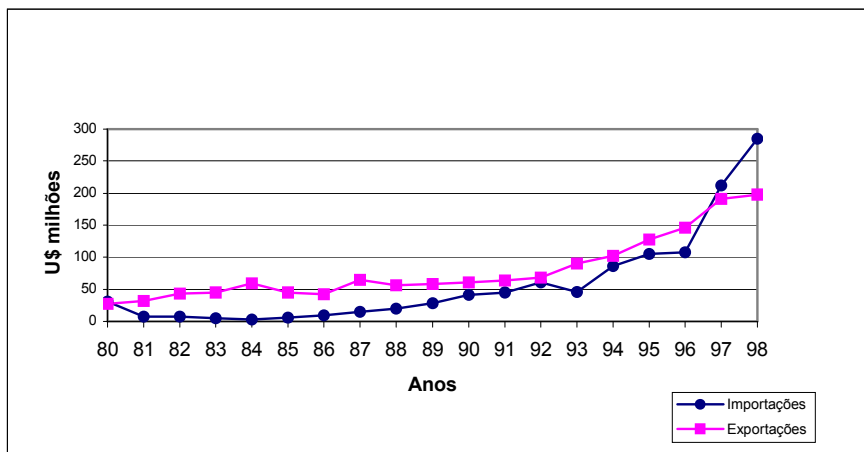
Fonte: FASE, citado por ALVES DA SILVA (2000).

Figura 16 - Exportações norte-americanas de agrotóxicos - total geral, 1992-1996.

Conforme pode ser observado na Figura 17, as estatísticas de exportação e importação para o Brasil, indicam que, em relação à década de 80, a década de 90 registra um crescimento muito acentuado, tanto dos valores importados quanto dos exportados. Durante a década de 80, o país era basicamente exportador desses produtos, dado o baixo grau de abertura da economia às importações naquela época. Com a globalização e a abertura externa ocorrida nos anos noventa essa situação se inverte, os valores importados passam a crescer acentuadamente até superarem os valores exportados em 1997.

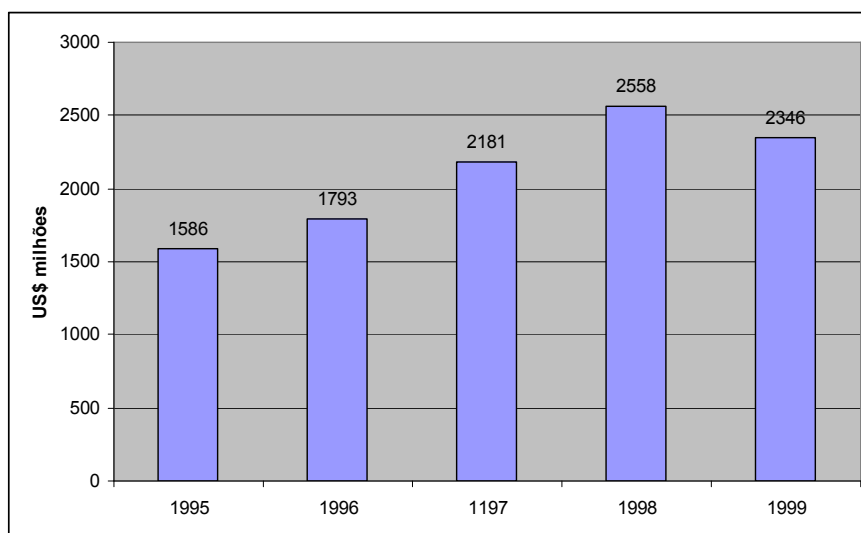
O elevado consumo de agrotóxico no Brasil, o qual apresenta uma tendência acentuadamente crescente ao longo da década de 90, pode ser evidenciado na Figura 18, à exceção do ano de 1999, em que o consumo caiu devido, principalmente, à seca.

Em contraste com a indústria de defensivos agrícolas, a indústria de fertilizantes é uma indústria madura, cujo dinamismo perdeu-se durante a segunda metade do século XX devido, de um lado, à manutenção da mesma base tecnológica fundada sobre os compostos de amônia, e, de outro, dos choques do petróleo, que reduziram a rentabilidade do setor.



Fonte: FAO (2001).

Figura 17 - Exportação e importação de agrotóxicos - Brasil, 1980-1998.



Fonte: SINDAG, citado por ALVES DA SILVA (2000).

Figura 18 - Vendas totais de agrotóxicos no Brasil, 1995-1999 (US\$ milhões).

Nessas condições, as cinco grandes corporações que dominaram o mercado internacional de produtos químicos (ICI, Bayer, Basf, Hoeschst e Du Pont) após a segunda guerra mundial passaram a mover-se da esfera produtiva de *commodities* químicas para a atividade de transferência de tecnologia (LEMOS, 1992).

No Brasil, essa indústria estabeleceu-se definitivamente a partir da intervenção do Estado, durante o II PND, com a criação de estatais voltadas à produção de insumos básicos necessários à produção de nitrogenados e, parcialmente, de fosfatados, esse último considerado o componente mais caro na composição NPK. De um lado, a intervenção do Estado respondeu à característica de baixos retornos ao capital presentes no setor; de outro, ao fornecer volume expressivo de insumos intermediários e básicos, sob controle de preços, diminuiu as barreiras à entrada no mesmo (DIESEL, 1996; LEMOS, 1992).

Essa política do Estado permitiu a proliferação de estabelecimentos produtores, cujas baixas margens de lucro não permitiram ao setor modernizar-se em seu conjunto. A principal defasagem tecnológica diz respeito à otimização de processos e o uso de microeletrônica de controle, sendo reduzidos os gastos com P&D (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

A combinação da dependência de reservas internacionais de matérias-primas com a obsolescência do parque industrial nacional permitiu que, a partir da abertura comercial, a crescente demanda por adubos fosse fundamentalmente respondida pelas importações do insumo, decrescendo a participação da oferta doméstica na demanda aparente de 59% em 1990 para 44% em 1999 (Quadro 16).

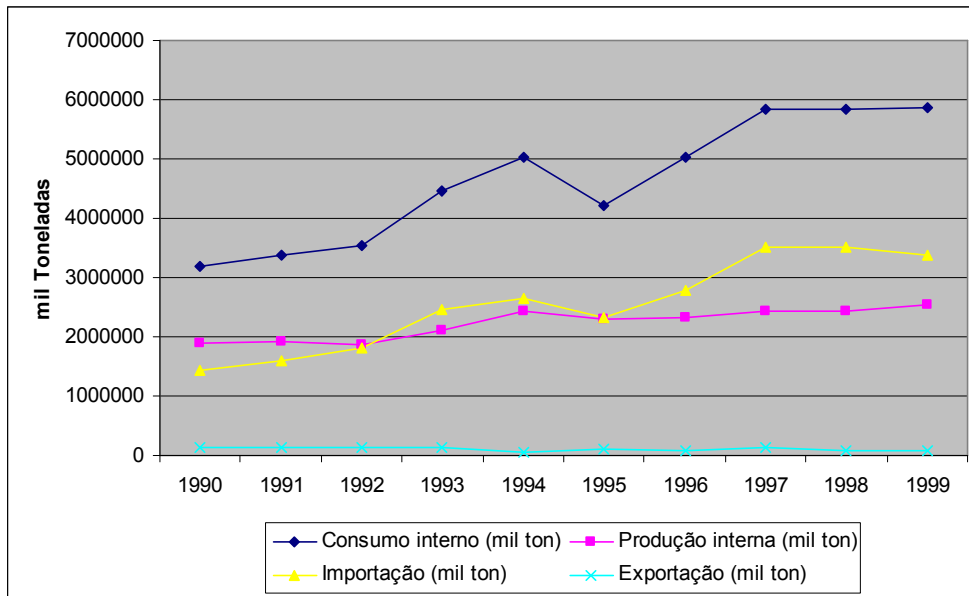
Quadro 16 - Consumo interno, produção interna, exportação e importação de fertilizantes - Brasil, 1990-1999 (em milhões de toneladas)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Consumo interno	3.191	3.387	3536	4.450	5.018	4.206	5.020	5.840	5.851	5.856
Produção interna	1.896	1.919	1.852	2.119	2.426	2.284	2.325	2.444	2.424	2.553
Importação	1424	1.593	1.809	2.455	2.658	2.315	2.779	3.524	3.513	3.385
Exportação	126	129	126	124	66	116	83	128	85	84
Produção interna/consumo interno (%)	59	57	52	48	48	54	46	42	41	44

Fonte: FAO (2001).

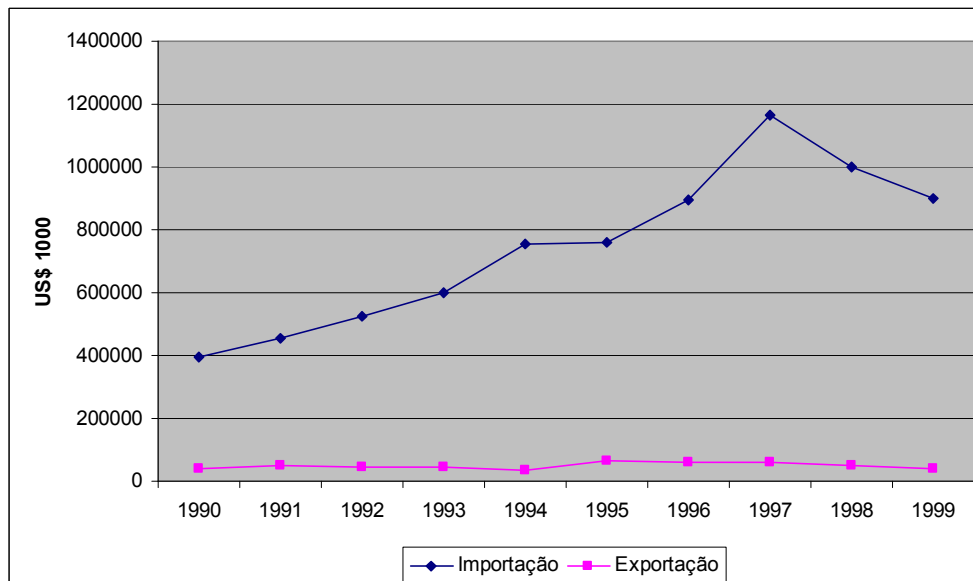
A evolução do consumo interno durante o período, com taxa de crescimento anual da ordem de 7,5%, face a uma evolução mais discreta da produção interna, de cerca de 3,7% anuais, resultou em uma pressão sobre a importação desses insumos, a qual, ao final do período, já superava a oferta interna, resultado de um crescimento anual de 10,8% no período. Diante desse quadro, as exportações restringem-se, decrescendo a uma taxa de 4,2% ao ano. A Figura 19 mostra a evolução daqueles números.

Essa condição de importador líquido de adubos teve por consequência um aumento no saldo negativo da Balança Comercial relativo a esse produto, saltando de uma média de US\$ 380 milhões entre 1990 e 1991 para uma média de US\$ 900 milhões entre 1998 e 1999 (Figura 20).



Fonte: FAO (2001).

Figura 19 - Consumo interno, produção interna, exportação e importação de fertilizantes - Brasil, 1990-1999.



Fonte: FAO (2001).

Figura 20 - Importação e exportação de fertilizantes - Brasil, 1990-1999 (em US\$ 1000).

#### 4.2.2. O complexo agroindustrial de laticínios

A abertura comercial foi decisiva para a indústria de laticínios, pois determinou o fim da intervenção do Estado no mercado de lácteos. Em busca do controle do processo inflacionário, devida a sua conseqüente pressão sobre os custos da cesta básica e sobre os salários urbanos, o Estado interviu tanto no processo de formação de preços e na distribuição de margens de lucro entre os segmentos componentes da cadeia agroalimentar, quanto na regulação de estoques, monopolizando as importações de derivados lácteos.

Por outro lado, ao retirar-se do mercado de forma abrupta, desencadeou um processo de reorganização do setor caracterizado pela concentração da indústria, sob a liderança do capital estrangeiro aqui instalado (Nestlé e Parmalat), e aumento das importações.

Segundo WILKINSON (1993:31), *existe consenso na literatura que a modernização do setor leiteiro foi profundamente prejudicada pelo regime de tabelamento de preços mantido desde o final dos anos 40*. Para esse autor, os efeitos negativos da política intervencionista foram a subordinação da renda do produtor ao combate da inflação, a inviabilização da modernização do setor, a dependência de importações para os períodos de entressafra, a predominância de produtores não especializados e a manutenção e expansão do setor informal.

É um verdadeiro contraste com a política agrícola para o setor na Europa. A fixação de preços mínimos tanto para o produtor quanto para as importações foi um instrumento de proteção e desenvolvimento da pecuária leiteira da Comunidade Econômica Européia (CEE). Àqueles produtores que não conseguiram escapar da obsolescência tecnológica, sejam eles pecuaristas, usinas ou mesmo laticínios, houve incentivos para que desistissem da atividade. Conforme MEIRELLES (1995:37-38), *a idéia era que os produtores de leite que nela permanecessem fossem profissionais e vivessem dignamente*, adendando em seguida que *no Mercosul, ao contrário, a proposta é expor, como têm sido expostos, os produtores de leite e as empresas de laticínios à concorrência*

*internacional, sem qualquer programa de modernização, sem recursos para investimento, sem cronogramas, sem políticas indicativas.*

Segundo GOMES (1995), quatro são as tendências desencadeadas com a abertura e a perdurar no complexo lácteo: a) mudança geográfica da produção de leite; b) concentração da indústria laticinista; c) diversificação dos derivados lácteos e, d) maior competição do mercado internacional.

A concentração da indústria segue um padrão internacional de expansão dos grupos estrangeiros através de aquisições. No Brasil, durante a década de 90, as duas maiores multinacionais do setor expandem-se por áreas de mercado que vão do nordeste ao sul do país. A espetacular expansão da Parmalat pode ser verificada no Quadro 17, com inversões em aquisições superiores em 22 vezes o montante aplicado pela Nestlé, líder do setor.

Quadro 17 - Aquisições e montante invertido pela Nestlé e Parmalat - Brasil

Parmalat (inversões em US\$ milhões – 1994-1997)								
Aquisições		Novas Plantas		Modernização		Novos Produtos		Publicidade
112,0		53,5		112,5		34,7		81,1
Aquisições	UF	Ano	Aquisições	UF	Ano	Aquisições	UF	Ano
Via Láctea	SP	1990	Lat. Gó-Gó	GO	1992	Cilpe S/A	PE	1994
Lat. Teixeira	SP	1990	Mocóca	GO	1992	Lat. Silvânia	GO	1994
Alimba S/A	BA	1990	Lacesa	RS	1993	Lat. Ouro Preto	RO	1994
Lavisa S/A	BA	1990	Sodilac	RS	1993	Gisa S/A	PE	1994
APHA Ltda	RJ	1991	C.D.R.DLOuro	MG	1994	Lat. Betânia	CE	1996
Lat. St. Helena	MG	1991	SPAM S/A	RJ	1994	Batavo	PR	1998
Nestlé (inversões em US\$ milhões – 1994-1997)								
Aquisições		Novas Plantas		Modernização		Novos Produtos		Publicidade
5,0		5,5		357,1		20,0		86,0
Aquisições	UF	Ano	Aquisições	UF	Ano	Aquisições	UF	Ano
CCPL	MG	1990	Spam	ES	1993	Itasa	GO	1994
Cia Goiânia	GO	1994						

Fonte: LOIOLA (1998); NASCIMENTO (1999); PARMALAT (2001).

Entretanto, as divergências relativas aos investimentos mostram estratégias diferenciadas. Enquanto a Nestlé, líder do setor, firma-se nos mercados de produtos lácteos diferenciados, com maior valor agregado, a Parmalat concentra esforços na manutenção de sua liderança no mercado de leite

fluido. Contudo, no global, as empresas estrangeiras aumentaram suas parcelas de mercado nos segmentos de produtos mais diferenciados (Quadro 18)

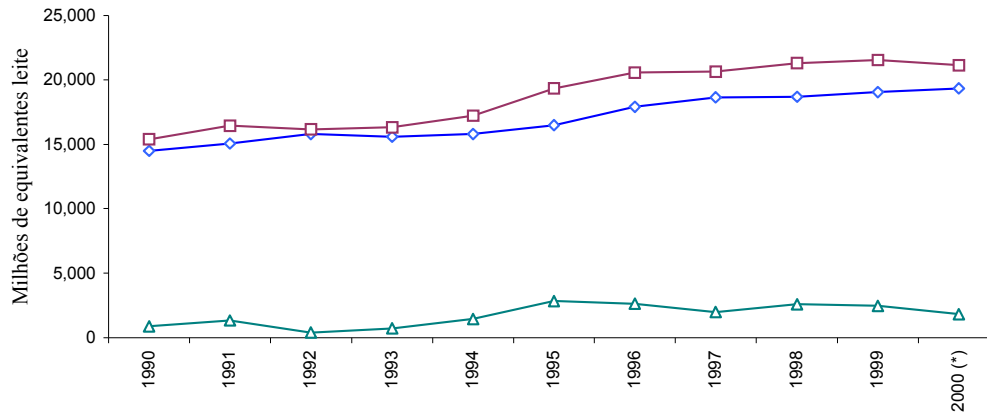
Quadro 18 - Evolução de parcelas de mercado das empresas multinacionais na indústria de laticínios - Brasil, 1990-1994 (%)

Segmentos	Produto	1990	1994
Leite resfriado	Leite resfriado	26,53	30,27
Leite fluido	Leite pasteurizado e UHT	22,31	33,44
Derivados lácteos	Leite em pó	53,26	34,59
	Queijo de massa mole	37,52	68,74
	Queijo de massa semi-dura	17,10	9,09
	Queijo de massa dura	32,88	23,39
	Manteiga	33,30	14,86
	Iogurte	57,20	58,03

Fonte: DE NEGRI (1996).

A maior competitividade da indústria não restringe-se à estratégia de diferenciação e expansão por aquisições realizadas pela multinacionais. A abertura comercial permitiu o acesso de agentes privados ao mercado externo, tanto de empresas privadas de laticínios quanto de agentes “sem fábrica”, que especulam com o diferencial de preços entre o mercado doméstico e o internacional (JANK et al., 1999).

De 1990 a 1998, as importações de lácteos cresceram cerca de 150%, enquanto a oferta interna crescia somente 30%, crescendo a participação dos importados na demanda aparente de 6% para 10% no período (JANK et al., 1999). Embora seja um pequeno percentual do total, a internalização de produtos lácteos à preços inferiores àqueles praticados no mercado interno sinaliza a todo mercado um novo patamar mais reduzido de preços, com efeitos retroativos pela cadeia (Figura 21).



Fonte: TERRA VIVA (2001).

Figura 21 - Evolução da demanda aparente, da produção interna e da importação de lácteos - Brasil, 1990-2000.

De 1994 a 2000, os preços dos derivados lácteos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE) decresceram 36% em termos reais (Quadro 19).

Nota-se que os maiores decréscimos de preço final ocorreram com os produtos de maior valor agregado, demonstrando que nem mesmo as empresas estrangeiras, líderes nesses mercados, ficaram incólumes à abertura comercial.

O resultado dessa queda do preço junto ao consumidor final é transferido à montante. Segundo GOMES (2001), a contradição entre uma oferta crescente (4% ao ano entre 1990 a 1999) e preços declinantes é apenas aparente, pois a pecuária leiteira experimentou no mesmo período aumentos de produtividade (3% ao ano), aumentos de escala de produção e queda em preços de insumos. Ou seja, embora a margem de lucro tenha sido deprimida, o lucro total do setor pode ser garantido com maior oferta de matéria-prima por produtor.

Quadro 19 - Variação de preços de produtos lácteos - Brasil - IPC-FIPE, 1994-2000

Derivados do leite	Variação (-36.13)
Leite em pó	-28.31
Leite condensado	-32.34
Leite aromatizado	-47.45
Leite fermentado	-45.36
Creme de leite	-26.24
Manteiga	-6.51
Iogurte	-51.56
Queijo fresco	-42.97
Queijo mussarela	-21.59
Queijo prato	-19.22
Queijo provolone	-45.39
Queijo ralado	-21.83
Requeijão	-57.71
Petit suisse	-50.36

Fonte: Secretaria de Acompanhamento Econômico - Ministério da Fazenda, 2001.

Os aumentos de escala na produção leiteira podem ser percebidos a partir da recepção das cinco maiores receptoras da matéria-prima em meados da década de 1990 (Quadro 20). Em apenas dois anos houve um aumento da produção diária por produtor de 35%. Todavia, o mesmo quadro mostra que muitos produtores não conseguiram ajustar-se às novas condições competitivas, sendo que 11% deles deixaram de fornecer leite àquelas empresas, o que pode ser indicação da exclusão dos mesmos do mercado. Dados da Sudcoop-PR mostram que, após o processo de granelização da coleta, a escala cresce 109% contra um decréscimo do número de produtores de 47% (JANK et al., 1999).

Quadro 20 - Evolução da escala e do número de produtores das cinco maiores receptoras de leite - Brasil, 1994-1996

Empresas	1994			1996			Variação % na escala	Variação % no n.º de produtores
	Recepção diária (mil litros)	N.º produtores (mil)	Litros/ produtor/ dia	Recepção diária (mil litros)	N.º produtores (mil)	Litros/ produtor/ dia		
Nestlé	3.205	41,5	77	3.923	39,2	100	30	-6
Parmalat	2.219	43,1	51	2.927	35,8	82	59	-17
Paulista	2.726	25,2	108	2.684	25,4	106	-2	1
Itambé	1.548	22,4	69	1.945	20,2	96	39	-10
CCGL/Avipal	1.364	52,1	26	1.836	44,0	42	59	-16
Total	11.062	184	60	13.315	165	81	35	-11

Fonte: BORTOLETO (2000).

#### 4.2.3. O complexo agroindustrial da soja

A produção de soja no Brasil concentrou-se na Região Centro-Sul até o início dos anos 80. A partir daí, a participação da Região Centro-Oeste aumentou significativamente. A expansão da área cultivada de soja no Brasil é resultado tanto da incorporação de novas áreas, nas regiões Centro-Oeste e Norte, quanto da substituição de outras culturas, na Região Centro-Sul.

O grande aumento da área e da produção de soja na região em expansão deu-se na década de 80. De uma área igual a 1,29 milhões de hectares e uma produção de 2,2 milhões de toneladas em 1980, aquela região passou a cultivar 5,08 milhões de hectares, com uma produção de 10,3 milhões de toneladas, em 1989. No processo de incorporação de 3,79 milhões de hectares na produção de soja, durante o período 1980/89, houve contribuição líquida da cultura, traduzida na expansão da fronteira agrícola, incorporando ao processo produtivo áreas antes inexploradas. No entanto, pode ter havido substituição de culturas em determinada parcela. Segundo estudos realizados por GOMES (1990), no período 1970/80, o crescimento da área com soja, tanto na região tradicional como na em expansão, deveu-se quase que exclusivamente ao efeito-substituição, que atingiu

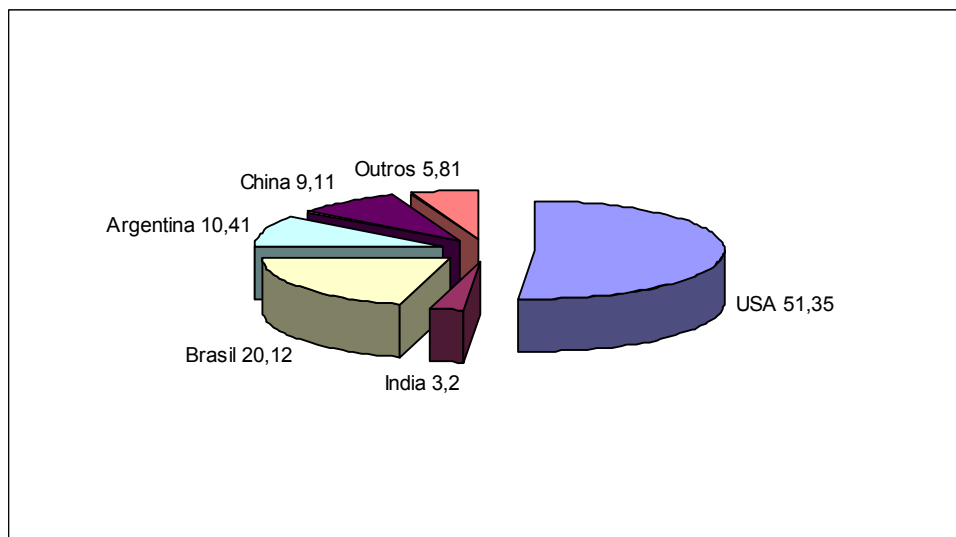
mais de 98% dessa expansão. Dos produtos analisados na região em expansão, verificou-se que o algodão, o amendoim e o feijão sofreram redução de área cultivada, enquanto arroz, café, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, milho, pastagens e soja tiveram expansão de área.

Em praticamente todos os estados, já existiam pessoas ocupadas com soja em 1996. Embora a produção tenha aumentado de 1996 para 2000, não se acredita que o número de pessoas diretamente envolvidas com essa produção tenha aumentado. Ao contrário, estima-se que a expansão da soja na Região Centro-Oeste e a diminuição das pequenas propriedades da Região Sul tenham contribuído para a queda do número de pessoas envolvidas diretamente com a cultura, haja vista ser uma cultura totalmente mecanizada, não possuindo, portanto, o mesmo número de pessoas ocupadas quando comparado com outras culturas.

A produção de soja no Brasil, bem como seus derivados semi-industrializados e industrializados, sofrem forte concorrência mundial. As políticas dos países desenvolvidos que procuram restringir o acesso aos seus mercados domésticos, agravadas pelos subsídios às exportações, a estabilização do consumo de proteínas de origem animal nos países de alta renda *per capita*, o surgimento de produtos substitutos dos óleos vegetais e proteínas para ração animal e o aumento de produção dos países competidores, são alguns fatores que pressionam a posição brasileira no mercado mundial de soja e seus derivados.

O crescimento da produção e do esmagamento da soja, na década de 70, foi tão rápido que colocou o Brasil como o primeiro exportador mundial de farelo de soja, tendo perdido recentemente essa posição para a Argentina, e o segundo exportador de soja em grão, conforme pode ser visto na Figura 22.

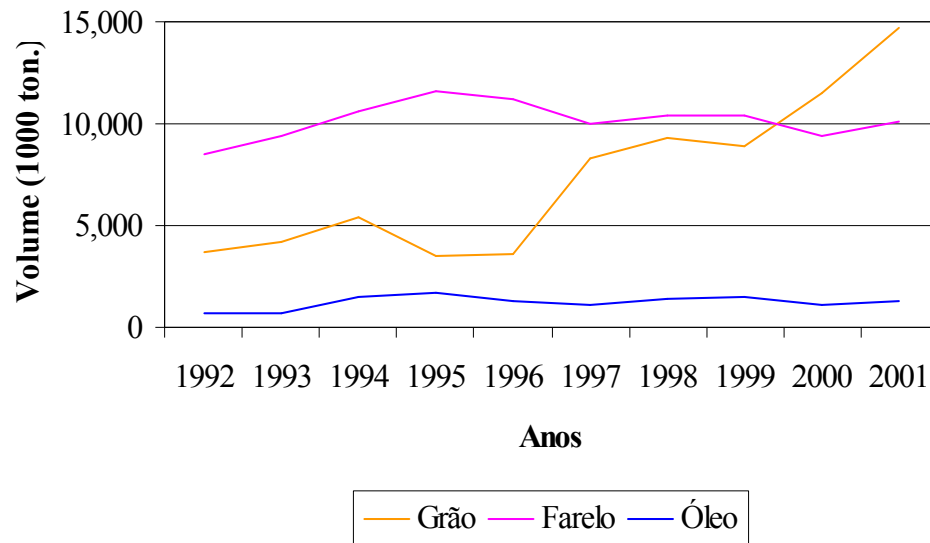
A necessidade de reestruturação do sistema industrial interno para fazer frente à globalização também afeta a cadeia agroindustrial da soja. Essa combinação de competitividade externa, aliada à situação interna, exige a crescente busca de vantagens comparativas por parte dos setores e empresas participantes da cadeia da soja, e de políticas públicas que garantam suporte e incentivo para sua capacitação competitiva.



Fonte: USDA, citado por ABIOVE (2001).

Figura 22 - Principais países produtores de soja no ano 2000.

Analisando a evolução das exportações brasileiras do complexo soja (Figura 23) é fácil perceber que os grãos têm maior inserção no mercado mundial, superando, inclusive, o farelo, no ano de 1999. O suprimento da demanda externa por óleo de soja é muito baixo por parte do Brasil, o que significa que o produto de melhor colocação no mercado é o que agrega menos valor, salientando o distanciamento entre a agricultura e a indústria. Além disso, a política adotada pela Europa é de estabelecer baixas tarifas para importação de matéria-prima (produtos *in natura* que no caso da soja refere-se ao grão) e elevadas tarifações sobre a importação de produtos agroindustriais (farelo e óleo), ou seja, estes países privilegiam a indústria nacional e, para tanto, contam com o fornecimento de matéria-prima por parte dos países em desenvolvimento.



Fonte: ABIOVE (2001).

Figura 23 - Exportações brasileiras de grão, farelo e óleo de soja - 1992-2001.

#### 4.2.4. O complexo agroindustrial do café

Na década de 60, o Brasil chegou a deter mais de 40% do total da produção mundial de café. Nos anos 90 a participação do Brasil no total da produção mundial de café se situou em média ao redor de 20% (Quadro 21).

A queda da participação do Brasil no total da produção mundial de café tem sido atribuída à política de regulamentação, principalmente, aos baixos preços que os produtores receberam nos anos posteriores à suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC), em julho de 1989. Para o sucesso da política de valorização de preços do café, que alcançavam níveis inferiores aos custos de produção, o Brasil como líder de mercado acabou se sujeitando a reduzir sua participação, firmando-se como ofertante residual. Com o excesso de acúmulo de estoques, o Brasil passou a implementar uma política de erradicação das lavouras e desincentivo à produção mediante o controle das receitas de exportação (quota de contribuição), de forma a

equacionar o caixa do governo federal em detrimento de uma ampliação/manutenção de seu *market share*. A erradicação foi caracterizada pelo abandono das lavouras de baixa produtividade e pela redução do uso de adubos e defensivos, o que também prejudicou a qualidade da bebida.

Quadro 21 - Participação brasileira na produção mundial de café (mil sc 60 kg)

Período	Mundo	Brasil	Participação (%)
1900	15.100	12.069	80
1910	14.350	10.653	74
1920	20.290	17.116	84
1930	25.230	17.652	70
1940	26.500	15.797	60
1950	31.300	16.754	54
1960-69	67.585	25.370	38
1970-79	72.317	19.370	27
1980-89	90.724	26.515	29
1990-99	97.495	26.361	27

Fonte: INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR (2000).

Apesar do declínio da participação do Brasil na produção mundial de café ao longo do século XX (Quadro 21), identifica-se uma tendência crescente dos ganhos de produtividade na década de 90 (Quadro 22). Pode-se dizer que mesmo o País tendo acompanhado o aumento da produção mundial, a participação decaiu em função do aumento de produção de outros países, principalmente a partir da década de 60, quando foi criado o AIC. Atualmente, os maiores produtores mundiais de café arábica (*Coffea arabica*) são Brasil, Colômbia, México e Etiópia e os de café robusta (*Coffea canephora*) são Indonésia, Vietnã, Brasil, Uganda (COFFEE BUSINEES, 2000).

Quadro 22 - Área, produção e produtividade de café no Brasil na década de 90

Ano	Área (ha)	Produção(sc 60 kg)	Produtividade (sc/ha)
1990	2905818	48769733,33	16,7835
1991	2767439	50842766,67	18,3718
1992	2498489	43118866,67	17,2580
1993	2257197	42589783,33	18,8684
1994	2095620	43542300,00	20,7778
1995	1868027	30970633,33	16,5793
1996	1989890	44760683,33	22,4940
1997	2048188	39036633,33	19,0591
1998	2081591	57505216,67	27,6256
1999	2207717	54464866,67	24,6702
2000	2269914	62964133,33	27,7386

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV (2001).

Segundo CAIXETA (1998), a elevada regulamentação do mercado de café, utilizada como forma de protegê-lo, funcionou como um mecanismo cíclico de ação e reação, o que contribuiu para diminuir a participação do Brasil (77% no início do século XX para cerca de 22% em 1999) na exportação de café, principalmente durante a vigência do AIC. Até 1989 o sistema agroindustrial do café era um exemplo de cartel internacional coordenado por agências nacionais e internacionais de regulamentação. A valorização do preço, decorrente da regulamentação do mercado, levou à expansão das áreas cultivadas por outros países, assim como ao aumento de suas produções e exportações, pressionando a cota brasileira de exportação (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS, 1995). Entraram em cena outros grandes produtores e exportadores da América do Sul, como a Colômbia (suaves colombianos), além de países da África e da Ásia, como Uganda e Vietnã, o que aumentou a competitividade no segmento. No entanto, o Brasil ainda ocupa, hoje, a posição de maior produtor e exportador de café no mercado internacional.

Nas décadas de 60, 70 e 80 o Brasil exportou entre 15 e 18 milhões de sacas de café por ano, com uma participação de 27% do volume exportado mundialmente. Na década de 90, as exportações brasileiras ficaram no mesmo patamar, porém a participação no mercado mundial caiu, situando-se em 20% das exportações mundiais de café, as quais giram em torno de 78 milhões de sacas/ano (COFFEE BUSINEES, 2000).

O Brasil exporta, principalmente, os cafés em formas de grão verde e solúvel. Outras formas, como o café torrado e moído, o extrato, os cafés especiais (orgânicos, aromatizados e descafeinados) e o *gourmet*, são ainda incipientes na exportação.

Quanto à exportação de café verde, no passado recente, o Brasil exportava, em média, mais de dois milhões de sacas de 60 kg/ano de café conillon, em grão (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CAFÉ - FEBEC, 1999). Contudo, desde as geadas de 1994, a indústria de torrefação nacional, que sempre desprezara o conillon como componente de suas misturas (*blends*), passou a consumir volumes expressivos.

Em 1998, o café verde foi exportado para 63 países diferentes. O maior comprador do café brasileiro foi a União Européia, destacando-se as exportações para a Alemanha, que subiram 69%, desbancando os EUA de sua posição tradicional de maior comprador do café brasileiro, seguidos da Itália e do Japão (FEBEC, 1999). Uma das razões deste aumento foi o início da recuperação da imagem de qualidade do café brasileiro em um dos mercados mais exigentes do mundo, no qual a Colômbia chegou a deter 38% das importações no passado recente. Outros fatores que contribuíram para o aumento das exportações para a Alemanha foram a escassez mundial de café arábica em outras origens e a redução nas tarifas de importação do café brasileiro (isenção do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, em 1996).

Segundo a Federação Brasileira dos Exportadores de Café (FEBEC), em 1999, 216 organizações exportaram café verde, dentre elas organizações apenas de *performance* (que não exportam de fato), 14 exportaram café torrado, e 10, solúvel. As organizações dividem-se em unidades privadas, cooperativas,

propriedades que exportam, grupos, corporações e organizações familiares, organizações multinacionais e nacionais.

Ao observar a evolução das exportações de café pelas organizações, de 1987 a 1998, nota-se aumento generalizado da concentração (parcela de mercado baseada no volume exportado e representada por um número fixo de organizações), principalmente de 1987 a 1997 (Quadro 23), que é maior ao levar em conta a existência de organizações de *performance*, que, em 1987, representavam 39% do total e, em 1997, 16%. Esse período foi caracterizado por elevado percentual de saída de organizações do setor, sendo que, em 1997, apenas 50 das 213 organizações, de 1987, continuaram a exportar, mesmo levando em consideração as sucessoras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CAFÉ - ABECAFÉ, 1998).

Quadro 23 - Evolução dos índices de concentração das exportadoras de café verde

	1987	1994	1995	1996	1997	1998
*C <sub>5</sub>	26	27,82	24,34	30,16	30,66	26,19
C <sub>10</sub>	41	45,74	39,46	47,13	48,06	42,64
C <sub>20</sub>	63	67,39	63,23	69,59	70,98	65,11
C <sub>30</sub>	76	79,46	76,60	81,26	83,91	79,01

Fonte: BATISTA (2000).

\* Cn: participação das maiores exportadoras no volume total exportado.

Apesar de o mercado mundial estar em expansão, o café brasileiro enfrenta o problema de não ser utilizado, normalmente, como base dos *blends* internacionais dos mercados mais dinâmicos de café torrado, o que dificulta o crescimento do *market-share* do café brasileiro. Entre 1990 e 1995, a

participação dos diferentes tipos de café para os quinze maiores países importadores, que correspondem a 85% das importações mundiais, foi de: 50,5% para os lavados, 29,7% para o robusta e 19,8% para o café brasileiro. O café do Brasil, constitui a base do *blend* de poucos países: Dinamarca, ex-Iugoslávia, Grécia, Argentina, Síria e Turquia, países que representam menos de 5% das importações mundiais (FARINA et al., 1997).

A comercialização de café *commodity* acabou por desestimular o investimento em qualidade, prejudicando a imagem do café no mercado internacional. Embora a perda de participação do Brasil no mercado internacional esteja relacionada a problemas climáticos, a expansão ou manutenção do *market-share* brasileiro depende da ação continuada de conquista do consumidor internacional. A regularidade da oferta, a estabilidade de preços e a manutenção do padrão de qualidade são importantes variáveis estratégicas (BATISTA, 2000).

Verifica-se, portanto, que ao adotar a estratégia de inserção no mercado internacional pela venda de café *commodity*, em que a variável de concorrência é preço, o aumento de produtividade e a redução de custos são fundamentais, uma vez que para países com poucas alternativas econômicas e com mão-de-obra e terras baratas, o crescimento da oferta de café já tem sido observado. Além disso, o desempenho do conillon não tem sido satisfatório para atender as demandas do segmento de solúvel, torrado moído e exportador.

No segmento processador de torrado e moído observa-se também que a regulamentação teve efeitos significativos sobre a competitividade. À indústria nacional cabia absorver o café não exportável, por questões de qualidade, ou os excedentes gerados. O tabelamento de preços, que vigorou até 1992, também restringiu qualquer tentativa de segmentação do mercado, uma vez que considerava o café como um produto homogêneo. Para competir com preços tabelados e alta inflação, algumas torrefadoras adulteravam o café, misturando-o a produtos mais baratos. A queda da qualidade do café torrado e moído no mercado nacional refletiu-se na retração da demanda.

As rápidas mudanças no ambiente competitivo da indústria de torrefação e moagem na década de 90 - desregulamentação, fim do tabelamento de preços,

viabilização de estratégias de segmentação e diferenciação do mercado, crescimento da importância do supermercado como canal de distribuição do produto e acirramento da concorrência - têm sido absorvidas de forma diferenciada pelas empresas torrefadoras. O processo atual de reestruturação das empresas de torrefação do setor, além de caminhar à concentração, cria também oportunidades para as pequenas empresas, dada a possibilidade de se adotar estratégias de nichos de mercados. O crescimento do café expresso e a perspectiva de incremento do consumo de café de qualidade no Brasil, abrem espaço para a atuação das pequenas empresas que de outra forma não teriam condições de competir com escala na produção e distribuição.

Já a implantação da indústria de solúvel foi incentivada pelo governo em função dos estoques de grãos do Instituto Brasileiro do Café (IBC), provenientes do excesso de oferta, e se desenvolveu com base na aquisição de matéria-prima subsidiada, o que levou ao superdimensionamento do parque industrial.

Considerando que o mercado relevante do solúvel é internacional, a indústria brasileira tem perdido mercado uma vez que concorre com grandes grupos alimentícios mundiais como Nestlé, General Foods (Phillip Morris), Folgers (Procter & Gamble) e Dowe Egberts. Com a queda dos preços do café robusta no mercado internacional, principal matéria-prima da indústria, sem a queda no mercado nacional, dada a dificuldade de importação, a indústria brasileira fica prejudicada. Além disso, existem as barreiras tarifárias na União Européia ao café solúvel brasileiro, enquanto as indústrias de outros países são isentas das taxas de importação ou têm uma menor incidência de taxa.

#### **4.2.5. O complexo agroindustrial do cacau**

Historicamente o cacau desempenhou um papel de destaque na região Sul da Bahia dadas as condições edafoclimáticas favoráveis a esta cultura, sendo responsável pela inserção do Brasil no mercado mundial por ser grande produtor e exportador de amêndoas; entretanto, nos últimos anos, houve inversão do perfil de grande produtor e exportador para importador. A produção de chocolates,

produto derivado do cacau, foi intensificada no Brasil a partir das restrições impostas pela Segunda Guerra Mundial aos países desenvolvidos, propiciando aqui, a construção do complexo agroindustrial do cacau, do qual o chocolate é o principal produto.

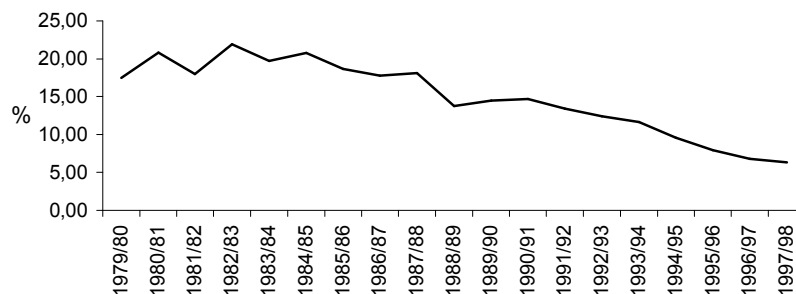
O desempenho do complexo agroindustrial do cacau não foi algo espontâneo. Foram decisões e ações do governo brasileiro, criando várias instituições e programas de incentivo que contribuíram definitivamente para que, ao aproveitar as vantagens naturais, o país liderasse o mercado mundial do cacau. O resultado da atuação do Estado Nacional foi a construção de um parque moageiro e chocolateiro moderno e alinhado com as tendências mundiais, com alto grau de concentração, capaz de impor barreiras à entradas de outras firmas no mercado.

O crescimento do consumo interno, bem como das exportações, sofisticaram os investimentos no complexo, resultando no aproveitamento de economias de escalas, na maior eficiência administrativa dentre outros fatores. Entretanto, a abertura comercial e o acirramento da concorrência, fizeram com que algumas multinacionais se instalassem no país. Acrescenta-se ainda o fato de que as empresas multinacionais instaladas na Argentina, começaram a disputar o mercado brasileiro, resultando numa nova dinâmica para o mercado do cacau.

O Brasil, ao contrário dos demais principais produtores mundiais vem paulatinamente diminuindo a participação na produção mundial de cacau como pode ser demonstrado na Figura 24.

Em 1979-1980, a produção de amêndoas de cacau do Brasil representava 17,65% da produção mundial, atingindo em 1982/83 19,70%. A partir daí teve declinante ao longo dos anos até representar em 1997/98 apenas 6,3% da produção mundial.

As exportações de cacau do Brasil também são controladas por poucas firmas, configurando um mercado altamente concentrado. Em 1994, 22 firmas exportavam amêndoas de cacau. A partir de 1998 apenas quatro firmas permanecem no setor exportador brasileiro (CHAVES, 2000).

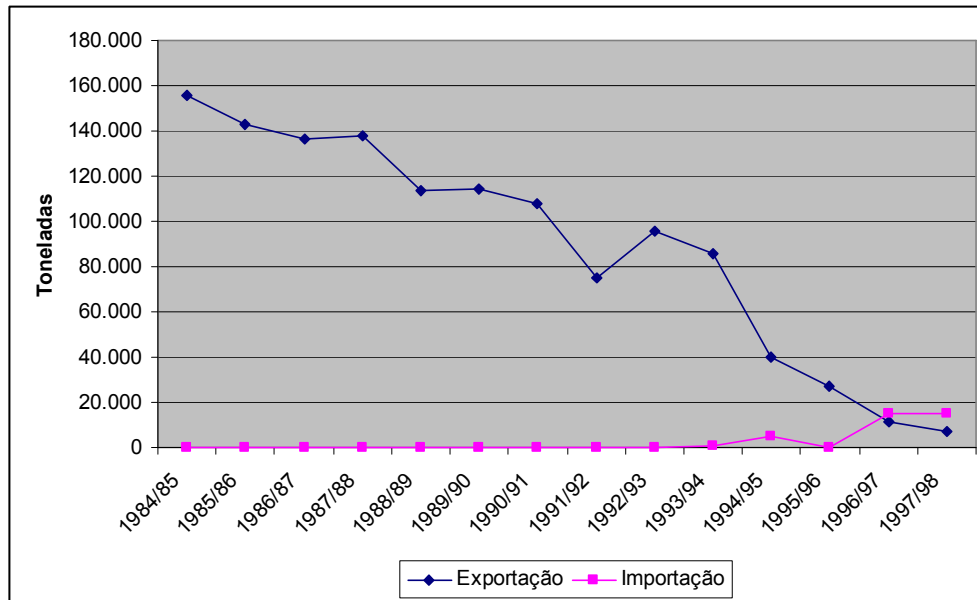


Fonte: FAO, citado por CHAVES (2000).

Figura 24 - Participação brasileira na produção mundial de cacau - Brasil, 1979/80 - 1997/98.

O desempenho comercial da atividade cacaeira do Brasil está demonstrado na Figura 25. Percebe-se que paulatinamente de exportador na década de 1980, o país reduz as exportações passando a importar cacau a partir de 1992, tornando-se em 1996/97, importador líquido. Estes dados evidenciam a mudança de perfil do país no mercado mundial de amêndoas de cacau. O resultado é a perda de mercado e a conseqüente redução do emprego e da renda doméstica, em especial das regiões produtoras nacionais.

No tocante ao processamento, o Brasil moeu no período de 1990 a 1997 grande parcela das amêndoas de cacau produzidas internamente, cerca de 76,9% da produção, em média. No entanto, a partir de 1998, com a queda acentuada da produção nacional, o país passa a importar amêndoas, resultando na mudança do perfil de produtor para importador, aumentando a capacidade ociosa da indústria moageira nacional.



Fonte: FAO, citado por CHAVES (2000).

Figura 25 - Exportação e importação de cacau - Brasil, 1984/85 - 1997/98.

Em 1988, 14 firmas multinacionais processavam 46,8% da produção mundial de cacau, entretanto, neste mesmo ano, a Nestlé e a Grace, processavam 15,37%, enquanto a Barry 6, 88%. Em contrapartida, a capacidade instalada nos cinco maiores produtores de cacau era 33,5% da capacidade mundial de moagem de amêndoas. Em seguida, em 1989, apenas seis grupos multinacionais controlavam cerca de 80% do comércio de amêndoas e derivados do cacau. Acrescenta-se a isso, o fato de que mesmo estando sediadas em países produtores, tinham participação majoritária de grupos multinacionais estrangeiros (NASCIMENTO et al., 1994).

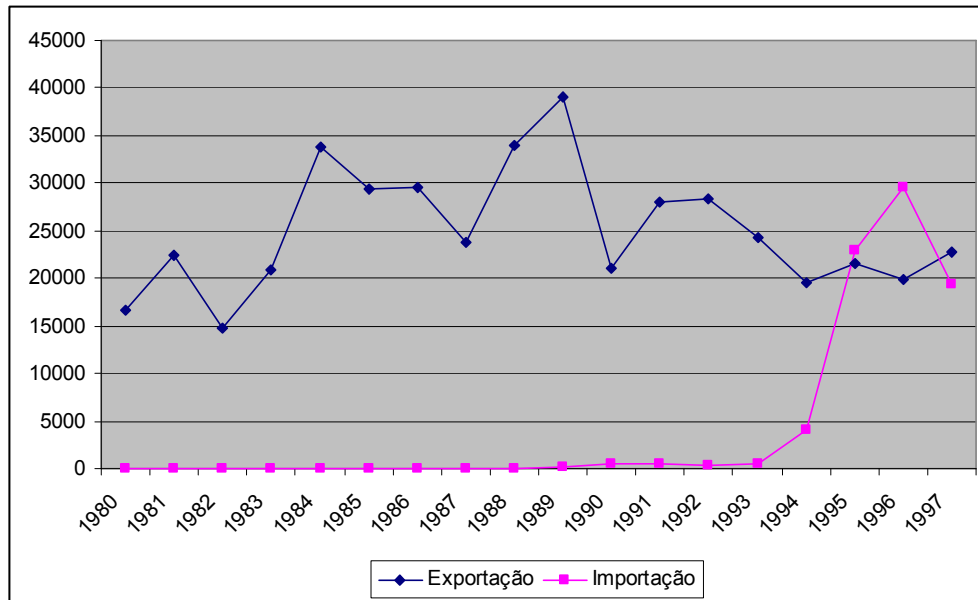
Em 1992, quatro grandes empresas passaram a controlar 61,60% do mercado nacional de moagem. O processo de concentração se intensifica em 1996. Neste ano, quatro firmas concentram 88,33% da moagem de cacau. Estas firmas são a Nestlé, a Cargil, a Joanes, subsidiária do Grupo Jacobs-Suchard e a Chadler, subsidiária do Grupo Hershey, que é líder mundial no setor de alimentos. A evolução dos índices de concentração indicam a transformação de

um setor de mercado de concentração moderada em 1992 para um mercado altamente concentrado em 1996 (CHAVES, 2000).

Os problemas são estendidos à indústria moageira nacional, que em 1990, utilizava apenas 70% da capacidade instalada, diferentemente das décadas anteriores. Em 1999, apenas 85% da capacidade é utilizada, refletindo o fato tanto de se ter importado amêndoas de cacau para suprir a demanda interna quanto pelo expressivo fechamento das firmas moageiras das regiões produtoras, o que resultou em processo acelerado de degradação do parque moageiro nacional, com o abandono de prédios, máquinas e o conseqüente no aumento do desemprego nestas regiões.

O colapso da cacauicultura brasileira leva junto consigo as indústrias de moagem, abrindo dessa forma, um grande espaço para atuação dos grandes grupos multinacionais no Brasil. A concentração tem sido uma característica marcante do setor, posto que desde a década de 70 até a de 90, o grau de concentração do mercado pelas três grandes líderes do setor chocolateiro passou de 43,1% para 90%. Das três firmas, apenas a Garoto é nacional e detém aproximadamente, 30% do mercado de chocolates, enquanto a Nestlé e a Lacta são multinacionais. Na indústria de moagem, quatro firmas do mesmo tamanho representam o parque moageiro nacional, sendo que estas quatro maiores empresas, concentram cerca de 88% da moagem nacional. Esta concentração está toda sob o domínio de empresas estrangeiras, visto que as quatro maiores empresas são subsidiárias de grupos estrangeiros (CHAVES, 2000).

Com relação ao desempenho da pauta de exportações e importações do complexo observa-se um retrocesso em termos de desempenho exportador do setor. De forma semelhante à estrutura produtiva do cacau a exportação de chocolate, que desde 1972 foi característica do Brasil até 1993, ano em que passa de exportador para importador, evidenciando mais uma vez, o retrocesso no processo de desenvolvimento brasileiro, posto que o país perdeu parcela significativa do mercado mundial ao se tornar importador de chocolates, como pode ser visto na Figura 26.



Fonte: FAO, citado por CHAVES (2000).

Figura 26 - Exportação e importação de chocolates de todos os tipos - Brasil, 1980-1997.

É questionável, portanto, a omissão dos Estados Nacionais na condução das políticas de desenvolvimento para seu próprio país. Neste sentido, a abertura e a desregulamentação do setor, pelo que os dados indicam, não resultou em melhoria do padrão de vida, evidenciados pelo crescimento do emprego e da renda que em primeira instância, são os indicadores de desenvolvimento que todas as nações objetivam alcançar.

As grandes empresas estrangeiras que controlam o mercado adotam estratégias que consistem em organizar a compra do cacau com os próprios produtores, patrocinar estudos de biotecnologias para desenvolver plantas mais resistentes às pragas e mais produtivas; naturalmente que fazem isso para proveito próprio e não para a melhoria da condição sócio-econômica brasileira. As entidades nacionais bem que poderiam adotar estratégias semelhantes no que diz respeito às pesquisas científicas para o setor, a organização da produção e a

própria gestão do agronegócio do cacau, como parte de um planejamento estratégico voltado para o desenvolvimento econômico nacional.

## 5. RESUMO E CONCLUSÕES

A globalização tem sido discutida nas últimas décadas como fenômeno novo e irreversível e que ao serem acatados os seus ditames, os países estariam efetivamente em condições de promover seu desenvolvimento. À medida que fossem retiradas as barreiras à circulação de mercadorias, serviços e capital financeiro, as nações menos desenvolvidas teriam ganhos comerciais ao se integrarem ao comércio internacional.

As controvérsias sobre as vantagens e desvantagens da globalização acabaram gerando um debate sobre os efeitos do comércio no desenvolvimento das nações, visto que a liberalização comercial tem sido implementada nos países em desenvolvimento, em especial no Brasil na década de 1990.

A observação da história do desenvolvimento de algumas nações mostra que o desenvolvimento ocorreu não pela liberdade de comércio, mas fundamentalmente pela atuação dos estados nacionais de forma planejada para a obtenção do desenvolvimento.

A Inglaterra representa o primeiro marco na história do desenvolvimento, dos efeitos do comércio, do capital nacional e da atuação do estado nacional, no processo de desenvolvimento de uma nação. Percebe-se que nos momentos iniciais do desenvolvimento do capitalismo, o Estado procurou, eficazmente, garantir que as oportunidades de crescimento, desenvolvimento e, especialmente,

que o excedente econômico fosse apropriado pela nação, nunca por outros. Assim fizeram a Inglaterra, os Estados Unidos e Japão em momentos distintos, porém, com comportamentos semelhantes quanto ao processo de acumulação de capital nacional para o seu próprio desenvolvimento.

O Brasil, que esteve incluso nos planos de desenvolvimento das demais nações de forma dependente, demorou a adotar políticas voltadas ao seu próprio desenvolvimento, passando por diversas fases. Na primeira esteve subordinada aos interesses de Portugal. Na Segunda, subordinou-se, novamente, aos interesses da Europa capitalista industrial, fornecendo matérias-primas, produtos agrícolas e mercado para seus produtos manufaturados. Na terceira tornou-se provedor de mercado para os capitais excedentes e os produtos industrializados dos Estados Unidos, Europa e Japão, literalmente seguindo a divisão internacional do trabalho que lhes foi imposta.

A industrialização brasileira se dá de forma mais intensa a partir da Primeira Guerra Mundial e se fundamenta no nacionalismo, visto que, com a percepção de que só uma industrialização com base no capital nacional, na empresa nacional é que poderia dar independência econômica ao país.

Aliada a esta concepção esteve a de que o país para se desenvolver teria que industrializar-se e romper com a divisão internacional do trabalho que lhe fora imposta pelos países desenvolvidos. Dessa forma, o país se industrializa, utilizando o modelo de desenvolvimento de substituição de importações, no qual o Estado Nacional tem atuação decisiva.

O Estado passa a atuar na economia fundamentado na noção de que um país em estágio atrasado de desenvolvimento capitalista só poderia desenvolver-se se fosse via industrialização e que, para tanto, o Estado deveria atuar no sentido de fornecer condições básicas para a industrialização.

No entanto, a sustentação do desenvolvimento brasileiro após a superação do processo de substituição de importações foi inviabilizada uma vez que não se planejou o desenvolvimento de forma que contemplasse as necessidades e as potencialidades do país.

Sob a ótica liberal, se o país tivesse seguido os ditames do mercado, sem a interferência do Estado, teria atingido elevado nível de desenvolvimento, visto que ao se integrar ao comércio mundial, fornecendo produtos nos quais ele tinha vantagens comparativas, os ganhos de comércio teriam contribuído para o seu desenvolvimento, sem necessariamente ter promovido o desenvolvimento industrial via substituição de importações.

Por outro lado, os nacionalistas são mais propensos a idéia de que o desenvolvimento pode ser alcançado, não exclusivamente, pela liberdade comercial em qualquer estágio do desenvolvimento das nações, mas sim por estratégias deliberadas do Estado Nacional para o aproveitamento efetivo de suas potencialidades. Não se trata de ser proibitivo o livre comércio, desde que este seja em benefício da nação, como tem sido para todos os países hoje desenvolvidas. A lógica é que haja uma combinação entre protecionismo e liberalismo, desde que seja para o desenvolvimento sustentável da nação.

No caso brasileiro, até a década de 90, a política econômica permitiu que o capital estrangeiro fosse empregado em setores convergentes com os interesses da nação. Excetuando-se o período recessivo dos anos 80, esta política gerou crescimento econômico com preservação dos interesses nacionais. Diferentemente, ao longo dos anos 90, a despeito da intensa liberalização, os indicadores macroeconômicos não sofreram alterações positivas como previam os adeptos da globalização.

Os dados mostraram que no período de liberalismo da economia brasileira todos os indicadores macroeconômicos foram afetados negativamente pelas políticas liberais, exceto a inflação. Este indicador, após a implantação do Plano Real, foi o único que permaneceu relativamente estável em comparação com os anos finais da década de 1980 e os iniciais da década de 1990, embora esteja tendendo à alta a partir de 1999. Segue-se que para manter a inflação sobre controle, as demais políticas adotadas deixaram à margem o objetivo de desenvolvimento. Nessas condições impostas pelo plano de estabilização a economia e a sociedade tiveram que sujeitar-se também ao objetivo da estabilidade monetária.

Nesse período verificou-se que a combinação das políticas comercial, cambial e monetária conduziram a economia brasileira à estagnação com elevadas taxas de desemprego. A sobrevalorização do Real inviabilizou o esforço exportador que tradicionalmente tinha sido desenvolvido com as políticas de promoção das exportações nas décadas anteriores. Prova disso é que a Balança Comercial teve comportamento deficitário ao longo da década. Além do mais, as exportações foram especialmente de *commodities* agrícolas e de setores cuja participação no comércio mundial tem sido diminuída, evidenciando um certo retrocesso na pauta de exportações brasileiras.

Acrescenta-se a isso o fato que o país perdeu mercado mundial ao deixar de aproveitar oportunidades para aumentar a participação no comércio mundial e ofereceu deliberadamente seu mercado doméstico aos concorrentes externos, tendo como resultado, além dos déficits comerciais, a maior concentração das atividades produtivas em poder de empresas estrangeiras e o aumento da vulnerabilidade externa.

O favorecimento às importações sem o devido planejamento para o setor exportador, produziu resultados difíceis de serem revertidos. Além dos déficits comerciais, o país foi inserido de forma inversa ao dinâmico processo de exportações mundiais. O Brasil não só deixou de exportar, mas, principalmente, passou a exportar produtos em setores cuja demanda mundial é decrescente, por outro lado, perdeu parcela de mercado em setores que poderia ter expandido suas exportações. Ou seja, deixou que o mercado agisse na convicção de que o resultado seria o barateamento dos preços internos e a inserção competitiva na economia mundial, desconsiderando que os outros países não deixam, na prática, que o mercado tome as decisões para o seu próprio desenvolvimento.

A participação do café na pauta de exportações variou em torno de 5% do total das exportações brasileiras. Entretanto, o país continua exportando matéria-prima para atender os mercados consumidores de outros países para produção de café solúvel, o que evidencia o fato de que, ao deixar que o mercado resolva a situação do setor, os países que estrategicamente souberam aproveitar a inércia brasileira, aumentaram a sua parcela de participação no mercado mundial.

Além disso, não se desenvolveu a agroindústria para produção de café solúvel, de maior valor agregado.

O cacau, dentre os produtos analisados, teve o pior desempenho. O complexo foi duplamente penalizado: por um lado pela abertura e por outro pela falta de planejamento para o setor. Tanto a produção de amêndoas, quanto a de chocolate foram reduzidas com o conseqüente fechamento das indústrias de moagem aqui instaladas, representando um desperdício do parque moageiro nacional construído em décadas anteriores com incentivos governamentais.

No complexo soja a situação não difere dos demais setores exportadores brasileiros. A maior participação do país no comércio mundial é de soja em grãos. Na década de 70 o Brasil tornou-se o primeiro produtor e exportador de grãos e farelo de soja, no entanto, a partir de 90 perde tal posição. O óleo de soja, produto de maior valor agregado, não é representativo na pauta de exportação.

No que tange ao complexo laticínios, constatou-se que a forma abrupta de liberalização da economia provocou, também, aumento da concentração da indústria em poder de grandes empresas estrangeiras (Nestlé e Parmalat), aumentando as importações de produtos lácteos, contribuindo para o aumento do déficit comercial brasileiro. Apesar de se ter ganhos de produtividade e redução dos preços, os custos sociais não foram contabilizados, visto que a profissionalização do setor, com tecnologias modernas, e ganhos de escala excluiu pequenos produtores do mercado.

Apesar de se ter aumento de produtividade com a abertura, a concorrência externa reduziu a participação nacional na produção de insumos agrícolas (agrotóxicos e fertilizantes). Por outro lado, o país continua importando significativamente para abastecer o mercado interno. O processo de concentração foi acompanhado pela redução do número de empresas nacionais, tanto por fusões e aquisições por empresas estrangeiras, quanto por falências.

A convenção brasileira aos postulados da doutrina liberal inverteu, na década de 90, a participação dos setores na composição do PIB. Em 1987, o setor agropecuário contribuiu com 3,3% no PIB, passando para 10,3% em 1998. Tal

comportamento tem sido utilizado para demonstrar o quanto o setor é importante para o desenvolvimento do país.

É indiscutível a contribuição do agronegócio, tanto para a sustentação da estabilidade do Real, quanto para a inserção externa da economia brasileira. No entanto, a forma como foi tratado o setor promoveu transformações significativas na produtividade e na eficiência técnica de alguns complexos, porém, com elevados custos para a sociedade. Contudo, tais custos são difíceis de serem quantificados, embora permaneçam problemas como o desemprego e o subemprego, já que as forças de mercado não se mostraram eficientes para solucioná-los.

É inegável que houve ganho de produtividade para a economia com a abertura comercial porém, a liberalização das importações reduziram preços, substituindo a produção nacional por importados. Assim, percebe-se que, após uma década de liberalismo econômico, o país não contou com plano de desenvolvimento, ou seja, todos os esforços foram apenas para reduzir a inflação e mantê-la sob controle. Os planos de metas para o desenvolvimento foram substituídos por planos de metas de inflação e de metas fiscais.

A falta de objetivos com relação ao desenvolvimento da nação fez com que o país não atingisse nem o desenvolvimento para fora (meta neoliberal), nem o desenvolvimento para dentro (meta nacionalista). Portanto, é oportuno que haja um modelo de desenvolvimento que, à semelhança dos países desenvolvidos, saiba conciliar protecionismo com liberalismo. Tal modelo só será possível se pautado no planejamento estratégico para o desenvolvimento, contemplando a reestruturação da economia, sobretudo no que tange ao mercado interno para a efetiva inserção competitiva no mercado internacional de forma sustentada.

Em suma, os fatos constatados respaldam os argumentos da corrente nacionalista visto que, com a abertura indiscriminada, os benefícios do comércio tendem a ser apropriados por economias mais desenvolvidas com empresas mais capitalizadas e, portanto, mais competitivas. Daí a conclusão nacionalista de que só será possível desenvolver o Brasil se o seu desenvolvimento for fundamentado num planejamento estratégico. Para tanto, é imprescindível que se desenvolva o

mercado interno e que avance no sentido de, efetivamente, inserir o país no mercado internacional. Contudo, tal inserção não deve ser, novamente, como fornecedor de matérias-primas mas, ativamente como fornecer de produtos industrializados aproveitando as vantagens naturais existentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES DA SILVA, J.M. Estabilização e desenvolvimento econômico na era da globalização: antecedentes e perspectivas. In: CARVALHO, F.M.A. et al. **Crise e reestruturação econômica na América Latina**. Viçosa: UFV, 1998. p. 11.

ALVES DA SILVA, J.M. Origens e tendências da globalização e seus impactos no agronegócio. In: SEMINÁRIO INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O AGRONEGÓCIO, 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EPAMIG, 1999a. p. 72-82.

ALVES DA SILVA, J.M. **Produtos fitossanitários na economia globalizada: um enfoque de economia política**. Viçosa: DER-UFV, 1999b. 24 p. (Mimeogr.).

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997. 350 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ - ABIC. **Estudo sobre o consumo interno de café no Brasil**. Rio de Janeiro, 1998. 26 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS - ABIOVE. [20 jul. 2001]. ([www.abiove.com.br](http://www.abiove.com.br)).

AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M.M. (Orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 43-81.

BACHA, E.L. O plano real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.). **O Brasil pós real**. Campinas: UNICAMP/IEE, 1998. p. 11-70.

BARAN, P.A., SWEEZY, P.M. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 383 p.

BATISTA, P.N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P.N. et al. **Em defesa do interesse nacional**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 99-144.

BATISTA, A.P. **Posturas estratégicas de organizações no segmento exportador de café verde do Brasil**. Viçosa: UFV, 2000. 184 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2000.

BATISTA JR., P.N. Mitos da globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, 1998.

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996. p. 33-51.

BELL, J.F. **História do pensamento econômico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 581 p.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL. Brasília, out. 1996.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL. Brasília, mar./jun. 2001.

BONELLI, R. Produtividade industrial nos anos 90: controvérsias e quase fatos. In: \_\_\_\_\_. **A economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. v. 2.

BORTOLETO, E. **Trajetórias e demandas tecnológicas nas cadeias alimentares do Mercosul ampliado - lácteos**. Montevideu: BID/Procissur, 2000. 82 p. (Série Documentos, 5).

BRUM, A.J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1991. 317 p.

CAIXETA, G.Z.T. Comportamento atual do mercado de café. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 19, n.193, p. 5-9, 1998.

CARDOSO, F.H. **O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando H. Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 366 p.

CARFANTAN, J.I. **Integração econômica**. Curitiba: OCEPAR, 1994. 103 p.

CARVALHO, E.G. **Competitividade internacional em uma perspectiva setorial: uma abordagem a partir da indústria automobilista japonesa.** Campinas: Unicamp, 1993. 217 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1993.

CASTILHO, M.L. **Reestruturação do setor agrícola na década de 90 e dinâmica do emprego no meio rural brasileiro.** Viçosa: UFV, 2000. 67 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2000.

CHAVES, C.M.O. **Análise da cadeia agroindustrial do chocolate no Brasil.** Viçosa: UFV, 2000. 147 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON. **Carta do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1999.

COUTINHO, L., FERRAZ, J.C. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira.** 2.ed. Campinas: Papyrus/UNICAMP, 1994. 510 p.

DE NEGRI, J.A. **As empresas multinacionais e a reestruturação industrial nos anos 90: um estudo do complexo lácteo brasileiro.** Belo Horizonte: UFMG, 1996. 114 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

DIESEL, T.R.D. **Aspectos estruturais e organizacionais da indústria brasileira de fertilizantes.** Viçosa: UFV, 1996. 79 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1996.

FARINA, E.M.M.Q., AZEVEDO, P.F., SAES, M.S.M. **Competitividade: mercado, estado e organizações.** São Paulo: Singular, 1997. 286 p.

FAVERET, P. **Fusões e aquisições no setor de alimentos.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CAFÉ - FEBEC. **Relatório mensal de estatísticas.** Rio de Janeiro, 1999. 36 p.

FERNANDES, A.B. Oportunidades do agronegócio brasileiro no contexto mundial. In: SEMINÁRIO INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O AGRONEGÓCIO, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EPAMIG, 1999. p. 45-59.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION - FAO. **Statistical Data, 2000 e 2001.**

FRANCO, G. **A inserção externa e o desenvolvimento**. Brasília: Banco Central, 1996. (Mimeogr.).

FRANCO, G. **O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda**. São Paulo: Editora 34, 1999. 352 p.

FRANCO, G. As “reformas” e o crescimento da produtividade: uma nova economia. In: FONTES, R., ARBEX, M.A. **Economia aberta: ensaios sobre fluxos de capitais, câmbio e exportações**. Viçosa: UFV, 2000. p. 27-34.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. 2000. (fgvdados.fgv.br).

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. 81 p.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999b. 116 p.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOMES, M.F.M. **Efeitos da expansão da produção de soja em duas regiões do Brasil**. Viçosa: UFV, 1990. 105 p. Tese (Doutorado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1990.

GOMES, S.T. **Desenvolvimento da pecuária leiteira em face das políticas governamentais**. Viçosa: DER-UFV, 1995. (Mimeogr.).

GOMES, S.T. Cadeia produtiva do leite. In: CONGRESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE, 2, 2001, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAEMG, 2001.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 237 p.

GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. **From farming to biotechnology: a theory of agro-industrial development**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

HOLANDA FILHO, S.B. Livre comércio versus protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições. **Estudos Econômicos**, v. 28, n. 1, p. 33-75, 1998.

HOMEM DE MELO, F. Efeitos negativos da política cambial sobre a agricultura brasileira. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 3, n. esp., p. 35-46, 1999.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR. Curitiba, 2000. (www.iapar.gov.pr).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 1990-1998. (www.ibge.gov.br).

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDE. 2000. (www.iedi.org.br).

JANK, M.S., FARINA, E.M.Q., GALAN, V.B. **O agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Pensa-USP/Milkbizz, 1999. 108 p.

JORNAL DO ECONOMISTA. **Metodologia e variações dos índices de inflação**. São Paulo: Corecon, 2000. p. 8-9.

KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 333 p.

KINDLEBERGER, C.P. **Comércio exterior e a economia nacional**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1962. 220 p.

KRUGMAN, P.R., OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1999. 807 p.

KUPFER, D. **Trajetórias da indústria brasileira pós-abertura e estabilização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 257 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

LACERDA, A.C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998. 135 p.

LEMONS, M.B. **The agro-food system in semi-industrialized countries: the Brazilian case**. Londres: University of London, 1992. 394 p. Tese (Doutorado) - University of London, 1992.

LIMA SOBRINHO, B. O enfoque histórico do desenvolvimento econômico. In: BATISTA, P.N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 7-30.

LIST, G.F. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 290 p.

LOIOLA, E. Estratégias de reestruturação na indústria de laticínios: os exemplos da Nestlé, Parmalat e Danone. In: ENCONTRO DA ANPAD, 22, 1998, Foz do Iguaçu. **CD-Rom...** Rio de Janeiro: Anpad, 1998. 16 p.

MAGALHÃES, J.P.A. **Causa da inviabilização econômica da América portuguesa: relatório da comissão mista Nações Unidas - Banco Mundial de Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 117 p.

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATOSO, J. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC.** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 115-132.

MEIRELLES, A.J. A falsa razão dos países desenvolvidos. **Balde Branco**, p. 34-39, set. 1995.

MERCADANTE, A. Plano real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, A. (Org.). **O Brasil pós real.** Campinas: UNICAMP, 1998. p. 131-167.

MORAES, M.E. Outra guerrinha. **Folha de São Paulo**, 16 maio 1999, p. 1.2.

MOREIRA, M.M. A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M.M. (Orgs.). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 293-332.

NASCIMENTO, R.C. **Investimento agroindustrial e capital estrangeiro no Brasil: o caso do setor de laticínios.** Viçosa: UFV, 1999. 57 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1999.

PARMALAT BRASIL S/A. **Quem somos.** 2001. ([www.parmalat.com.br](http://www.parmalat.com.br)).

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 206 p.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBERTSON, R. **História da economia americana.** Rio de Janeiro: Record, 1967. v. 1, 389 p.

ROBINSON, J. **Introdução à teoria do emprego.** 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 145 p.

ROBINSON, J. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 12.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 141 p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS. **Cenário futuro do negócio agrícola de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1995. v. 7, 49 p.

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO - SAE. Ministério da Fazenda. **Dados estatísticos**. 2001. (www.fazenda.gov.br).

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Dados estatísticos**. 2001. (www.mdic.gov.br).

SILVA et al. Retrospectiva da indústria brasileira. In: \_\_\_\_\_. **A economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. v. 1.

SILVEIRA, C.D. **Estrutura e desempenho da indústria alimentícia no Brasil: evolução e tendências**. Viçosa: UFV, 1997. 62 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1997.

SINGER, P. Apresentação. In: RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995. 242 p.

SZMRECSÁNYI, T. **Keynes**. São Paulo: Ática, 1978. 223 p.

TAVARES, M.C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 263 p.

TAVARES, M.C. O dissenso do Washington. In: BATISTA, P.N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 67-80.

TAVARES, M.C., FIORI, J.L. **Poder e dinheiro**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 411 p.

TERRA VIVA CONSULTORIA EMPRESARIAL. **Brasil - produção, importação e disponibilidade de lácteos**. 2001. (www.terraviva.com.br).

WILKINSON, J. **Competitividade da indústria de laticínios: nota técnica setorial do complexo agroindustrial**. Campinas: UNICAMP/UFRJ/FDC/FUNCEX, 1993. 74 p.